

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA BARBOSA

DISCURSOS AMBIENTAIS E A LEGITIMAÇÃO DAS
REMOÇÕES EM RIO GRANDE/RS:
Um Estudo de Caso do Projeto de revitalização da orla do
Saco da Mangueira

RIO GRANDE
2021

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA BARBOSA

DISCURSOS AMBIENTAIS E A LEGITIMAÇÃO DAS REMOÇÕES EM RIO
GRANDE/RS:
Um Estudo de Caso do Projeto de revitalização da orla do Saco da Mangueira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Carlos R.S. Machado
Co-orientador: Prof. Dr. Caio Floriano dos Santos

RIO GRANDE
2021

Ficha Catalográfica

B238d Barbosa, André Luiz de Oliveira.

Discursos ambientais e a legitimação das remoções em Rio Grande/RS: um estudo de caso do projeto de revitalização da orla do Saco da Mangueira / André Luiz de Oliveira Barbosa. – 2021.

161 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2021.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

Coorientador: Dr. Caio Floriano dos Santos.

1. Discursos Ambientais 2. Desigualdade Ambiental
3. Revitalização da Orla do Saco da Mangueira 4. Educação Ambiental I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Santos, Caio Floriano dos III. Título.

CDU 504:37(816.5)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA BARBOSA

“Discursos ambientais e a legitimação das remoções em Rio Grande/RS: Um estudo de caso do projeto de revitalização da orla do Saco da Mangueira”

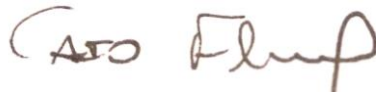
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Rio Grande, 06 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

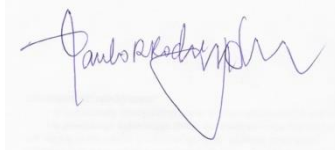


Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Caio Floriano dos Santos
(PPGEA/FURG)

Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares
(POSGea/UFRGS)

RESUMO

O município do Rio Grande é uma cidade portuária com um processo de urbanização condicionado por alguns ciclos de desenvolvimento econômico, desde o século XVIII, passando pelo século XIX e XX, e culminando neste século com a expansão e modernização do Superporto e a instalação da Indústria Naval. Assim, a produção do espaço urbano de Rio Grande ocorre a partir da transformação de sua natureza dentro do modo de produção capitalista, proporcionando a acumulação de capital financeiro e capital político, ao mesmo tempo que produzia desigualdades e injustiças, expressas na constituição da cidade como uma 'zona de sacrifício'. Nesse contexto, é elaborado o projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no qual, em sua concepção apresenta a necessidade de regularização fundiária, remoções, obras e aterros, visando a recuperação do corpo hídrico. Dessa forma, o nosso desafio nesta dissertação foi analisar a constituição do Projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no período de 2010 a 2020, onde colocamos como objetivo "identificar os discursos ambientais que são utilizados para justificar as remoções de moradia e realocações de famílias na área de revitalização da Orla do Saco da Mangueira". Investigamos tais discursos produzidos na concepção do projeto de revitalização, bem como, em seu conteúdo, o tema do risco ambiental, e a conservação e a preservação para legitimar as remoções. Buscamos entender se tais questões estão relacionadas e revelam um processo de produção de desigualdade ambiental. Utilizamos o estudo de caso como método, e nos apoiamos na análise de discurso e na pesquisa bibliográfica metodologia. A Educação Ambiental é analisada no Plano de Comunicação e Mobilização Social, onde expressa uma concepção de educar a população como seu objetivo de ação e que localizamos em uma concepção de Educação Ambiental.

Palavras-chave: Discursos Ambientais; Desigualdade Ambiental; Revitalização da Orla do Saco da Mangueira; Educação Ambiental.

RESUMEN

El municipio de Rio Grande es una ciudad portuaria con un proceso de urbanización condicionado por algunos ciclos de desarrollo económico, desde el siglo XVIII, pasando por los siglos XIX y XX, y que culmina en este siglo con la ampliación y modernización del Superpuerto y la instalación de Industria Naval. Así, la producción del espacio urbano en Río Grande se da a partir de la transformación de su naturaleza dentro del modo de producción capitalista, proporcionando la acumulación de capital financiero y capital político, al tiempo que produce desigualdades e injusticias, expresadas en la constitución de la ciudad como una ' zona de sacrificio '. En este contexto, se elabora el proyecto de Revitalización de la borde del Saco da Mangueira, en el que, en su concepción, presenta la necesidad de regularización de tierras, remociones, obras y aterros, con miras a la recuperación del cuerpo de agua. Así, nuestro desafío en esta disertación fue analizar la constitución del Proyecto de Revitalización de la Costanera Saco da Mangueira, de 2010 a 2020, donde nos planteamos el objetivo de “identificar los discursos ambientales que se utilizan para justificar los desalojos de viviendas y reubicaciones de familias en el área de revitalización de la borde del Saco da Mangueira”. Investigamos dichos discursos producidos en la concepción del proyecto de revitalización, así como, en su contenido, el tema del riesgo ambiental y la conservación y preservación para legitimar las remociones. Buscamos entender si estos temas están relacionados y revelar un proceso de producción de desigualdad ambiental. Utilizamos el estudio de caso como método y nos apoyamos en el análisis del discurso y la investigación bibliográfica como metodología. La Educación Ambiental se analiza en el Plan de Comunicación y Movilización Social, que expresa un concepto de educación de la población como objetivo de acción y que ubicamos en un concepto de Educación Ambiental.

Palabras-claves: Discursos ambientales; Desigualdad ambiental; Revitalización del borde de Saco da Mangueira; Educación ambiental.

Abstract

The municipality of Rio Grande is a port city with a process of urbanization conditioned by some cycles of economic development, since the eighteenth century, passing through the nineteenth and twentieth century, and culminating in this century with the expansion and modernization of the Superport and the installation of the Naval Industry. So, the production of the urban space of Rio Grande occurs from the transformation of its nature within the capitalist mode of production, providing the accumulation of financial capital and political capital, while producing inequalities and injustices, expressed in the constitution of the city as a 'sacrificial zone'. In this context, the Project of Revitalization of the Saco of the Mangureira Waterfront is elaborated, in which, in its conception, it presents the need for land regularization, removals, works and landfills, aiming at the recovery of the water body. So, our challenge in this dissertation was to analyze the constitution of the Project of Revitalization of the Saco Mangureira Waterfront, in the period from 2010 to 2020, where we put as objective "to identify the environmental discourses that are used to justify the removals of housing and relocations of families in the revitalization area of the Saco of the Mangureira". We investigated such discourses produced in the conception of the revitalization project, as well as, in its content, the theme of environmental risk, and conservation and preservation to legitimize removals. We seek to understand whether these issues are related and reveal a process of production of environmental inequality. We used the case study as a method, and we rely on discourse analysis and bibliographic research methodology. Environmental Education is analyzed in the Communication and Social Mobilization Plan, where it expresses a conception of educating the population as its objective of action and that we locate in a conception of Environmental Education.

Keywords: Environmental Discourses; Environmental Inequality; Revitalization of the Saco of Mangureira Waterfront; Environmental education.

Lista de Ilustrações

Figura 1: Localização Rio Grande	12
Figura 2: Sistemas Ambientais de Rio Grande Pré-colonização européia	51
Figura 3: Expansão urbana à oeste	58
Figura 4: Terrapleno Oeste Sedimentado para construção do Novo Porto	61
Figura 5: Identificação das áreas do Superporto e do DIRG.	67
Figura 6: Mapa de indústrias potencialmente poluidoras e comunidades potencialmente atingidas em Rio Grande.	70
Figura 7: Áreas de expansão urbana no período de 2005 a 2018	75
Figura 8: Ocupações e Assentamentos informais no período de 2005 a 2018.	76
Figura 9: A orla de Rio Grande dividida em três trechos pelo projeto Orla.	97
Figura 10: Área do estudo de concepção divididas em subtrechos.	104
Figura 11: Percentual de domicílios por tipo de esgotamento sanitário	106
Figura 12: População residente por alfabetização e grupos etários.....	107
Figura 13: Percentual de domicílios por tipo de material predominante nas paredes externas.....	108
Figura 14: Bairros identificados pelo Estudo de Concepção	118
Figura 15: Áreas indicadas para as remoções das moradias - Navegantes e Dom Bosquinho.....	122
Figura 16: Áreas indicadas a remoção nas Vilas Bernadeth, Vila Delga, Vila Ceres.....	124

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise de Discurso.
APA	Área de Proteção Ambiental.
APP	Área de Proteção Permanente.
BGV	Bairro Getúlio Vargas.
BNH	Banco Nacional de Habitação.
CAF	Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.
Cia. Swift	Companhia Swift do Brasil S.A.
COMGEPRO	Comitê Gestor do Projeto Orla.
CRT	Companhia Rio-Grandense de Telecomunicação.
CTE	Comissão Técnica Estadual.
DHB	Déficit Habitacional Básico.
DIRG	Distrito Industrial de Rio Grande.
DEPRC	Departamento de Portos, Rios e Canais.
EA	Educação Ambiental.
ERG	Estaleiro Rio Grande.
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler.
FFORD	Fundação Ford.
FJP	João Pinheiro.
FURG	Universidade Federal do Rio Grande.
GERCO	Gerenciamento Costeiro.
GI-GERCO	Grupo de Integração para o Gerenciamento Costeiro.
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União.
Habicop	Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande Ltda.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LabCidade	Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade.
LabJUTA	Laboratório Justiça Territorial.
LEHAB	Laboratório de Estudos da Habitação.
LABHAB	Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
ONG	Organizações Não Governamentais.

ONU	Organização das Nações Unidas.
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento.
PGI	Plano de Gestão Integrada da Orla.
PIB	Produto Interno Bruto.
PLAM	Plano Ambiental Municipal de Rio Grande
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social.
PMRG	Prefeitura do Município de Rio Grande.
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental.
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.
PRG	Porto de Rio Grande.
ProEA	Programa de Educação Ambiental.
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental.
RFFSA	Rede Ferroviária Federal.
RS	Rio Grande do Sul.
SESM	Sistema Estuarino Lagunar dos Patos.
SMMA	Secretaria de Município de Meio Ambiente.
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.
SPU	Secretaria do Patrimônio da União.
TECON	Terminal de Contêineres.
UFABC	Universidade Federal do ABC.
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
USP	Universidade de São Paulo.
ZEEM	Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Questão de Pesquisa.....	15
Objetivo geral.....	15
Objetivos específicos	15
CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
1.1 Procedimento Metodológico.....	16
1.1.1 Estudo de caso	16
1.1.2 Análise de discurso.....	17
1.1.3 O percurso da pesquisa.....	19
1.2 Referencial Teórico	21
1.2.1 A Cidade – a urbanização e a acumulação por despossessão.	21
1.2.2. Os desafios ambientais e a modernização ecológica	24
1.2.3. Educação Ambiental para a Justiça Ambiental.....	29
1.3 Conceitos Principais.....	35
1.3.1 Discursos ambientais.....	35
1.3.2 Riscos urbanos e ambientais.....	37
1.3.3 Remoções.....	39
1.4 Conceitos Secundários	41
1.4.1 Conflitos ambientais urbanos.....	41
1.4.2 Justiça ambiental	44
CAPÍTULO 2 - RIO GRANDE.....	49
2.1 Introdução	49
2.1.1 A Gênese de Rio Grande.....	50
2.1.2 A cidade comercial, a ocupação do território e a luta contra natureza.	52
2.1.3 A industrialização e sua urbanização – a natureza dominada?	56
2.1.4 O Superporto, o distrito industrial e o polo naval – a zona de sacrifício.....	65
2.2 As Vilas, os Parques e as ocupações informais.....	71
2.3 Remoções e a acumulação por despossessão.....	77
2.3.1 O Bairro Getúlio Vargas e as remoções nos 1940/50 e a grande faxina dos anos 1970.....	78
2.3.2. As remoções do Dom Bosquinho em 2004.....	81
2.3.3. A Vila das Barraquinhas e a expansão portuária.....	83

2.4 Déficit Habitacional	85
CAPÍTULO 3 - A REVITALIZAÇÃO DA ORLA DO SACO MANGUEIRA.....	91
3.1 O Projeto Orla	91
3.1.1 O Projeto Orla em Rio Grande.....	95
3.2 O Estudo de Concepção	98
3.2.1 O Saco da Mangueira	102
3.2.2 Os Cenários previstos para a Revitalização	109
3.2.3 As Comunidades indicadas para a Remoção	117
3.3 O Discurso Ambiental de Revitalização do Corpo Hídrico	124
3.4 Problematização da Educação Ambiental no e do Projeto de Revitalização.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
Anexo 1 – Alternativa 1 (Aterro).	153
Anexo 2 – Alternativa 1 (Intervenções).	154
Anexo 3 – Alternativa 1 (Desapropriação, Realocação e Regularização Fundiária).	155
Anexo 4 – Alternativa 2 (Aterro).	156
Anexo 5 – Alternativa 2 (Desapropriação, Realocação e Regularização Fundiária).	157
Anexo 6 – Alternativa 2 (Intervenções).	158
Anexo 7 – Alternativa 3 (Aterro).	159
Anexo 8 – Alternativa 3 (Desapropriação, Realocação e Regularização Fundiária).	160
Anexo 9 – Alternativa 3 (Intervenções).	161

INTRODUÇÃO

Com a conclusão da graduação em Geografia Licenciatura, e diante da necessidade de qualificação profissional, despertou em mim a vontade de continuar a estudar e realizar a pós-graduação. A partir de conversas no Observatório dos Conflitos Urbanos e Ambientais do Extremo Sul (Observatório), e pelas ações e atividades em que estava envolvido nesse espaço, a melhor possibilidade seria ingressar no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Neste mesmo momento, trabalhava em um projeto desenvolvido pela FURG em parceria com a Secretaria de Município de Meio Ambiente – SMMA e conheci na Prefeitura do Município de Rio Grande (PMGR) o projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no qual, em sua concepção apresenta a necessidade de regularização fundiária, remoções, obras e aterros, visando a recuperação do corpo hídrico. O tema proposto para a dissertação de mestrado surgiu em como articular a problemática das remoções/relocações indicadas no Estudo de Concepção e a questão ambiental, já que a mesma era utilizada para justificar o projeto de revitalização.

Partimos nossa reflexão desde Rio Grande (Figura 01), a partir de trabalhos já realizados por colegas da FURG, em sua expansão urbana¹; e do observatório dos conflitos, caracterizando-a como ‘zona de sacrifício’² devido a inúmeros problemas sociais e ambientais existentes identificados a partir dos mapeamentos de conflitos urbanos e ambientais³. E observamos nestes

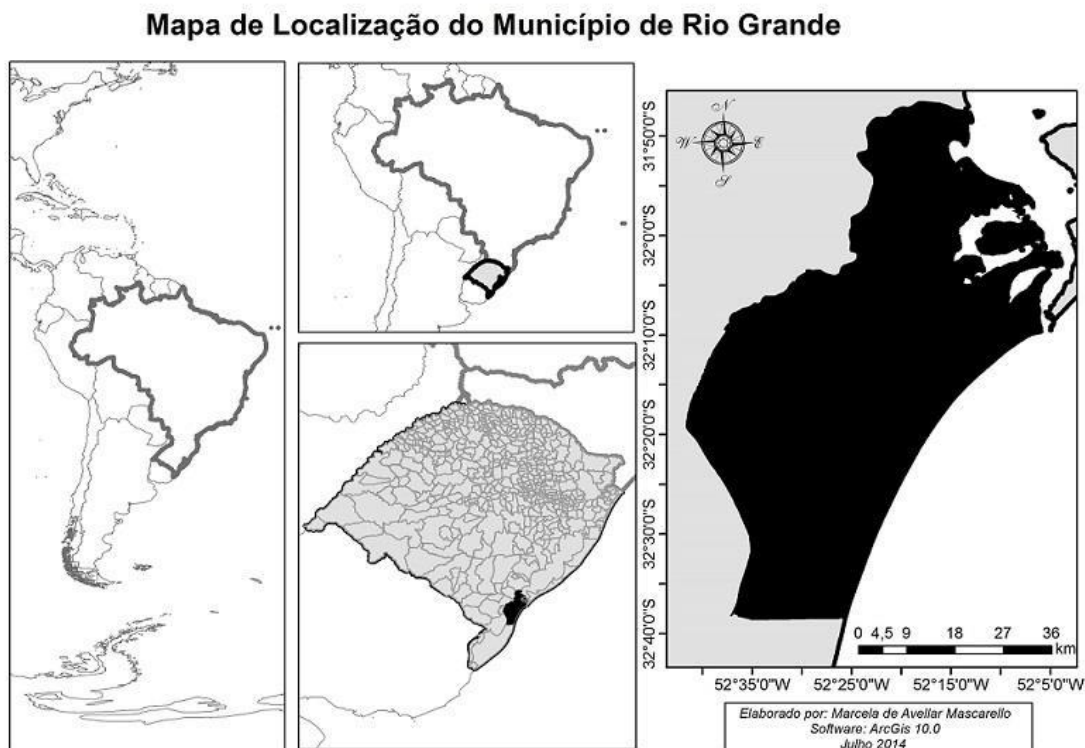
¹ Ver MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006, 234p.

² Santos e Machado alertam para o fato de Rio Grande ser caracterizada como uma "zona de sacrifício" ou "paraíso de poluição" por conter, numa mesma área, um grande número de atividades potencialmente poluidoras (ou efetivamente poluidoras), o que a torna uma "bomba relógio". Ver em SANTOS, C. F.; MACHADO, C. R. S. Extremo Sul do Brasil – uma grande “zona de sacrifício”. In: MACHADO, C. R. S; SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; PASSOS, W. V. (Orgs). Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf. 2013^a, p. 181 – 204.

³ Os pesquisadores que atuaram e atuam no Observatório, desde 2011 mapearam diferentes manifestações públicas que vimos caracterizando como conflitos, envolvem temas como

trabalhos a ocorrência, com regularidade, de remoções de moradias e famílias para a expansão urbana e o desenvolvimento econômico do município.

Figura 1 - Localização Rio Grande



Fonte: Santos (2018). Elaborado por Marcela de A. Mascarello.

Identificamos que no Projeto de Revitalização há um diferencial em sua justificativa, o risco ambiental, sendo o discurso de conservação e preservação do corpo hídrico apresentado para legitimar a execução da revitalização via Estudo de Concepção, conseqüentemente, com a indicação de remoções de moradias e realocação de famílias daquele território.

O discurso de conservação e preservação é utilizado pelos ambientalistas como forma de questionar o modelo de desenvolvimento, que desapropria territórios, remove famílias, polui rios e lagos, em nome do progresso; e, hoje, são os gestores urbanos e empresários que o utilizam para justificar a execução de seus projetos de desenvolvimento urbano e imobiliários, na manutenção e expansão de seus negócios. Mas entendemos, também, que existem ambientalistas que compartilham de uma visão

pesca, porto, agricultura, meio ambiente, habitação/moradia popular, saúde, luta dos trabalhadores, mobilidade urbana, os quais serão apresentados.

naturalista/conservacionista que pregam a remoção de famílias que vivem em áreas de preservação permanente e unidades de conservação.

Sendo assim, apresentam-se dois aspectos: de um lado, explicita uma “natureza” a ser cuidada e preservada e, de outro lado, uma regularização fundiária que remove os ocupantes de uma área de interesse social e ambiental, normalmente pobres. Torna-se evidente um discurso que de fato amplia as desigualdades e injustiças, conforme abordado mais à frente, tendo a conservação e a preservação do meio ambiente como uma de suas justificativas.

Neste estudo analisamos a concepção do projeto, no período de 2010 a 2020, identificada através dos discursos de revitalização da orla do Saco da Mangueira. Ao mesmo tempo, vinculamos tal discurso, remoções e problemas aos interesses imobiliários. No caso desse projeto, sua área se encontra estrategicamente localizada na cidade, com vistas para a Lagoa dos Patos, ao lado do centro, sendo, assim, passível de exploração imobiliária pelos seus agentes, ao que buscamos responder com esta pesquisa.

Investigamos os discursos produzidos pelo Estudo de Concepção, bem como, em seu conteúdo, o tema do risco ambiental, e a conservação e a preservação para legitimar as remoções. Buscamos entender se tais questões estão relacionadas, e podemos afirmar que revelam um processo de produção de desigualdade ambiental, por se tratar de um processo de gentrificação ao se propor um projeto de revitalização, que por fim, ao beneficiar determinados interesses econômicos e ambientais, priva uma parte da população de baixa renda de seu direito à moradia.

Desta forma, organizamos essa dissertação na seguinte sequência. No capítulo um apresentamos os procedimentos metodológicos que abrangem algumas técnicas, como uma pesquisa bibliográfica para dar profundidade aos entendimentos dos conceitos trabalhados nesta dissertação. Utilizamos também o Estudo de Caso por possibilitar a realização de uma investigação das características importantes de um determinado objeto que no caso desta dissertação é o Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira. Para a produção e análise dos dados, apoiamo-nos na análise do discurso do Estudo

de Concepção do projeto de revitalização, afim de identificarmos e interpretarmos os sentidos impressos na operação urbana. Ainda no capítulo um apresentamos o referencial teórico que embasará esta pesquisa, e que articularemos com os dados levantados/produzidos nesta dissertação. Assim, buscamos inicialmente apresentar a cidade e sua relação com a industrialização e a urbanização, e utilizamos autores e autoras como Lefebvre (2008); Harvey (2011); Maricato (2011) e Harvey, 2011. A partir desta discussão, abordaremos a constituição dos desafios urbanos e ambientais na produção das cidades e a modernização ecológica como resposta a estes desafios, e nos utilizaremos de autores e autoras como Porto-Gonçalves (2006); Vainer (2007); Acselrad (2009); Rolnik e Klink (2011). Entendemos a necessidade de abordar, ainda no capítulo um, uma discussão sobre Educação Ambiental a partir de uma perspectiva crítica e que nos dê condição de construção de uma EA para a Justiça Ambiental, e contaremos nesta discussão com autores e autoras como Carvalho (2001); Sauv  (2005); Layrargues e Lima (2014); Loureiro (2015); Santos, Gonalves e Machado (2015).

No capítulo dois contextualizamos o município do Rio Grande e sua relao com a natureza durante o processo de ocupao e desenvolvimento econ mico e urbano, desde sua g nese até os dias atuais, que produziu, por um lado, acúmulo de poder e capital financeiro, e por outro, desigualdades e injustias socioambientais e que apresentamos e discutimos os processos das remooes de moradias e suas famílias, em nome do ‘progresso’, e da constituio do déficit habitacional.

E, por fim, no capítulo tr s analisamos o Projeto de Revitalizao da orla do Saco da Mangueira, por meio do seu Estudo de Concepo e dos cenários previstos nele. Nos apoiamos na Análise de Discurso para identificarmos e interpretarmos os discursos ambientais exposto no estudo de concepo e que justificam a indicao de moradias que deverão ser removidas para implantao do projeto urbanístico e reconstituo da área de preservao permanente. Ainda no capítulo tr s apresentamos as comunidades ameaadas os processos de remooes, assim como problematizamos a Educao Ambiental identificada no Projeto de Revitalizao e expressa pelo Plano de Comunicao e Mobilizao Social.

Questão de Pesquisa

Como o discurso ambiental é utilizado no Projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira para legitimar as remoções de moradias e realocações de famílias no município de Rio Grande?

Objetivo geral

Análise do projeto de revitalização da orla do Saco da Mangueira e como o discurso ambiental é utilizado para justificar a indicação de remoções de moradias e às realocações de famílias no município do Rio Grande/RS.

Objetivos específicos

- Examinar a história de ocupação e desenvolvimento urbano de Rio Grande e sua relação com a natureza, afim de compreender a produção da desigualdade socioambiental e identificar o problema habitacional, assim como as remoções realizadas no município de Rio Grande/RS decorrente do progresso e desenvolvimento do município, em especial no século XX e XXI;
- Analisar os cenários previstos indicados para a revitalização e identificar os discursos que justificam o mapeamento das áreas de risco e das remoções, na área proposta para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, ou seja, identificar o fantasma da remoção;

CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentaremos nosso procedimento metodológico de pesquisa e o arcabouço teórico que possibilitaram a escrita dessa dissertação. O procedimento metodológico constitui-se como nosso percurso para o desenvolvimento da pesquisa que resulta neste trabalho científico, em que apresentaremos as técnicas e os métodos escolhidos para a realização desta investigação. O referencial teórico constituiu a bibliografia selecionada para embasar esta pesquisa e suas reflexões.

1.1 Procedimento Metodológico

Na pesquisa, a construção da metodologia permitiu pensar o trajeto do caminhar e o fazer durante essa caminhada, com o intuito de atender aos objetivos propostos. A metodologia utilizada neste trabalho facilitou a execução de uma série de procedimentos que nos conduziu aos objetivos estabelecidos para essa pesquisa, porém o fato de ocorrer uma sindemia⁴ prejudicou sua execução, sendo necessária adaptações e reorganizações.

1.1.1 Estudo de caso

A nossa escolha ocorreu pelo estudo de caso por se caracterizar como uma metodologia que busca investigar as características importantes de um determinado objeto de estudo da pesquisa. Realizando uma análise profunda e exaustiva, com poucos objetos, podendo assim, aprofundar-se em sua análise (GIL, 2010).

⁴ O termo sindemia foi cunhado pelo antropólogo Merrill Singer para explicar a interação de duas ou mais doenças que causam danos maiores que a mera soma de duas doenças. O contexto social e ambiental também agrava as condições desfavorecidas de comunidades de baixa renda e também de minorias étnicas. No caso da covid-19 os cientistas observaram a interação dela com uma variedade de condições pré-existentes (diabetes, câncer, problemas cardíacos e muitos outros fatores), além das condições social e ambiental que dificultam o cumprimento das recomendações sanitárias, como distanciamento social. Quando se muda a estratégia e se analisa a situação pelas lentes da sindemia, permite-se passar da abordagem clássica da epidemiologia ao risco de transmissão para uma visão da pessoa em seu contexto social, já que as condições sociais tornam alguns grupos mais vulneráveis à doença. Ver em "Covid-19 não é uma pandemia, mas sindemia: o que essa perspectiva científica muda no tratamento". Disponível em: Acesso em 02/09/2021.

Um estudo de caso tem o propósito “de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2010, p. 38). Para Ventura (2007) o estudo de caso é uma possibilidade e uma forma de estruturar e sistematizar os dados, preservando as particularidades do objeto estudado, mesmo se utilizando de categorias/conceitos mais universais.

Consideramos essa dissertação como uma pesquisa qualitativa em ciências humanas, o que nos possibilitou trabalhar "com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" (MINAYO, 2010, p. 21), ou seja, nos permitiu trabalharmos no entendimento dos significados e sentidos propostos pela revitalização.

1.1.2 Análise de discurso

A escolha pela Análise do Discurso ocorre em virtude de tratar especificamente do discurso, que etimologicamente, “tem em si ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2013, p. 15), em confronto, conflito, com outro/a ao qual seu discurso se opõe ou ao qual ele quer produzir sentido.

Nos inspiramos na Análise de Discurso - AD para compreender o sentido dos discursos do Estudo de Concepção, ou mesmo da Revitalização da orla do Saco da Mangueira. Sentido que não é traduzido, mas, sim, produzido por esses documentos como justificativa em sua associação à proteção e a conservação ambiental, portanto algo positivo, e, assim amenizando a injustiça decorrente das remoções. Ou seja, no projeto de concepção se “produz um conhecimento [...] [no] próprio texto, [...] tendo uma materialidade simbólica própria e significativa” (ORLANDI, 2013, p. 18), constituída a partir de uma ideologia, produzida através da linguagem do Estudo de Concepção. Nesse trabalho partimos do entendimento da ideologia “como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação” (CATALINA; CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680). E, disso,

portanto ao identificarmos o sentido associamos a uma ideologia no texto produzido por seus propositores num contexto socio-histórico e materialidade decorrente dos sujeitos envolvidos no local do estudo.

A construção de uma materialidade passa, primeiro, pela produção de seu sentido, assim, neste estudo de caso trabalhamos com documentos técnicos que orientam a execução da revitalização do Saco da Mangueira, dessa forma atuam no processo de convencimento na construção do sentido para tal operação urbana. Assim,

a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco ele atuam em sequência em que um primeiro fala e depois o outro decodifica, etc.[...] não se trata apenas de transmissão de informação, apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade. (ORLANDI, 2013, p. 21).

Portanto, ao identificarmos os sentidos da revitalização, evidenciamos também seus discursos, que produziram as materialidades impostas por eles a aos moradores da Orla do Saco da Mangueira. Essa materialidade para alguns é a idealização de um lugar preservado e incluído na urbanidade, já para outros é a ameaça da remoção e seu deslocamento na cidade. O Estudo de Concepção, envolve uma série de relatórios responsáveis pela produção de um discurso que estabelece os sentidos para a revitalização e que são interpretados e reproduzidos por aqueles que vivem o território, a partir de suas diversas realidades.

Por meio da análise do Estudo de Concepção do Projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, temos os propositores da revitalização 'falando' e expressando suas ideologias, que nos subsidiaram com seus discursos, os quais, utilizamos como dados. Nesse sentido, os discursos revelados e mapeados deram os elementos necessários ao entendimento da intencionalidade e dos objetivos não explicitados na obra de revitalização, desvelando os "reais" motivos que viabilizam e justificam as remoções de moradias. Assim na análise destes discursos (no e do texto) ajudou a responder nossos questionamentos, pois o discurso/a linguagem

serve como mediação necessária entre o homem e a construção de sua realidade. E na medida em que “o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (ORLANDI, 2013, p. 16), identificamos o discurso ambiental como legitimador ou acessório na fundamentação das remoções indicadas no projeto de revitalização da Orla do Saco da Mangueira, na cidade de Rio Grande.

1.1.3 O percurso da pesquisa.

Um primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa foi realizar uma ampla revisão bibliográfica sobre Cidade, Conflitos Urbanos e Ambientais, Sustentabilidade Urbana, Discursos Ambientais, Riscos Urbanos e Ambientais e Remoções, ampliando o referencial citado, anteriormente, na apresentação dessa dissertação enquanto projeto. Tais temas se relacionam ao tema desta pesquisa, como o tema dos discursos perpassa a discussão acadêmica em relação ao tema deste estudo.

O estudo histórico-geográfico do espaço urbano de Rio Grande foi o segundo passo metodológico que se fez necessário, um aprofundamento sobre o conhecimento e entendimento de três processos a) da relação da cidade do Rio Grande com sua natureza na ocupação; b) a produção de seu espaço urbano desde sua gênese até os dias atuais; e c) o desvelamento de conflitos urbanos e ambientais, assim como a desigualdade verificada no desenvolvimento de Rio Grande, como o déficit habitacional. Assim identificamos os seguintes trabalhos: Salvatori, Habiaga e Thormann (1989), Alves e Torres (1997), Martins (2006), Muradás (2008), Amaral (2011), Cipriano (2012), Machado (2013) Cipriano e Machado (2014), Rodrigues, Machado e Aguirre (2015) Santos (2016), Martin (2019) e Pires et al (2020). Posteriormente, efetuamos uma busca sobre trabalhos que tivessem como tema e/ou objeto a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, onde surgiram dois trabalhos, Conceição (2015) e Ritter (2015), além de outros dois trabalhos sobre a contaminação do Saco da Mangueira, são eles: Aguiar (2015) e Marreto (2015). Acreditamos que um dos fatores que colaboram com a pouca repercussão de trabalhos acadêmicos com tal assunto se dá pelo fato da não publicização do Estudo de Concepção do projeto de revitalização.

O terceiro passo metodológico foi fazer análise do discurso do Estudo de Concepção. Primeiro efetuamos a leitura do Plano de Trabalho e do Relatório Final para interpretarmos o processo de produção do referido estudo, para em seguida efetuarmos a leitura de dezenove documentos técnicos produzidos nas nove etapas de execução do Estudo de Concepção. Estes documentos orientam a operação urbana de revitalização e abrangeu a mobilização da população para a realização do levantamento socioeconômico, o diagnóstico da área com o levantamento aerofotogramétrico, topográfico e de infraestrutura urbana, o desenvolvimento dos estudos técnicos dos sistema de esgotos, da rede de drenagem e as áreas de risco e contenção que culminarão na produção do relatório de concepção básica do sistema e do estudo ambiental para viabilizar o licenciamento ambiental das intervenções propostas para a revitalização da orla do Saco da Mangueira. O relatório de concepção básica do sistema é o documento que apresenta os cenários urbanísticos e indica as áreas de regularização fundiária, remoção e realocação com a previsão dos custos financeiros da revitalização da orla do Saco da Mangueira. Nesta etapa de análise do discurso produzido e materializado nos documentos técnicos foi efetuado o mapeamento dos fragmentos do texto que revelavam o sentido da revitalização evidenciando as intencionalidades, preconceitos e idealizações.

Com o mapeamento realizado, destacamos esses fragmentos afim de promover uma discussão e reflexão a partir deles onde buscamos relacionar com referencial teórico e os conceitos utilizados para responder aos objetivos propostos pela pesquisa.

No meio do caminhar de construção dessa dissertação, a ocorrência da pandemia de Covid-19, imprimiu uma nova realidade para todo o planeta, e nos conduziu a uma imposição de reorganização da pesquisa, principalmente na produção das entrevistas que estavam previstas e que foram inviabilizadas devido a necessidade de distanciamento social. O contato, de forma presencial, com os sujeitos/atores que vivem na área de abrangência do projeto de revitalização e que foram por ele atingidos/mobilizados na etapa do levantamento socioeconômico e das audiências públicas, foi impossibilitado. Cabe destacar que essa decisão foi tomada em diálogo com orientador e teve

o único objetivo de salvaguardar a saúde, e principalmente, a vida desses grupos sociais.

1.2 Referencial Teórico

Esta seção apresentará a perspectiva teórica que nos orientou na produção desta dissertação e que possibilitou a construção de um olhar amplo sobre o tema e suas análises. Para facilitar a construção e o entendimento, apresentamos, primeiramente, uma discussão teórica sobre a natureza e sua apropriação pela cidade com a produção do urbano como forma de acumulação. E, posteriormente, uma apresentação dos conceitos centrais e secundários que utilizamos na pesquisa. Importante destacar que esses conceitos se entrelaçam e se conversam durante o processo de pesquisar.

1.2.1 A Cidade – a urbanização e a acumulação por despossessão.

A industrialização e a modernidade transformaram as cidades, sendo a urbanização seu maior efeito e o que atualmente a caracteriza, ainda que a cidade preexistia à industrialização (LEFEVBRE, 2008). Historicamente, houveram “outras” cidades antes da industrialização, centradas em outros modos de relação de produção. Podemos citar a

cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada a posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais, mas em luta contra a feudalidade). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária (LEFEVBRE, 2008, p. 11).

Quando a industrialização acontece a cidade já é uma realidade e já se encontra como um centro da vida social e política, como espaço da vida cotidiana, com uma divisão social e técnica do trabalho. Porém, com a industrialização essas relações do capital, do trabalho e da natureza vão promover transformações profundas na cidade, produzindo o urbano, em detrimento do campo (rural). O urbano “é um fenômeno que se impõe em escala mundial. Ele é um conceito, uma temática” (ARAUJO, 2012, p. 134). Para Porto-Gonçalves há uma exaltação em torno da urbanização como “modelo de civilidade, denegrindo os estilos de vida rural como formas pré-

modernas e inferiores de existência” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 181). A urbanização como fenômeno da modernidade se manifesta como ideologia.

A cidade reproduz as contradições da sociedade capitalista. Para compreender a urbanização sob o capitalismo, é necessário considerar sua interpretação a partir de duas “teorias gêmeas, da acumulação e da luta de classes” (HARVEY, 2020, p. 73), pois o caráter de classe da sociedade capitalista expressa a dominação do trabalho pelo capital, permitindo assim sua acumulação. Neste sentido, por reproduzir o modo de produção capitalista⁵ a urbanização é produto e sentido da industrialização, e as crises são manifestações das contradições implícitas e/ou escondidas no processo de acumulação. Harvey (2011) vai nos apresentar uma forma ainda mais cruel de acumulação do capital, conhecida pela expressão “acumulação por despossessão” (ou espoliação), que vai determinar os mecanismos fundamentais na busca por lucro no neoliberalismo, que por meio da financeirização, da manipulação de crises e da privatização, irão atingir de forma diferenciada cada localidade do planeta. É importante apresentar que o processo de acumulação por despossessão se caracterizou a partir de um processo histórico da burguesia, por meio de sua ascensão financeira, se utilizou deste poder para influenciar a constituição das diversas formas de Estado, exercendo influência dominante sobre suas instituições militares e administrativas, além dos sistemas jurídicos. E assim, manipulou uma relação estreita, entre as finanças e o Estado, construindo estruturas de governança

nas quais a gestão do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável, da circulação do capital. A relação inversa também se sustenta na medida em que impostos ou empréstimos fluem para os cofres do Estado e na medida em que as funções do Estado também se monetarizam, mercantilizam e, finalmente, privatizam. A medida que mais e mais excedente criado ontem e convertido em capital novo hoje, mais e mais dinheiro investido hoje vem dos lucros obtidos ontem. Isso poderia levar a pensar que a acumulação violenta praticada em

⁵ Ver Harvey (2020) “Uma classe de capitalistas detêm o comando do processo do trabalho e o organiza conforme as finalidades da produção de lucro. O trabalhador, contudo, comanda apenas sua força de trabalho, que deve ser vendida como mercadoria no mercado. Surge então a dominação, [...] tal explicação, obviamente, é um tanto simplista, uma vez que as efetivas relações de classe (e relações entre frações de classe) no interior de efetivo sistema de produção (incluindo a produção, serviços, custo necessários de circulação, distribuição, troca, etc.) são altamente complexas. A sacada marxista essencial, contudo, é que o lucro surge da dominação do trabalho pelo capital e que os capitalistas, enquanto classe, precisam expandir continuamente as bases para o lucro afim de garantir sua reprodução” (p. 73).

tempos anteriores e redundante. Mas a *acumulação por despossessão* continua a desempenhar um papel na reunião do poder do dinheiro inicial. Meios tanto legais quanto ilegais – como violência, criminalidade, fraude e práticas predatórias do tipo das que foram descobertas nos últimos tempos no mercado de hipotecas *subprime* ou de forma ainda mais significativa no comércio de drogas – são implementados. Os meios legais incluem a privatização do que antes era considerado como recursos de propriedade comum (como a água e a educação), o uso do poder público para apreender bens, as práticas generalizadas de aquisições, as fusões e outros mecanismos similares que resultam no “desmembramento de ativos” e o cancelamento de obrigações de pensão e saúde, por exemplo, num processo de falência (HARVEY, 2011, p. 47-48).

Portanto, a acumulação por despossessão amplia os lucros da classe capitalista e agrava as contradições já existentes do sistema, com a manipulação das crises em proveito próprio. Além disso, promove o que Harvey (2011) chama de categoria dos despossuídos, que inclui as populações camponesas e indígenas⁶ expulsas de suas terras e, assim, privadas de terem acesso a reprodução de seus modos de vida por meios ilegais e legais (ou seja, criadas e justificadas pelo Estado). Essa terra apropriada se transforma em mercadoria na mão do mercado e despossessão para as populações tradicionais e pobres.

Nas áreas urbanas esse procedimento vai ocorrer, por exemplo, através da promoção de operações de reabilitação e/ou revitalização urbana, que irão

desapropriar populações de baixa renda de espaços de elevado valor com o menor custo possível. Em locais sem direitos de propriedade

⁶ No período de escrita desta dissertação está em julgamento no Supremo Tribunal Federal - STF o caso que pode definir o futuro das demarcações das Terras Indígenas - TIs no Brasil. “A Corte está analisando a ação de reintegração de posse movida pelo governo de Santa Catarina contra o povo Xokleng, referente à uma área da TI Ibirama-Laklãnõ, onde também vivem os povos Guarani e Kaingang. Em 2019, o STF deu status de “repercussão geral” ao processo, o que significa que a decisão servirá de diretriz para a gestão federal e todas as instâncias da Justiça no que diz respeito aos procedimentos demarcatórios. Os ministros também vão analisar a determinação do ministro Edson Fachin, de maio do ano passado, de suspender os efeitos do Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU). A norma oficializou o chamado “marco temporal”, entre outros pontos, e vem sendo usada pelo governo para paralisar e tentar reverter as demarcações. O “*marco temporal*” é uma interpretação defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das TIs que restringe os direitos constitucionais dos povos indígenas. De acordo com ela, essas populações só teriam direito à terra se estivessem sobre sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Alternativamente, se não estivessem no território, precisariam estar em disputa judicial ou em conflito material comprovado pela área na mesma data. A tese é injusta porque desconsidera as expulsões, remoções forçadas e todas as violências sofridas pelos indígenas até a promulgação da Constituição. Além disso, ignora o fato de que, até 1988, eles eram tutelados pelo Estado e não podiam entrar na Justiça de forma independente para lutar por seus direitos”. Disponível em: . Acesso em: 27/08/2021.

privada assegurados, como na China ou ocupações na Ásia e América Latina, expulsões violentas das populações de baixa renda por parte das autoridades estaduais muitas vezes dão o tom com ou sem acordos de compensações modestas. Em países com direitos de propriedade privada firmemente estabelecidos, expropriações públicas sob a égide de leis que ditam os usos da terra podem ser orquestradas pelo Estado em nome do capital privado. Por meios legais e ilegais as pressões financeiras (isto é, impostos sobre a propriedade e as rendas crescentes) são exercidas sobre as populações vulneráveis. Parece, por vezes, como se houvesse um plano sistemático para expulsar as populações de baixa renda e indesejáveis da face da terra (HARVEY, 2011, p. 197).

Desta forma, a terra urbana se torna um grande ativo para a produção e reprodução do capital, assim como para sua acumulação, o que irá promover uma disputa por terras urbanizadas. A terra urbana pertencente ao mercado imobiliário, está acessível a 30% da população, enquanto para a população de baixa renda cabe a reprodução da cidade informal. Portanto, os despossuídos urbanos, ou os sem lugar, irão buscar as terras desprovidas de infraestrutura, e que não interessam ao mercado imobiliário, para ocuparem e produzirem suas moradias, pelo processo de autoconstrução, geralmente “em áreas de ecossistema frágil, sobre as quais incide a legislação ambiental” (MARICATO, 2011, p. 187). Por fim, a acumulação por despossessão vai produzir por meio destes despossuídos a proliferação de ocupações informais, e que irão caracterizar na atualidade, uma crise global de insegurança da posse, agravando e ampliando a desigualdade socioambiental, principalmente no Brasil.

1.2.2. Os desafios ambientais e a modernização ecológica

Se os planejadores e gestores, de forma geral, negam a crise do capital e sua condição contraditória, ou mesmo a reduzem ou a invisibilizam, necessitamos desmontá-la e torná-la visível. Calcula-se que nos bairros periféricos das cidades da periferia do sistema capitalista vivam um bilhão de pessoas, e que os pobres das grandes cidades do planeta somam dois bilhões de pessoas, ou seja, um terço das pessoas do planeta (ZIBECHI, 2015). Mas “a situação é mais grave do que os números mostram: a urbanização desconectou-se da industrialização e do crescimento econômico, o que implica uma desconexão estrutural e permanente entre muitos habitantes da cidade e a economia formal” (ZIBECHI, 2015, p. 18), isto é, a urbanização hoje é um

fenômeno autônomo, e isso implica uma série de consequências, as quais se colocam como desafios urbanos perante aos gestores públicos, mas também, e principalmente, atinge diretamente a população de baixa renda e despossuída.

Rolnik e Klink (2011, p. 90) destacam que os desafios urbanos não são poucos, uma vez que “o processo de urbanização consolidou um modelo marcado por disparidades socioespaciais, ineficiência e grande degradação ambiental”. Nesse sentido, manifesta-se também uma novidade nos problemas e conflitos das cidades que é o impacto ecológico da urbanização, que se expressam como desafios ambientais e solicitam acesso ao rol de discursos sobre políticas urbanas, por meio do debate sobre “sustentabilidade urbana” (ACSELRAD, 2009). Esses desafios revelam desigualdades socioespaciais decorrentes de uma apropriação desigual da riqueza produzida por meio do trabalho, que impõe aos trabalhadores a ocuparem e se concentrarem nas periferias das cidades com suas submoradias.

Por outro lado, e ao mesmo tempo, presenciamos a tentativa no sentido de construir “a utopia da cidade pacificada” que está alinhada ao mercado, na ideia de uma cidade empresa e das parcerias público-privadas (VAINER, 2016, p. 12), já que, geralmente, o projeto de cidade hegemônica entra em conflito com o vivido pelas populações em áreas e territórios de interesse de gestores e empresários imobiliários, quando ambos não estão articulados nos mesmos interesses e fins. Porém, existe um fator que faz essa utopia sucumbir, as “resistências incessantes, mesmo quando fragmentadas e aparentemente condenadas, à priori, à derrota” (VAINER, 2016, p. 13). Resistências que se constituem em conflitos no espaço público, via manifestações, mas que em muitos casos permanecem latentes sem se tornar visível.

Contrariando a utopia da cidade pacificada, temos o nascimento de uma “utopia da cidade insurgente, conflituosa, rebelde” (VAINER, 2016, p.13), a qual também deve ser buscada e apoiada. São esses momentos de conflitos que nos mostram um outro lado da cidade, onde os projetos e as utopias de cidade⁷

⁷Ou pelos menos as potencialidades ao debate de uma outra cidade são possíveis, uma cidade que tenha resolvido, equacionado ou coloque em cheque os problemas que vivem àqueles que se mobilizam e se organizam para tornar público os problemas de injustiça que vivem.

estão em disputa, em que os problemas e conflitos são indicadores da desigualdade social e ambiental.

Se observarmos mais de perto e atentamente, percebemos que

a cidade é, **ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia**. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integrados, infinitamente ligados e simultâneos; essa “coisa” híbrida socionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos (Swyngedouw, 2009, p. 100 – grifo nosso).

É devido à multiplicidade da cidade, em ser “natural e social, real e fictícia”, que reiteramos que isso faz com que o desafio ambiental esteja “no centro das contradições do mundo moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 61). Em virtude da construção de uma ideia de progresso atrelada à dominação da natureza, como se estivesse apenas para o usufruto dos humanos, os quais, em suas concepções hegemônicas a entendem como passível de exploração absoluta e infinita. Em nome do desenvolvimento, ou seja, do progresso, implementa-se uma política de crescimento econômico perverso, que gera “bens e serviços sofisticados para um número relativamente pequeno de consumidores” (ACSELRAD, 2009, p. 8), mas que de fato só promovem a reprodução do capital e ampliação das desigualdades sociais e ambientais.

A durabilidade das cidades pautada na necessidade de crescimento econômico para manter um ‘progresso durável’ da cidade e, assim, preservar a acumulação e a manutenção dos lucros, visto que

diante do processo de globalização e inexorável (e, para alguns, desejável) enfraquecimento dos estados nacionais, as cidades são lançadas a uma disputa para conquistarem um espaço de inserção competitiva. Cidades competem com cidades, regiões com regiões, para atrair turistas, capitais, mão-de-obra qualificada, enfim, os ingredientes indispensáveis às cidades – ou regiões – vencedoras (VAINER, 2007, p. 2).

Então, para se fortalecerem no mundo globalizado, as cidades precisam pensar e planejar como se inserir e se destacar no mercado competitivo. Para isso, foi apresentado como alternativa o planejamento estratégico, com modelo e método de planejamento engendrados e testados no mundo corporativo e trazidos para o setor público (VAINER, 2007). O Planejamento Estratégico vai operar com três lógicas simultâneas e complementares:

1) *A cidade é uma mercadoria, a ser vendida num mercado competitivo de localizações*, em que os clientes seriam capitalistas, em primeiro lugar, **mas também turistas e indivíduos que escolhem onde investir, passear, viver**; 2) *A cidade é uma empresa, em confronto (competição) com outras cidades-empresas, para impor-se no mercado de cidades* (mercado de localizações). Daí a necessidade de estratégias competitivas, de uma direção empresarial (o prefeito empreendedor), uma flexibilidade que é estranha ao setor público e indispensável ao negócio privado, entre outras características. 3) *A cidade é uma pátria*, pensada como tal, **o que pressupõe a necessidade de fomentar e consolidar o que autores catalães, e seus epígonos, chamam de “patriotismo cívico” ou “patriotismo de cidade”**. Nesta cidade, as confrontações, **os conflitos e as lutas intestinas são vistas como uma ameaça à luta** – da pátria urbana – **com outras cidades**. A guerra civil é uma ameaça que paira, permanente, sobre a competitividade da cidade: uma cidade conflagrada internamente está fadada à derrota. O argumento é conhecido: como poderemos competir e vencer outras cidades se vamos divididos ao campo de batalha (VAINER, 2007, p. 2 – grifo nosso).

O planejamento estratégico visa, com isso, aperfeiçoar os mecanismos de acumulação e inserir a cidade numa lógica empresarial, gerida como empresa e negociada como mercadoria, além de coesa como uma pátria deveria ser. É necessário promover táticas de inserção da cidade nessa lógica do planejamento estratégico e um dos modelos encontrados foram os chamados projetos de revitalização urbana, em que dizem promover “reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrendo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades” (ARANTES, 2013, p.31), e que são eufemismos, pois na verdade são processos de gentrificação. Neste sentido, a

expressão gentrificação, que nasce do termo inglês *gentrification*, cunhado por Ruth Glass (1963), para esclarecer o repovoamento, por famílias de classe média, que vinha acontecendo em bairros desvalorizados de Londres na década de 1960, levando à transformação do perfil dos moradores. [...] Trata-se de um fenômeno de natureza multidimensional, que reúne modernização e deslocamento; [...] A questão é que após o investimento em infraestrutura, há uma maior valorização do lugar; assim, observamos que os antigos moradores não resistem ao encarecimento do local, tendo que buscar outra área com custo de vida mais baixo (FERREIRA, 2014, p.01).

A organização do espaço urbano ocorre segundo as necessidades do processo de acumulação em imprimir sua geografia, e a gentrificação é um dos elementos de um procedimento permanente de (re)estruturação urbana, onde “os capitais investidos no ambiente urbano no passado vão sendo destruídos

por novos investimentos, no presente” (FURTADO, 2014, p. 347). Assim, na exigência deste movimento, a gentrificação, que inicialmente funcionava a partir do mercado residencial, se renovou impondo o enobrecimento dos lugares e a produção de cenários paisagísticos baseado na concepção de áreas de lazer em complexos culturais voltados, também, para o turismo. (FERREIRA, 2014). Porém, devemos destacar que, mesmo o processo de gentrificação sendo elemento das sociedades capitalistas, “não se deve esquecer que os processos envolvidos são sempre particulares, tanto com relação a diferentes períodos no tempo em uma mesma sociedade, quanto, e muito especialmente, com relação a formações sociais distintas” (FURTADO, 2014, p. 343).

Essas reestruturações urbanas sempre implicam, inevitavelmente, em movimentos de deslocamentos e despossessão (HARVEY, 2011), e, portanto, percebemos que em momento algum na lógica competitiva do planejamento estratégico se situam as pessoas com seus direitos. As preocupações estão na cidade como mercadoria, que vai ter como discurso a eficiência, a gestão e em outros termos cunhados nas escolas de economia e por organismos multilaterais. Nesse processo de planejamento, outro tema que ganha importância na agenda é a aplicação da ‘noção de sustentabilidade’ ao desenvolvimento das cidades, resultando, segundo Acselrad (2009), em um movimento de ambientalização das políticas urbanas e de introdução da problemática urbana no debate socioambiental, ao que se observa “uma preocupação crescente com a temporalidade das cidades, com as ameaças à estabilidade das estruturas urbanas ao longo do tempo, com o risco de que as cidades possam perder substancialmente sua sustentabilidade” (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 37). Mas, essa introdução da noção de sustentabilidade no planejamento estratégico também obedece a uma lógica corporativa, buscando um simples ajuste ecológico dos fluxos urbanos. Em que

é visível o esforço de reduzir os grandes desafios às possibilidades da chamada modernização ecológica das cidades, processo pelo qual as instituições políticas procuram conciliar o crescimento urbano com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso. Tal abordagem é, em essência, compatível com o chamado pensamento único urbano que exige das cidades que se ajustem aos propósitos tidos por inelutáveis da

globalização financeira (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 38).

Nossas cidades são desafiadas a buscar novos parâmetros, mas que isso não fique restringido às perspectivas de um urbanismo ecologizado, que se satisfaça “em promover cidades compactas, capazes de economizar espaço e energia, tampouco que tenha na sustentabilidade um mero atributo simbólico adicional para a competição interurbana desenvolvida por meio do marketing de cidades” (ACSELRAD, 2009, p. 39), a ideia de uma cidade inteligente. Tendo esse panorama do debate das cidades e a noção que a cidade do Rio Grande está na periferia do sistema capitalista, no extremo sul do Brasil, não sendo considerada uma “cidade global”, mesmo possuindo algumas características, tem sua importância estratégica, devido a presença de um porto e sua localização geográfica que permite o fluxo de mercadorias e commodities.

1.2.3. Educação Ambiental para a Justiça Ambiental

A Educação Ambiental (EA) se constitui a partir da formação de um campo ambiental⁸ e de sua relação com o campo educativo, ou mesmo da constituição como um subcampo derivado do ambientalista, ou seja, sua constituição e sua identidade foram geradas no campo ambiental, ao mesmo tempo, ela também se diferencia do campo ambientalista e cria suas particularidades devido à confluência com o campo educacional (CARVALHO, 2001; LAYRARGUES; LIMA, 2014).

No Brasil, sua constituição ocorre na década de 1970, período histórico em que vivíamos uma ditadura civil-militar, com isso, o debate ambientalista no Brasil, de onde deriva a EA, foi impulsionado muito mais pelas pressões internacionais do que por uma organização interna (FONSECA; OLIVEIRA, 2011). O ambientalismo brasileiro, inicialmente, se constituirá a partir de um

⁸ Entendemos campo como um conceito bourdieano onde campo é um “microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que é influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Pensar a partir do conceito de campo é pensar de forma relacional. É conceber o objeto ou fenômeno em constante relação e movimento. Ver PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira.

ambientalismo “exógeno” forjado no hemisfério norte e imposto colonialmente aos governos dos países do hemisfério sul, via Organização das Nações Unidas - ONU e outros órgãos internacionais, com perspectivas naturalistas, preservacionistas e conservacionistas, com características de classe média e pouca profundidade e atuação nas classes populares e operárias, mas ao decorrer do tempo, será influenciado por atores e processos vindos de baixo, a partir das lutas empreendidas em território brasileiro (ACSELRAD, 2010). Este movimento dialético entre a institucionalização governamental e a luta da sociedade civil e dos Movimentos Sociais também resultará em disputas no campo da EA brasileira.

Para Carvalho (2001), epistemologicamente a EA se configura necessariamente engajada nessa “disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal” (CARVALHO, 2001, p. 46). Nesse sentido, a constituição do campo da educação ambiental ocorre na disputa de diversas “concepções sobre a questão ambiental e nas propostas políticas, pedagógicas e epistemológicas que defendem para abordar os problemas ambientais” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 25). Dessa forma, Layrargues e Lima (2014) irão organizar essas concepções e propor um quadro com a categorização em “três macrotendências como modelos político-pedagógicos para a Educação Ambiental” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30), sendo elas: conservacionista, pragmática e crítica.

A macrotendência conservacionista se manifesta nas correntes conservacionista, comportamentalista, do autoconhecimento e de atividades de senso-percepção ao ar livre, “vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30). Essa tendência consolidou-se historicamente relacionada à “pauta verde”, como biodiversidade, unidades de conservação, determinados biomas, ecoturismo e experiências agroecológicas, e a consideramos como uma perspectiva conservadora da educação e da sociedade porque não questiona o modelo de sociedade vigente na atualidade, apenas reivindicam mudanças

culturais que provavelmente sejam realizadas sem as transformações das bases econômicas e políticas que estruturam a sociedade. Essa tendência ao assumir uma concepção ecológica da questão ambiental não leva em consideração

as dimensões sociais, políticas e culturais indissociáveis de sua gênese e dinâmica; porque não incorporam as posições de classe e as diferentes responsabilidades dos atores sociais enredados na crise. Como separar ecologia, cultura e política? Indivíduo, sociedade e natureza? Técnica e ética? Conhecimento e poder? Meio ambiente, economia e desenvolvimento? (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30).

A macrotendência pragmática, como seu próprio nome diz, é a manifestação de um ambientalismo de resultados, do uso de um pragmatismo que pratica o ecologismo de mercado e representa as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável. Esse pragmatismo é definido partindo da

dominância da lógica do mercado sobre as outras esferas sociais, a ideologia do consumo como principal utopia, a preocupação com a produção crescente de resíduos sólidos, a revolução tecnológica como última fronteira do progresso e a inspiração privatista que se evidencia em termos como economia e consumo verde, responsabilidade socioambiental, certificações, mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 31).

Essa macrotendência funciona como forma de corrigir os ‘defeitos’ do sistema de produção baseado no “consumismo, na obsolescência planejada e na descartabilidade dos bens de consumo” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 31). Dessa forma, ela se preocupa, de alguma forma, com uma instrumentalização da questão ambiental se atendo “apenas” a noção do Consumo Sustentável, propondo, assim, mudanças superficiais, tecnológicas e/ou comportamentais. Para Layrargues e Lima (2014) essa tendência é uma expressão do mercado, pois ela representa uma adaptação ao neoliberalismo, uma ideologia de redução do Estado, e impacta diretamente na produção das políticas públicas, dentre elas políticas ambientais, e recorre aos indivíduos o sacrifício do seu padrão de conforto e reclama as empresas uma responsabilidade socioambiental, apenas operando na lógica do mercado.

Essas duas macrotendências, a conservacionista e a pragmática, refletem

dois momentos de uma mesma linhagem de pensamento que foi se ajustando às injunções econômicas e políticas do momento até ganhar essa face modernizada, neoliberal e pragmática que hoje a caracteriza. [...] Ambas são comportamentalistas e individualistas, mas a forma conservacionista é uma versão mais ingênua e enviesada de grupos mais ligados às ciências naturais que entendem a crise ambiental e a Educação Ambiental dessa maneira, ora porque não têm uma reflexão sociológica da questão ambiental ora porque entendem que politicamente é melhor não misturar ecologia e política, e neste caso, nos referimos a atores ideologicamente interessados em evitar uma perspectiva de conflito na abordagem da questão (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 32).

Por outro lado, a macrotendência crítica, envolve as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora. Essa tendência concebe uma Educação Ambiental Crítica, guiada por uma tradição epistêmico política que procura construir respostas aos desafios colocados pela modernidade e que explicita as contradições da sociedade capitalista. A Educação Ambiental Crítica busca questionar os paradigmas dominantes da sociedade moderna, com objetivo de desvelar a hegemonia, promovendo uma práxis que reflita e construa a sociedade sob novos paradigmas (GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2015).

Loureiro afirma que o pensamento crítico, em uma abordagem exclusivamente histórica da educação ambiental, tem como característica básica questionar racionalmente

toda verdade socialmente apresentada, afirmada e legitimada e refutar todo e qualquer pensamento que dissocia sociedade de natureza. Isso impõe também como questão, entre outras, o estatuto da ciência e seus vínculos com as ideologias, a função de dominação do Estado, a naturalização dos mecanismos de expropriação e de preconceitos e o processo de instrumentalização das relações sociais (LOUREIRO, 2015, p. 161-162).

Pois, ao lermos a realidade de forma crítica, se desvelam as relações sociais mediadas pelo capitalismo, as quais formam nossa sociedade. Para o pensamento crítico, “lutar por justiça social e superação das formas de dominação representa garantir a livre realização das potencialidades individuais” (LOUREIRO, 2015, p.163).

A Educação Ambiental não é somente uma forma de educação, e muito menos uma ferramenta para resolver os problemas do mundo ou a gestão dos recursos naturais. Para Sauv e,

a educação ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles (SAUVÉ, 2005, p. 317).

Desse modo, a Educação Ambiental tem como objeto a relação do ser humano com o ambiente em que vive, seja ele a natureza 'preservada' ou mesmo o espaço urbano, com seus conflitos e problemas ambientais. E, portanto, é uma perspectiva de análise crítica relacionada aos conflitos ambientais e urbanos indicadores de problemas ambientais que se contrapõe ao discurso de produção simbólica que os discursos dominantes – do sistema capitalista -, e no caso, do presente do projeto estudado para justificar os interesses dos propositores, seja o poder público seja os consultores seja os imobiliários, ou de todos. Assim, a educação ambiental

podem ser utilizados, seja em pesquisas que relacionem com a educação ambiental, ao mesmo tempo em que a partir delas podemos identificar os processos de produção da hegemonia dominante. E de empresas e governos ao usarem a educação ambiental para justificar, associar ou fazer marketing de seus interesse e projetos (MACHADO *et al.*, 2017, p. 11).

Nesse sentido, os problemas ambientais são incorporados ao discurso e utilizados, em alguns casos, somente como retórica para justificar a concepção e implementação de projetos urbanos. Porém tais empreendimentos apresentados como solução na verdade, ao fim, continuam a promover as Desigualdades e Injustiças Ambientais (MACHADO *et al.*, 2017). Assim nessa dissertação, buscamos relacionar como o discurso ambiental justificador do projeto de revitalização do Saco Mangueira e seus procedimentos de discussão, com uma determinada Educação Ambiental, à qual, relacionamos a uma Educação Ambiental Tradicional.

Partiremos, assim, da existência de duas grandes divisões no campo da Educação Ambiental, a tradicional e a crítica. A Educação Ambiental Tradicional está vinculada à manutenção do sistema vigente, logo, não questiona o capitalismo sendo voltada à preservação e conservação da natureza, ou seja, ela é conservacionista e pragmática. Do outro lado, temos a Educação Ambiental Crítica, citada anteriormente, que busca questionar o

sistema vigente e superar esse modelo de modelo de sociedade. Ela deve ser entendida dentro

de uma totalidade social, contraditória e em conflito, e não como um fenômeno social isolado circunscrita na compreensão de que através do diálogo na busca do consenso seria uma ferramenta importante para elevar o nível de entendimento dos problemas ambientais (SANTOS, GONÇALVES; MACHADO, 2015, p. 201).

Acreditamos que a justiça ambiental é um componente fundamental para a Educação Ambiental Crítica, que queira realmente se fazer Crítica. Para isso, precisará se autodeclarar em sua prática anticapitalista, a fim de não sucumbir às relações sociais de exploração, para “que nasça como instrumento de luta dos explorados para os explorados a partir dos conflitos e/ou fazendo-os emergir, sempre se colocando de forma colaborativa ao lado e com esses grupos” (SANTOS, GONÇALVES; MACHADO, 2015, p. 203). Ou seja,

uma Educação Ambiental para justiça ambiental é aquela que trabalha para que nenhum grupo social, independente de sua etnia, classe social e outros, sofra uma carga maior dos impactos ambientais negativos. Portanto, entendemos que a mesma só é possível se colocando de forma cooperativa, ao lado dos grupos sociais (organizados ou não) impactados negativamente (nos âmbitos ambiental, social, cultural etc.) por empreendimentos de determinados setores (SANTOS, GONÇALVES; MACHADO, 2015, p. 203).

É necessário que esses grupos e/ou pessoas, as quais se encontram muitas vezes à margem dos processos decisórios pela falta de interesse do Poder Público, participem desses momentos, tendo acesso às informações (de seus direitos e ambientais) como requisito mínimo para a participação social. Para tanto, é essencial garantir todas as condições materiais para que possam efetuar seu direito à participação social (ROSA *et al.* 2015). Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei 9.795/99 é responsabilidade do poder público, nos seus três níveis (federal, estadual e municipal), promover e difundir informações sobre as questões ambientais, o que pode ser constatado em seu artigo 13, o dever de incentivar “a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Em vista disso, essa dissertação busca contribuir com o campo da Educação Ambiental, por meio do PPGEA/FURG, na reflexão para uma Educação Ambiental para a Justiça Ambiental desvelando processos de utilização de discursos ambientais apoiados nos conceitos de vulnerabilidade socioambiental e riscos ambientais e que promovam as desigualdades e as injustiças.

1.3 Conceitos Principais

1.3.1 Discursos ambientais

Observamos a presença de um discurso veiculado na grande mídia e em parte da literatura acadêmica, disseminando uma ‘falsa’ ideia de haver uma condição democrática dos danos ambientais, pois estes recaem de forma igual sobre todos os grupos sociais por habitarmos todos “um mesmo planeta”, e promovendo também a “falácia” de que todos são corresponsáveis pelas soluções evocadas por esses problemas (COLETIVO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012). Apesar de vivermos todos em um mesmo planeta, sabemos que a pressão sobre os recursos naturais e os impactos negativos decorrentes de determinadas atividades não são equânimes.

Assim, percebemos que há uma disputa em torno da noção de sustentabilidade e das soluções para os enfrentamentos dos danos e da administração dos riscos, pois “são discursos em disputa pela expressão mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias” (ACSELRAD, 1999, p. 80). Estudar o lugar desse discurso é necessário, para desvendar sua ideologia, seus interesses e os sentidos produzidos por ele, pois a partir da observação do discurso é que podemos identificar esse lugar, “essa relação entre língua e ideologia”, já que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2013, p. 17).

A sustentabilidade é geralmente vista como algo bom e necessário, que pouquíssimas pessoas são contra. Assim, fica implícito haver uma disputa em torno da produção dos sentidos, na qual quem predominar “vai construir

autoridade para que se discriminem, em seu nome, as boas práticas das ruínas” (ACSELRAD, 1999, p. 80). Ou seja, vai produzir a hegemonia na constituição dos entendimentos e da materialidade em torno da sustentabilidade como prática, mas, principalmente, como discurso.

Desta forma, nesta disputa de sentidos em torno do tema da sustentabilidade é possível identificar pelo menos três correntes no debate/na leitura da relação dos discursos com o meio ambiente, sendo elas: 1- “Culto ao Silvestre” ou “à vida Selvagem” - em que impera uma preocupação com a preservação da natureza silvestre, não se pronunciando/debatendo sobre industrialização e urbanização; 2- “Credo da Ecoeficiência” - se apoia na ideia de que as novas tecnologias trarão respostas e soluções para a problemática ambiental, discutindo a internalização das externalidades como fundamental para a mudança do sistema; 3- o movimento pela justiça ambiental, o ecologismo popular e o ecologismo dos pobres - “nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social” (ALIER, 2007, p. 38).

Portanto, nesta dissertação identificamos a partir desta categorização dos tipos de discursos ambientais praticados/utilizados/reproduzidos pelos gestores públicos e privados, que buscam hegemonia na cidade, e assim em seu nome efetuar práticas de reestruturação urbana que indicam a necessidade de remoções de moradias na revitalização da orla do Saco da Mangueira, em Rio Grande. Afirmamos que o discurso ambiental tem servido como justificativa, ou mesmo suporte, para operar remoções forçadas de moradias e realocações de pessoas e famílias de seus territórios, como, por exemplo, no caso da Vila Autódromo⁹ e no Morro da Providência,¹⁰ na cidade

⁹ A Vila Autódromo é uma comunidade popular localizada na cidade do Rio de Janeiro e ameaçada de remoção em função de sua proximidade com o Parque Olímpico (Jogos Rio 2016) e com a Lagoa de Jacarepaguá. A associação de moradores buscou apoio em movimentos sociais e assessoria jurídica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e conseguiu formar uma rede ampla de apoiadores e se tornou caso emblemático na luta contra as remoções no Brasil, conquistando visibilidade internacional (TANAKA; OLIVEIRA; COLI, 2019). Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1596>. Acesso em: 04/05/2020.

¹⁰ O Morro da Providência é uma favela localizada no Rio de Janeiro e ameaçada de remoção por obras de urbanização que privilegiaram interesses turísticos ligados à Operação Urbana

do Rio de Janeiro, em virtude da realização dos Jogos Olímpicos, assim como na produção dos cenários previstos para a operação urbana de revitalização do Saco da Mangueira, como veremos adiante.

1.3.2 Riscos urbanos e ambientais

Na modernização ecológica das cidades, um fenômeno que necessita ser discutido e mobilizado no planejamento e na gestão urbana, que colabora para um entendimento das condições de vida da população em determinado território, é o conceito de vulnerabilidade socioambiental. Mary Jane Paris Spink (2014) nos apresenta a definição do conceito de vulnerabilidade socioambiental, como sendo a combinação de

duas séries de fatores: 1) processos sociais relacionados à precariedade das condições de vida e proteção social que tornam certos grupos, principalmente entre os mais pobres, mais vulneráveis aos desastres; e 2) mudanças ambientais resultantes da degradação do meio ambiente que tornam certas áreas mais vulneráveis (SPINK, 2014, p. 3746).

A autora vê no uso do conceito uma possibilidade de tradução dos “fenômenos de sobreposição espacial e interação entre problemas e riscos sociais e ambientais sendo adequado para analisar o crescente entrelaçamento entre as dimensões sociais e ambientais da urbanização” (SPINK, 2014, p. 3746). Cartier e outros vão na mesma linha e acrescenta que ao incorporarmos o tema da vulnerabilidade socioambiental ao debate urbano, ele contribui “para tornar visíveis as dificuldades adicionais que certas regiões, sociedades e populações têm em relação aos problemas ambientais” e ainda nos ajuda a assegurar que muitos dos problemas socioambientais enfrentados pelas cidades são originados pelo atual modelo de desenvolvimento econômico, que promove e intensifica as relações entre grupos vulneráveis e áreas de risco ambiental (CARTIER *et al.*, 2009, p. 2696).

Assim, o conceito de vulnerabilidade socioambiental dialoga diretamente com o conceito de risco e a partir deles é que identificamos sua utilização no levantamento das áreas passíveis de remoção das moradias no Estudo de Concepção, proporcionando, também, o questionamento sobre quais foram os

fatores que os “especialistas” levaram em conta no mapeamento das áreas de risco?

Partindo da área das Geociências a definição de risco pode ser vista como:

a probabilidade (P) de ocorrência de perigo ou ameaça (A) que pode resultar em consequências (C) danosas para pessoas ou bens, em função da vulnerabilidade (V) do meio e que pode ser diminuído por meio de gerenciamento (G) pelo poder público e/ou comunidade (SPINK, 2014, p. 3746).

Percebemos, assim, que os riscos urbanos e ambientais são fenômenos complexos, justamente pelo entrelaçamento entre as dimensões sociais e ambientais da urbanização, sendo necessário pensar metodologias e instrumentos para desvelá-los. O conceito de vulnerabilidade socioambiental está diretamente ligado a uma exposição de perigo, em que alguns grupos estão mais suscetíveis do que outros aos riscos urbanos e/ou ambientais, necessitando formas de prever e, assim, lidar com suas consequências (CARTIER *et al.*, 2009).

Com isso, podemos perceber que sobre os mais pobres recaem os maiores riscos, pela sobreposição espacial entre os riscos ambientais e pelas más condições socioeconômicas em áreas urbanas, ou seja, pelas suas condições socioeconômicas irão viver em determinadas áreas. Assim, Acselrad, Mello e Bezerra (2009) nos chamam a atenção para a hiperperiferia, termo sociológico cunhado por Torres e Marques,

como sendo constituída por aquelas áreas de periferia que, ao lado das características mais típicas destes locais (pior acesso a infraestrutura, menos renda da população, maiores percursos para o trabalho, etc.), apresentam condições adicionais de exclusão urbana. Neste sentido, o estudo das áreas de risco ambiental pode ter um sentido estratégico, pois evidencia, de modo dramático em alguns casos, a sobreposição cumulativa dos riscos ambientais às diversas formas de desigualdade social e residencial (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 48).

Desse modo, podemos afirmar que em algumas cidades há um risco maior, pois existem “periferias dentro das periferias” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 48), onde há uma sobreposição da pobreza e alguns tipos de riscos urbanos, como por exemplo: risco por ocupação de áreas inundáveis, risco de desabastecimento de água, risco por ocupação em áreas de alta

declividade (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Portanto, as causas que levam ao fenômeno acumulativo entre pobreza e risco urbano são desde o mercado de terras, que faz com que as populações de baixa renda tenham como única alternativa as áreas de risco ambiental para residirem os quais, posteriormente, serão justificativas para as ameaças de remoção, ou seja, são os mesmos mecanismos que produzem as desigualdades e as injustiças ambientais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

1.3.3 Remoções

Nesta dissertação assumiremos a definição de remoção adotada pelo Observatório de Remoções¹¹, para o qual são “processos coletivos de expropriação em que pessoas e/ou famílias, em geral de baixa renda, são deslocadas forçadamente de seus locais de moradia ou de seu habitat” (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018, p. 13).

Na produção de megacidades, cidades grandes e algumas cidades médias, se observa alguns territórios populares, favelas e ocupações sendo taxados, quase sempre, como ‘ilegais’, e as pessoas e famílias que moram nesses lugares são chamadas pela opinião pública, especialmente pela grande mídia, de ‘invasoras’. Os interesses econômicos dos setores imobiliários utilizam as vulnerabilidades socioambientais produzidas pelas desigualdades do capitalismo como justificativa para colocar estes territórios na mira de operações de remoção. Devido à criminalização desses territórios e desses sujeitos, na maioria das vezes, as remoções ocorrem praticamente de forma invisível (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018).

¹¹O Observatório de Remoções surgiu em 2012, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) reunindo pesquisadores voluntários dos laboratórios: LabCidade e LABHAB. Depois, entre 2015 e 2017, com financiamento da Fundação Ford (FFORD), incluindo, além dos laboratórios originais, a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Amplia-se assim o território de investigação e intervenção para além da cidade de São Paulo, com os municípios do grande ABC e Foz do Iguaçu. Por fim, nesta terceira fase, entre 2017 e 2018, ainda com apoio financeiro da FFORD, compõem a equipe de pesquisa o LabCidade/ FAUUSP, o LabJUTA/UFABC e duas outras equipes de universidades federais brasileiras: o LEHAB, no Ceará e o PRAXIS, em Minas Gerais.

O Observatório das Remoções, a partir da verificação de informações obtidas entre os anos de 2010 e 2018,

aponta que as principais justificativas das remoções e ameaças de remoções na capital [de São Paulo] e nos municípios do ABC foram intervenções e projetos públicos, dentre eles: (i) urbanização de favelas, que envolviam deslocamentos de parte ou da totalidade dos moradores; (ii) implantação de áreas verdes; (iii) áreas sob impacto de operações urbanas; (iv) reintegrações de posse; (v) obras de infraestrutura; (vi) APP/APA; (vii) áreas de risco e, por fim, (viii) faixas de domínio de rodovias (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018, p. 15 - 16).

Existe uma dificuldade para a obtenção de informações sobre as remoções ou as ameaças de remoções, devido à invisibilidade sofrida por essas comunidades/populações durante toda a sua vida. Os dados dos processos de remoções são incompletos, imprecisos e fragmentados. Além disso, o processo de mapeamento desses casos é sempre confrontado com o dilema denúncia *versus* exposição (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018). Importante esclarecer que

nos casos das ameaças de remoções, ou seja, quando a remoção ainda não se concretizou, o dilema sobre o mapeamento dessas situações torna-se uma questão ainda mais delicada. Perguntamos cotidianamente: até que ponto identificar determinada comunidade ou ocupação como ameaçada fortalece a sua resistência e contribui para sua permanência? Ou, ao contrário, em que momentos o mapeamento pode aumentar a situação de vulnerabilidade da ocupação? (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018, p. 15).

Esses questionamentos são relevantes, pois, ao expor as comunidades ameaçadas, gera-se um risco de insegurança a elas, uma vez que o mapeamento sem orientação pode ampliar os conflitos existentes, além de expor as pessoas a situações de violência (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018). Ao realizar um mapeamento com responsabilidade, lê-se a distribuição pelo território das remoções e ameaças de remoção, permitindo assim “uma descrição contextualizada do fenômeno” (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018, p. 23), pode-se desenvolver uma análise relacionando a outros fenômenos como problemas e/ou conflitos presentes no território. Podendo assim, compreender quais territórios são mais impactados pelos processos de remoção ou de ameaças, além de suas causas (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018).

Nesse sentido, qualificar o entendimento em torno do fenômeno das remoções é necessário, e, assim, alguns temas são importantes para o aprofundamento desse entendimento e de sua complexidade:

(i) a necessidade de entender o papel do Estado nos processos de remoção forçada, identificando os efeitos desejados e indesejados das políticas públicas; (ii) perceber como a crescente judicialização desses processos transforma a luta anti-remoção e também a atuação do Estado; (iii) compreender e apontar o componente racial e de gênero nesses processos, procurando identificar populações removidas e/ou removíveis; (iv) registrar e relatar casos de remoção a partir de cartografias/mapeamentos, etnografia e indicadores quantitativos para entender os processos considerando diferentes escalas, subjetividades e o ponto de vista dos atingidos (VILELA; LINS, 2018, p. 201 - 202).

Ainda, vale ressaltar a importância do trabalho conjunto de pesquisadores, ativistas e atingidos, por meio de uma rede global articulada nos territórios, para revelar as características desse fenômeno, pois os processos de remoções possuem singularidades, podendo, assim, contribuir para uma situação de incessante “precariedade e transitoriedade das populações atingidas” (VILELA; LINS, 2018, p. 202). Mesmo se concretizando nos territórios, uma das características são os “processos de despossessão como deslocamentos forçados fazem parte da financeirização mundial do capitalismo” (VILELA; LINS, 2018, p. 202) e que em Rio Grande, por exemplo, ocorreram justificados pelo processo de ampliação das atividades portuárias como forma de manutenção e ampliação dos negócios da classe empresarial da cidade (SANTOS, 2016).

1.4 Conceitos Secundários

1.4.1 Conflitos ambientais urbanos

Os conflitos urbanos são a explicitação para toda a sociedade da desigualdade socioambiental. Por tanto, assumimos neste projeto a definição de conflito urbano do Observatório de Conflitos Urbanos da cidade do Rio de Janeiro, sendo compreendido como

todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc). Manifestação

coletiva que tenha a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações (OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS, RIO DE JANEIRO, RJ)¹².

Câmara (2016, p.118) destaca que os conflitos urbanos reivindicam “acesso à cidade em seus diversos aspectos”, sendo uma espécie de indicador de contradição entre o projeto oficial e a ocupação real do espaço. Em que “os conflitos urbanos em torno de ‘bens coletivos’, do ‘espaço não mercantil’ por meio do qual as práticas espaciais se confrontam na disputa por sua ‘duração’, são os sintomas vivos da insustentabilidade das cidades” (ACSELRAD, 2009, p. 31). Os conflitos urbanos contemporâneos promovem a inclusão de novos atores que lutam para submeter a lógica de funcionamento da economia do ambiente urbano “aos princípios de uma justiça ambiental aplicada às cidades” (ACSELRAD, 2009, p. 31), evidenciando as contradições do capitalismo e seus instrumentos de acumulação.

Para além dos conflitos urbanos, também, temos os conflitos ambientais, que

surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido, pois, qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade conforme a percepção dos seus idealizadores. Quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 4).

Portanto, os conflitos ambientais denunciam as exclusões que as contradições do desenvolvimento impetram em suas vítimas, além de assumirem todo o ônus resultante deste modelo de desenvolvimento, ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental. Zhouri e Laschefski (2010) propõem

a identificação de três modalidades de conflitos ambientais: (a) os distributivos, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os espaciais, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os territoriais,

¹² Disponível em: <http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/site/apresentacao.php#8>.

relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 6).

Para Pereira (2013), nas sociedades capitalistas há uma apropriação desigual da natureza e dos capitais, materiais e simbólicos, que conduzirá a uma distribuição desigual dos danos ambientais, que sobrecarregará com uma carga maior as classes 'inferiores' e os trabalhadores e/ou operários com rendas mais baixas. Por outro lado, conduzirá também a uma distribuição desigual nas possibilidades de êxitos através da significação pela apropriação das condições naturais e dos capitais materiais e simbólicos em disputa.

Então, nessa disputa pela hegemonia no território,

quando as condições de que dispõe determinado agente para realizar a apropriação dos recursos naturais (solo, cursos d'água, atmosfera) e construídos (saneamento básico, infraestrutura, entre outros) são prejudicadas pelas atividades ou projetos de outros agentes, abre-se a possibilidade para que se instaure a situação que designamos como **conflitos ambientais urbanos**, ou seja, aqueles envolvidos na construção de territórios urbanos, protagonizados pelos grupos e classes sociais subalternizados pela produção capitalista da cidade (PEREIRA, 2013, p.61 – grifo meu).

No desvelar desses conflitos, Acselrad afirma que haverá um investimento em tecnologias de resolução negociada¹³, para que esses litígios “não contaminem a esfera política” (ACSELRAD, 2014 p. 93), colocando em questionamento o próprio modelo de desenvolvimento como um todo (ACSELRAD, 2013). Há uma necessidade de se buscar a coesão social, com o objetivo de competir com outros territórios pelos investimentos econômicos. Nesse sentido, bradou, no ano de 2003, um ex-presidente do Chile que “um país sem coesão social é conflitivo. Um país conflitivo não é competitivo” (ACSELRAD, 2014, p. 93). Assim, procura-se

individualizar os problemas gerais e solucioná-los em sua particularidade, pondo-se como meta a obtenção da paz

¹³ Por exemplo: O Porto de Rio Grande, por meio de seu Programa de Educação Ambiental (ProEA/PRG), opera na resolução negociada de conflitos decorrente de sua expansão e de sua atividade portuária, e que, por fim, acaba por agir em prol dos seus próprios interesses e, com isso, realiza a "gestão empresarial dos riscos sociais" e "gestão social do território". O ProEA/PRG serve como mediador na antecipação e resolução negociada dos conflitos ocasionados pela atividade portuária, e assim, consegue fazer a "gestão empresarial dos riscos sociais" e "gestão social do território", aumentando o seu "estoque de capital reputacional" e obtendo a "licença social para operar" conforme foi demonstrado por SANTOS, C. F., na tese O Porto e a Desigualdade Ambiental em Rio Grande (RS/BRASIL): A Educação Ambiental na Gestão "Empresarial dos Riscos Sociais" e "Social do Território", de 2016.

empresarial através do encaminhamento das reivindicações e protestos em direção a uma solução que dê 'satisfação às partes' – ditas win-win, objetivo que é bem traduzido no título de um clássico manual da negociação de conflitos da Universidade de Harvard – Como obter o sim (ACSELRAD, 2014 p. 93)

Portanto, evita-se ao máximo o conflito e investe-se em projetos educativos com o intuito de produzir os consensos e a formação da opinião pública de acordo com os interesses dos negócios.

1.4.2 Justiça ambiental

Nos Estados Unidos, durante a década de 1980, organizações sociais e ambientais tiveram a percepção de que a distribuição dos riscos ambientais oriundos de processos econômicos era desproporcional. Os riscos eram manejados de forma intencional sobre populações de baixa renda e/ou comunidades afro-americanas, uma vez que depósitos de lixo químicos, radioativos, efluentes poluentes estavam concentrados em áreas onde residiam essas populações. A partir das lutas empreendidas nos Estados Unidos, começa a se observar a constituição de um movimento por justiça ambiental (ACSELRAD, *et al.*, 2004).

No Brasil, um país onde uma das principais características é a desigualdade social, a promoção de diversas injustiças está marcada em sua história. Por isso, o tema da justiça ambiental vem sendo trabalhado de uma forma mais ampla em comparação à forma como é interpretada nos Estados Unidos, para além da contaminação química e da característica racial de discriminação, uma vez que “a injustiça e a discriminação aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento” (ACSELRAD *et al.*, 2004, p. 10).

A população de baixa renda, em geral, é a que mais está exposta aos riscos ambientais e que menos acessa ar puro, água potável, saneamento ambiental e moradia digna. Um ponto importante é que as dinâmicas

econômicas desse modelo de desenvolvimento impactam diretamente as cidades, pois, origina um processo de exclusão territorial e social, obrigando uma grande massa de trabalhadores precarizados a buscarem as periferias dos centros urbanos para morar.

Sendo assim, em 2001, representantes de Movimento Sociais, Sindicatos de Trabalhadores, ONGs, Organizações Ambientistas, Organizações Indígenas, Movimento Negro e Pesquisadores das Universidades se reuniram para denunciar e debater a injustiça ambiental que caracteriza o modelo de desenvolvimento brasileiro, onde a maioria da população brasileira encontra-se exposta a fortes riscos ambientais, nos seus locais de trabalho, de moradia e ou por onde circulam (ACSELRAD, *et al.*, 2004). O encontro deu origem à criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e nele construiu-se um entendimento do que é injustiça ambiental:

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD *et al.*, 2004, p. 14).

Na ocasião, se formou a RBJA, a qual entendeu que, para a concretização da justiça ambiental, era necessário constituir um conjunto de princípios e práticas:

- a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso (ACSELRAD, 2004, p. 15).

Um dos suportes do conceito de Justiça Ambiental, e que em parceria revelam as contradições do sistema capitalista é o conceito de Desigualdade Ambiental, que nos permite

apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se aos grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos (COLETIVO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2013, p. 165).

Portanto, incorporamos o conceito de vulnerabilidade socioambiental por acreditar que contribuirá para revelarmos as desigualdades e injustiças ambientais ocorridas no território, desvelando a distribuição dos riscos ambientais e sociais. Gould afirma que existe uma estrutura econômica que cotidianamente distribui os riscos ambientais para baixo, ou seja, para as populações socioeconômicas inferiores, sendo isso “uma consequência normal das economias capitalistas” (GOULD, 2004, p. 70). Essa estrutura econômica focada na produção de tecnologias e mercadorias origina benefícios econômicos, mas também riscos ambientais e sociais. Porém, o que observamos é que os benefícios econômicos tendem a se concentrar nas classes sociais mais altas, geralmente onde estão os investidores, empresários, gerentes e proprietários, deixando para os trabalhadores e desempregados os riscos ambientais e sociais (GOULD, 2004).

Nesse sentido, aqueles que possuem capacidade financeira, devido aos benefícios econômicos da produção, irão usar sua riqueza para buscar moradias em áreas ambientalmente seguras da cidade, ao passo que aqueles que não possuem condições financeiras de buscar áreas ambientalmente seguras, não possuem outra alternativa senão estabelecer moradias em áreas ambientalmente perigosas. É essa dinâmica de segregação espacial, aliada a falta de políticas urbanas, que levará as populações de baixa renda a construir suas moradias em área de risco (GOULD, 2004; CARTIER *et al.*, 2009; SPINK, 2014).

Na lógica de segregação, o mesmo poder de atrair as populações de baixa renda a buscarem os terrenos mais baratos para morarem, também vai

influenciar os empresários e as indústrias a buscarem esses terrenos para instalarem seus negócios. Sua motivação é a necessidade de terrenos grandes e baratos para a instalação das indústrias, o que vai colaborar para uma estreita relação com as classes economicamente fragilizadas e que dependem dos empregos para sobreviver. Isso, aliado à necessidade de mão-de-obra de baixo custo pelas indústrias, cria um ambiente propício à perpetuação dessa lógica (CARTIER *et al.*, 2009).

Segundo Gould (2004, p. 73), “a riqueza é um componente primário de poder”, uma vez que facilita a relação de influência dos que acumulam riqueza com o estado. Dessa forma, possuem o poder de controlar quais espaços serão ‘alvos’ do investimento financeiro em infraestrutura por parte do Estado, usando como ‘moeda de coerção’ a oferta de emprego e financiamento de campanhas eleitorais, como modo de garantir que os gestores tomem a ‘decisão certa’ sobre o território. Esse processo pode ser entendido como chantagem locacional, que ocorre pela imposição da escolha entre duas situações ruins, como, por exemplo: entre a instalação de um empreendimento poluidor ou a falta de empregos (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009), como também pode ser percebido em muitos casos de remoções.

Para Gould (2004), há uma relação diretamente proporcional entre acumulação de riqueza e acumulação de poder político, na mesma proporção que acumulação de poder político e acumulação de riqueza. Sendo assim, estes ‘acumuladores’ de riqueza e poder político produzem/promovem uma distribuição dos riscos ambientais às comunidades pobres, operárias e de baixa renda, através de ‘acordos’ ou ‘chantagens’. E essas comunidades, sem riqueza e nenhum poder político, necessitarão se organizar politicamente e mobilizar recursos, tanto na comunidade como fora dela, a fim de resistir à imposição desses riscos ambientais (GOULD, 2004).

Portanto, podemos afirmar que viver em área de risco não se trata de uma escolha para os trabalhadores e para a população de baixa renda, pois sem a capacidade financeira, esta é a alternativa que lhes resta, a de estabelecer suas moradias em área que ofereça algum tipo de vulnerabilidade socioambiental (CARTIER *et al.*, 2009).

Assim, as moradias têm papel importante na análise da vulnerabilidade socioambiental, ou no mapeamento das áreas de risco, seja pela sua localização, ou pelas condições de precariedade ou não dessas construções. Elas, também, evidenciam a falta de políticas urbanas que possam garantir o direito de moradia digna e de preservação ambiental, pois, como afirma Spink (2014, p. 3747), “moradias são materialidades atravessadas por socialidades”, ou seja, o contexto político e social influencia o processo de constituição destas moradias.

CAPÍTULO 2 - RIO GRANDE

2.1 Introdução

O município¹⁴ do Rio Grande está localizado no extremo sul do território brasileiro, na planície costeira do Rio Grande do Sul, entre a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim. Situada ao sul do Trópico de Capricórnio, o clima é temperado úmido com verão quente e com forte influência oceânica (VIEIRA, 1983, p. 15). Com uma população estimada em 211.965 habitantes, para o ano de 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Trata-se de uma cidade portuária com seu processo de urbanização condicionado por alguns ciclos de desenvolvimentos econômico, nos século XVIII como suporte à economia agrícola do sul do Brasil com o ciclo do charque, no século XIX com a instalação da indústria têxtil, a construção da Via Férrea Rio Grande/Bagé e a inauguração do Cais do Porto Velho, passando pelo século XX com a implantação do Porto Novo, Superporto e Distrito Industrial de Rio Grande - DIRG (RITTER, 2015), e neste século com a expansão e modernização do Superporto e a instalação da Indústria Naval (RAMOS; MARTINS, 2017).

Sendo assim, acreditamos ser pertinente considerar tais ciclos econômicos – e, portanto, de desenvolvimento – da, e na, relação da cidade do Rio Grande com o ambiente natural no referente à sua ocupação e transformação para produção de seu espaço urbano em benefícios de poucos, e em detrimentos de muitos e do próprio ambiente natural. Portanto, desde sua gênese até os dias atuais, se produz via processo de acumulação de capital de exploração humana e dos demais seres vivos e do ambiente natural, uma cidade desigual, injusta e contaminada na qual a questão da moradia/habitação

¹⁴ Pensamos ser importante definir a diferença entre município e cidade. O município no Brasil, por meio do Decreto Lei n. 311, de 02.03.1938, é associado a delimitação de zonas rurais somadas as zonas urbanas. Já a cidade diz respeito a aglomeração urbana em contraposição ao campo, então quando tratarmos de cidade nesta dissertação estaremos comunicando sobre a zona urbana, diferentemente do município que trataremos como a totalidade das zonas urbanas e rurais. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf> Acesso em: 17/08/2021.

para grande parte de sua população é um dos problemas fundamentais que vivem na atualidade.

2.1.1 A Gênese de Rio Grande

Rio Grande foi criada no período da colonização europeia na América, a partir da expansão da Coroa Portuguesa na disputa geopolítica pela Bacia do Rio da Prata com o Império Espanhol. O controle da navegação pelo Rio da Prata e a exploração econômica das terras meridionais forçou os portugueses a criar um plano de colonização do território ao sul do limite do Tratado de Tordesilhas (ALVES; TORRES, 1997; MARTINS, 2006). Nestas terras já circulavam indígenas, contrabandistas de gado vacum e mercadores, buscando empurrar suas fronteiras sobre as terras meridionais, uma corrente vicentista de ocupação litorânea partindo em direção ao sul, criou novos povoados e vilas estabelecendo uma nova rota de comércio e exploração dos recursos naturais: Paranaguá (1654); São Francisco do Sul (1658); Desterro (1675), Laguna (1676) e Colônia do Sacramento (1680) (MURADÁS, 2008; AMARAL, 2011; RODRIGUES; MACHADO; AGUIRRE, 2015; SANTOS, 2016).

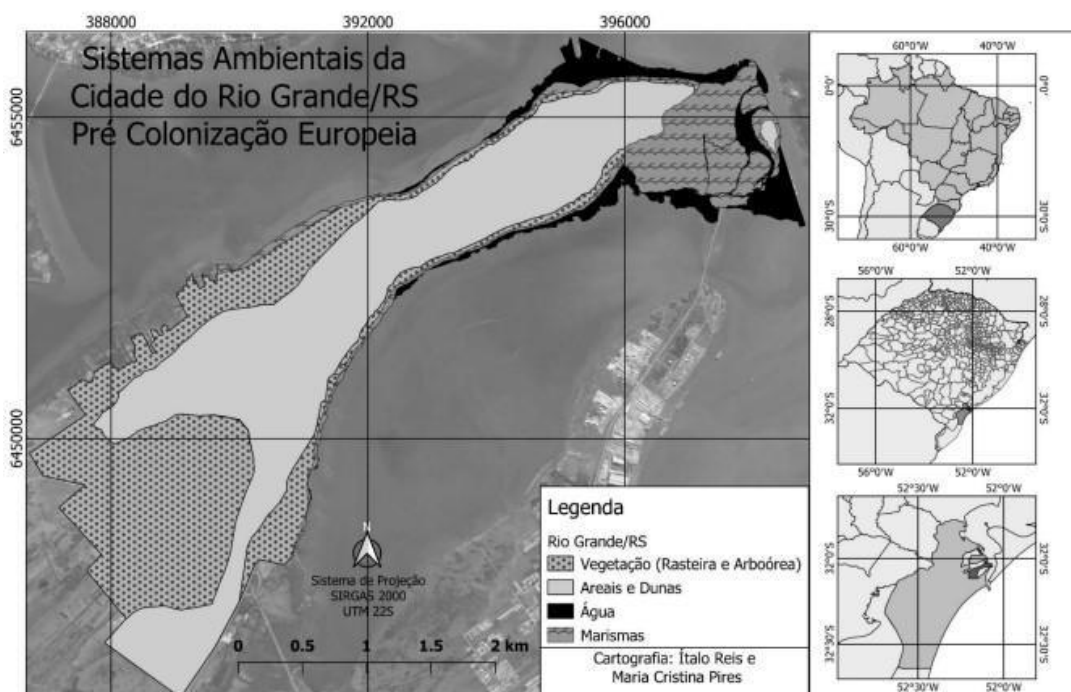
A fundação da Colônia de Sacramento é um episódio significativo e um grande conflito diplomático e militar com o Reino Espanhol e que vai colaborar com a fundação de Rio Grande, e perdurará durante o fim do séc. XVII e parte do séc. XVIII (MURADÁS, 2008). A Coroa Portuguesa, a fim de proteger seu território dos Espanhóis e explorar esses recursos naturais, planejou¹⁵ a ocupação do estuário da Lagoa dos Patos, conhecida na época como a Barra do Rio Grande (ALVES; TORRES, 1997; AMARAL, 2011). O processo de ocupação do território ocorre a partir da construção do Presídio Jesus-Maria-José com a instalação de uma Comandância Militar, em 19 de fevereiro de 1737, de um ancoradouro, que depois se tornaria um porto, e em 1755 da Igreja Matriz de São Pedro (ALVES; TORRES, 1997; SANTOS, 2016). Outras duas fortificações foram construídas – São Miguel e Santana, no Estreito - para garantir a segurança do Canal da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim e, também do Povoado do Rio Grande, tornando-se, assim, um posto militar

¹⁵ Documentos com informações sobre a Barra do Rio Grande e a possibilidade de ocupação do estuário datam do início do séc. XIII.

avançado garantindo o comércio do gado e do contrabando do Prata (MURADÁS, 2008).

A partir da fundação do Povoado do Rio Grande em 1737, travou-se uma intensa luta contra a natureza para “domá-la e transformá-la”, afim de se estabelecer e viver, foi empreendido grandes esforços para se produzir uma cidade no extremo sul. Sua natureza (Figura 03) ‘hostil e inóspita’ era um entrave à ocupação, sua paisagem era dominada por “dunas, lençóis de areia, sequência lagunares e de banhados, vegetação pobre e ventos forte” (PIRES; REIS; TORRES; MAIER, 2020, p. 1757) e foram grandes os obstáculos ao estabelecimento de uma sociedade, bem como a Barra do Rio Grande que dificultava o acesso de grandes embarcações, conhecida como ‘Barra Diabólica ou Barra Infernal’ (MARTINS, 2006; CIPRIANO; MACHADO, 2014).

Figura 2: Sistemas Ambientais de Rio Grande Pré-colonização europeia



Fonte: PIRES; REIS; TORRES; MAIER, 2020

Na ocupação do território de Rio Grande, seus primeiros habitantes viveram “em intensa luta contra a natureza: a hostilidade dos areais para a construção e fixação de moradias, os terrenos alagadiços, as condições desfavoráveis da Barra para aportagem de grandes embarcações e a grande fúria dos ventos” (CIPRIANO, 2012, p.10), dificultando o desenvolvimento do povoado nas primeiras décadas.

Durante este período o povoado foi elevado à condição de vila em 1743 e, posteriormente, ganharia uma organização administrativa em 1751¹⁶, quando a coroa portuguesa instalou na região o seu aparelho administrativo (PEDROSO, 2012). Somente no fim do séc. XVIII com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777 foi consolidado o domínio português em Rio Grande e a Coroa Portuguesa preocupada com a subocupação do território intensifica o domínio militar e concedeu sesmarias no interior do continente com objetivo de assegurar as fronteiras. De acordo com Martin (2019) nesse período se formaram quatro núcleos de assentamentos: o núcleo da Torotama, atualmente Povo Novo; o núcleo dos Paulistas, que vai da Vila ao arroio do Taim; o núcleo do Saco da Mangueira e; o núcleo dos Carreiros a uma légua da Vila.

2.1.2 A cidade comercial, a ocupação do território e a luta contra natureza.

O desenvolvimento das charqueadas gaúchas se expandiu a partir de 1780, e a necessidade de escoar a produção do charque, couro, sebo, guampa, graxa, carne em barris, intensifica a atividade portuária em Rio Grande, tornando-a o “centro comercial – legal e ilegal - da Capitania” (ALVES; TORRES, 1997, p.39). Podemos observar essa realidade pelos seus números de exportação, no ano de 1790, foram exportadas ao Rio de Janeiro - capital do Império ao Rio de Janeiro, um pouco mais de 100 mil couros. Apenas três anos depois, em 1793, foram exportadas 13 mil arrobas de charque (MURADÁS, 2008). Além, da expansão das charqueadas, a instalação da Alfândega (1804) “obrigou que todos os produtos por ela passassem, uma vez que os navios atracavam na vizinha São José do Norte” (ALVES; TORRES, 1997, p. 40) o que vai criar as condições para o desenvolvimento comercial da Vila (ALVES; TORRES, 1997; AMARAL, 2011).

¹⁶ Em 1750 é assinado o Tratado de Madrid, que irá efetuar as trocas de território passando os Sete Povos das Missões para domínio português e a Colônia de Sacramento para domínio espanhol. Por diversos motivos, o Tratado de Madrid não é respeitado em algumas das regiões e logo se torna anulada todas as disposições feitas nele. Assim, no ano de 1763 os espanhóis avançam para o norte e conquistam a Vila de Rio Grande a dominando e controlando por 13 anos, os habitantes da Vila atravessam o canal e vão ser acolhidos primeiramente em São José do Norte, que depois também é tomada pelos espanhóis, e fogem para Viamão, e só irão retornar a Vila de Rio Grande em 1776, com a retomada do território pelos portugueses, que expulsam os espanhóis (MURADÁS, 2008).

Saint-Hilaire¹⁷ em suas viagens ao Rio Grande do Sul e Uruguai visita a Vila de Rio Grande em 1820 e em seus relatos afirma que “o progresso desta cidade é devido unicamente ao fato de ali estar situada a alfândega, e de ser ponto obrigatório para transportar todas as mercadorias destinadas ao norte. (SAINT-HILAIRE, 1820, p.106). Além disso, demonstra as dificuldades que a ‘natureza hostil’ impunha para o estabelecimento da ocupação da Vila do Rio Grande, em que diz que:

Em frente ao Rio Grande, não há profundidade bastante para outras embarcações além de pequenos iates; os maiores ancoram diante da Aldeia do Norte, que pode ser considerada como porto de São Pedro. Seria, pois, muito provável que esta cidade, não possuindo verdadeiramente um porto, situada em terreno estéril, no meio de pântanos e areais, ameaçada constantemente de ser aterrada pelas areias, seria provável, repito, que esta cidade fosse em breve abandonada, se não tivessem colocado a alfândega e não fossem obrigados a transportar para aí todas as mercadorias que chegam ao Norte (SAINT-HILAIRE, 1820, p.100 - grifo nosso).

A Barra do Rio Grande era um grande obstáculo natural para o desenvolvimento da vila pois, era “considerada desagradável e perigosa” (ALVES; TORRES, 1997, p. 40) e dificultava o acesso de navios maiores ao Porto, por não ter profundidade suficiente. Saint-Hilaire relata as dificuldades e o cenário encontrado na Barra do Rio Grande.

Nada se iguala à tristeza desses lugares. De um lado, o bramir do oceano; e do outro, o rio. O terreno, extremamente plano e quase ao nível do mar, é todo areal esbranquiçado, onde crescem plantas esparsas, principalmente o senecio. As choupanas, malconservadas, só anunciam miséria: destroços de embarcações semienterradas na areia recordam pungentes desgraças e nossa alma se enche, pouco a pouco, de melancolia e terror. **O refluxo das águas do rio, produzido pelo mar, e a falta de profundidade são as causas das dificuldades que a barra apresenta à navegação e dos naufrágios frequentes que ali ocorrem.** [...] A barra do Rio Grande apresenta uma notável singularidade: é que não fica sempre no mesmo lugar. [...] A nova barra começara a ser aberta há cerca de cinco anos, tornando-se navegável à época em que a outra ficou

¹⁷ Auguste de Saint-Hilaire foi um Botânico Naturalista francês nascido em Orléans, com passagens pela América do Sul, cujos relatos são documentos de grande valor histórico sobre a vida e os costumes brasileiros na primeira metade do século XIX. Quando esteve no Brasil (1816-1822), percorreu os atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Colheu grande quantidade de material orgânico e mineral, além de dados etnográficos e descreveu o aspecto da flora em cada região visitada, enriquecendo a fitogeografia florística e a fitogeografia ecológica com sua interpretação do complexo meio físico-planta, referente às plantas estudadas. Classificou duas famílias, muitos gêneros e mais de mil espécies novas da flora brasileira. Reuniu uma coleção de seis a sete mil espécies de plantas para o Museu de História Natural de Paris (CIPRIANO; MACHADO, 2014, p. 239)

impraticável. Pode-se transpô-la com os ventos de leste a sul e de sul a oeste (SAINT-HILAIRE, 1820, p.100 – grifo nosso).

Além da perspectiva preconceituosa e colonialista do viajante europeu, também, podemos perceber em seu relato a presença de uma natureza hostil na Barra do Rio Grande demonstrada nos “naufrágios frequentes” e nas “desgraças” decorrentes dos mesmos, simbolizada pelo sentimento de melancolia e terror despertado nele ao ver os destroços enterrados. Ao mesmo tempo, percebemos a transformação desta natureza física, por meio da dragagem da Barra e da margem do Rio Grande, com construção dos primeiros metros de cais do Porto Velho, cujas obras foram concluídas em 1823 (MARTINS, 2006; AMARAL, 2011; SANTOS, 2016) com o objetivo de beneficiar o desenvolvimento econômico. Segundo Martins (2006) essas melhorias foram possíveis devido ao capital acumulado pelos comerciantes, o que nos leva ao raciocínio desenvolvido por Santos (2016) que

“a manutenção e o aumento do calado do canal de ligação da lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico, objetivava fundamentalmente os interesses econômicos das elites na manutenção e continuidade da desigualdade ambiental na apropriação da riqueza, bem como na apropriação e transformação do território em benefício dos mesmos” (SANTOS 2016, p. 86)

As principais obras na próspera Vila, assim como a dragagem, foram feitas por financiamento destes comerciantes e construídas com mãos escravizadas de indígenas e/ou negras¹⁸: a construção de um teatro, a melhoria do Paço do Conselho e a construção de um novo prédio para a Alfândega. Até o final da década de 1820 a Vila do Rio Grande era formada por seis ruas consideradas principais, que corriam paralelas ao porto, atravessadas por vários becos (MARTINS, 2006). Ao mesmo tempo, isso possibilitou o crescimento populacional da região (Mostardas, Piratini, etc) fazendo com que, se em 1814 em Rio Grande possuía apenas 8414 habitantes, oito anos depois, em 1822, tinha se multiplicado quatro vezes, passando a ter 34.360 habitantes (AMARAL, 2011).

¹⁸ RODRIGUES, MACHADO e AGUIRRE (2015) argumentam que a “história contada nos livros didáticos e na Universidade tende a reproduzir uma história dominante e branca”, negando ou não evidenciado a existência e a participação de outros grupos étnicos como os indígenas e os negros na construção do Rio Grande (RODRIGUES; MACHADO; AGUIRRE, 2015, p. 681-683).

Em 1829, os desafios da ocupação continuam muito presentes, fatores naturais serviam de obstáculos à expansão da vila e sua urbanização. Era necessário dominar e transformar essa natureza que se mostrava hostil a todo momento. Em 1835 a vila foi elevada à condição de cidade, se tornando capital imperial do estado durante a Revolução Farroupilha. As dunas serão removidas e aplainadas para a ocupação da cidade e utilizadas para “obras de melhoramento do porto primitivo” (AMARAL, 2011, p.39). Moradias e casas comerciais serão construídas, assim como novas ruas mais alargadas e as ruas centrais serão calçadas. A ocupação do território então ocorre em direção ao sul e a oeste.

A importação e exportação movimentava o Porto do Rio Grande produzindo e reproduzindo o capital da classe comercial da cidade. Os comerciantes vêm desde fins do séc. XVIII intensificando suas atividades em Rio Grande acumulando riqueza e poder e a fundação da Associação Comercial do Rio Grande, em 1844 é um dos símbolos deste período. A Associação Comercial no início do séc. XX terá participação política efetiva na transformação da Barra do Rio Grande para a manutenção e ampliação de seus negócios. (SALVATORI; HABIAGA; THORMANN, 1989; MARTINS, 2006; AMARAL, 2011).

O território ocupado, e transformado da cidade, se ampliou muito entre 1820 e 1860 aumentando quase sete vezes o seu tamanho, passando de 26 hectares de ocupação para ocupar 175 hectares. A acumulação deste capital comercial fez com que as ruas próximas ao Porto Velho “apresentassem perfil arquitetônicos arrojados, representado pelas casas comerciais” (MARTINS, 2006, p. 93) expressando as riquezas acumuladas nesse período que contrastavam com as áreas onde os pobres moravam, que eram “em cortiços ou fora da área de vista dos que chegavam na cidade” (MARTINS, 2006, p. 94). O que evidencia, também, que as injustiças e desigualdades já existiam nesta época, portanto, são históricas e persistem ainda hoje, no relacionando a desigual ocupação e uso do território, e no caso, deste capítulo dos problemas de moradia/habitação. Porém, tanto o crescimento urbano e a riqueza acumulada nesse período foram tímidas perante o período industrial do séc. XX.

A instalação da Alfandega, a dragagem do canal para instalação do Caís do Porto e a presença de europeus (espanhóis e portugueses), indígenas e negros transformou a vila rústica e de natureza hostil na 'próspera' cidade comercial. A apropriação da natureza e do trabalho escravizado de indígenas e negros presente neste território produziu a acumulação de riqueza e poder de uma classe dominante que formou as raízes históricas das desigualdades social e ambiental no Rio Grande (RODRIGUES; MACHADO; AGUIRRE, 2015). Porém, se de um lado, uma parte da natureza já havia sido dominada e transformada em riqueza, de outro lado, a cidade ainda se via limitada para crescer e teve que 'enfrentar' as altas dunas móveis existentes e as áreas inundáveis (AMARAL, 2011), e cada vez mais começa a se destacar a necessidade de soluções mais amplas ao "problema" do canal, e da modernização do acesso seguro ao Porto existente.

Para Porto-Gonçalves (2006) a dominação da natureza e sua transformação é sinônimo de desenvolvimento, e expressa a ideia de 'progresso', "afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque como constructos humanos, como a cidade" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 62). Assim, o capital acumulado pela apropriação e transformação da natureza, pela exploração humana e do comércio via porto, vão possibilitar a industrialização de Rio Grande e ampliar sua urbanização desde meados do século XIX.

2.1.3 A industrialização e sua urbanização – a natureza dominada?

A industrialização vai representar uma nova etapa no desenvolvimento das cidades pelo mundo, "com a consolidação dos comerciantes enquanto classe hegemônica, isto é, como burguesia comercial, tem-se um crescente acúmulo de riquezas e a preparação para um novo processo social" (ARAUJO, 2012, p. 135).

A instalação de grandes parques fabris ao fim do séc. XIX vai caracterizar o processo de industrialização no Brasil e no Rio Grande do Sul, em especial, pelos polos de Porto Alegre e o outro em Pelotas e Rio Grande.

Na cidade do Rio Grande, aliadas a implantação de outras estruturas urbanas (setor de transporte e comunicação), irão acelerar o desenvolvimento, a ampliação da área urbana, a acumulação do capital da classe hegemônica e o aumento ‘considerável’ da poluição ambiental e da desigualdade social (FERREIRA, 2014).

Transpor os limites apresentados pela natureza era necessário para afirmar o desenvolvimento da cidade, assim

Os aterros continuaram avançando pelo litoral, foi ganhando o espaço em que posteriormente se situou a estação marítima da estrada de ferro. À leste abriu-se a Rua Barroso e o pântano do sul recuou para a abertura da Rua Constância (João Alfredo). Porém foi a oeste que se situou a área de maior expansão. Alguns anos antes fora criado um cemitério para além das trincheiras. Agora a exigência decorrente da entrada da cidade no campo da indústria não artesanal impeliu a abertura do loteamento até hoje conhecido como “Cidade Nova”. Com isso duplicou-se a superfície urbana. Por mais de meio século, esta foi a principal área de crescimento citadino (COPSTEIN citado por MARTINS, 2006, p. 38)

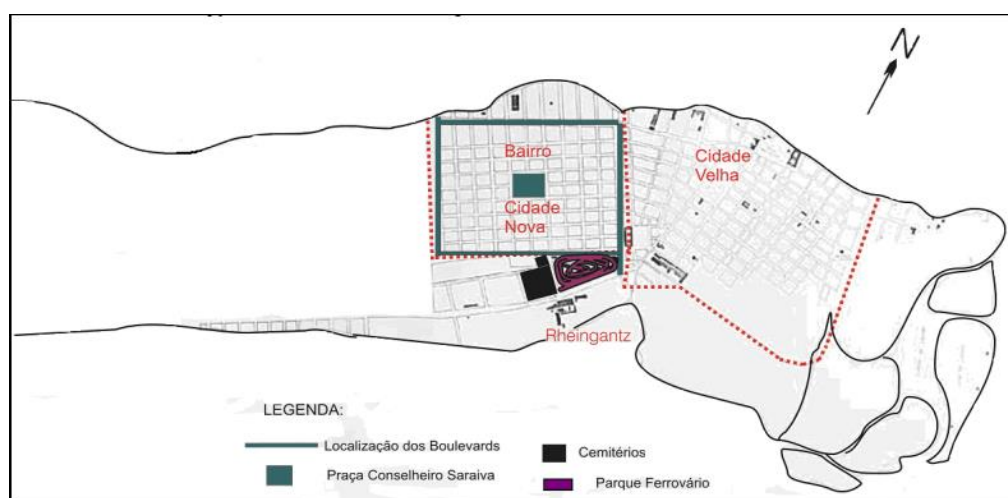
As trincheiras foram uma barreira artificial para conter invasões vindas pelo continente, situada a oeste do núcleo formador da vila, a cidade velha. Com a construção dos cemitérios, católico em 1855 e protestante em 1856, estavam transpostas essas barreiras e é instaurado uma nova fase da expansão urbana da cidade (MARTINS, 2006).

A expansão para oeste, para além das trincheiras¹⁹, pelo centro da restinga arenosa acontece pela construção de moradias, as áreas próximas aos corpos d’água (Canal na margem norte e o Saco da Mangueira na margem sul) seriam ocupadas em grande maioria pelas estruturas industriais. “Isso imprimiu uma forma a cidade, pois embora seja cercada por corpos d’água, não existem grandes espaços residenciais e públicos legalizados à beira d’água” (MARTINS, 2006, p. 114). Na expansão para leste onde estavam as áreas inundáveis da cidade, os marismas e banhados, foi designada uma comissão técnica, no ano de 1883, para estudo de desobstrução da Barra do Rio Grande, aumento da profundidade do canal e construção do Porto Novo (AMARAL, 2011).

¹⁹ As trincheiras eram valas produzidas a leste do sítio urbano, e era utilizada como estratégia de defesa, além de demarcar os limites da área dominada.

A instalação da primeira indústria em Rio Grande, a Fábrica Rheingantz²⁰, no ano de 1874, marca o início da industrialização e o aprofundamento da urbanização. Inicialmente localizada no centro da cidade, sua mudança para a atual Avenida Rheingantz e Avenida Presidente Vargas vai marcar a expansão da área urbana (MARTINS, 2006; AMARAL, 2011; NOGUEZ, 2015). Essa mudança marca a criação da primeira vila operária de Rio Grande, “foram construídas residências para abrigar parte de seus funcionários a partir de 1885 e alugadas a preços módicos. As moradias tinham estilo e valor diferenciado, de acordo com o cargo que o respectivo morador exercia na fábrica” (MARTINS, 2006, p.108). Também, foram construídos o cassino dos Mestres, uma escola para os funcionários e filhos e o Sport Clube União Fabril, tudo ao redor da fábrica na região do Saco da Mangueira (MARTINS, 2006). Outras vilas operárias surgiram nesse período. A figura 03 apresenta a expansão urbana à oeste com a criação do bairro Cidade Nova e a instalação da Rheingantz.

Figura 3: Expansão urbana à oeste



Fonte: Salvatori, et al, 1989.

A partir da Rheingantz, no final do séc. XIX, outros empresários implantaram plantas industriais²¹ em Rio Grande, atraindo uma grande

²⁰O prédio-sede da Fábrica Rheingantz passa atualmente por um processo de restauração e revitalização, a empresa Innovar Participações e Incorporações Ltda arrematou o imóvel por R\$ 14, 9 milhões. Atualmente, já está funcionando o Supermercado Stok Center, e está previsto a construção de um condomínio, o Acqua Park Rheingantz, além de outras obras como um museu, o Projeto é denominado Nova Rheingantz. Ver em: Acesso em: 25/08/2021.

²¹A Rheingantz fundada em 1975 produzia tecidos em lã; em 1876 foi fundada a Aliança que produzia calçados; em 1876 foi fundada a Cunha Amaral Cia que produzia conservas; em 1889 foi fundada a Fábrica Victória de calçados e fumos; em 1889 foi fundada a Leal Santos que

quantidade de trabalhadores de baixa remuneração que irão ocupar a Cidade Nova, e as vilas operárias construídas ao lado das fábricas.

A disseminação da indústria em Rio Grande foi tão intensa no início do século XX que o município ficou reconhecido como a “cidade das chaminés”, pois segundo relatos da época “para todos os lados que se virar os olhos, depara-se com um enorme cano de fábrica, como que recortando os rolos de nuvens que passam pelo ar” (FERREIRA, 2014, p. 86) sinalizando além da quantidade de indústrias, o início da poluição industrial existente até os dias de hoje. Pesquisas indicaram altos níveis de contaminação do solo por mercúrio na área central e contaminação dos sedimentos na região portuária (COSTA, 2007; BURGUEÑO, 2009). Segundo Ferreira (2014), trata-se de um município crítico em termos de Poluição Industrial.

A acumulação de capitais industriais e comerciais (importação e exportação) neste período vai promover uma grande renovação dos prédios da cidade velha – atual centro histórico. Também, vai favorecer o estabelecimento de uma burguesia industrial e comercial com hábitos aristocráticos e colonizada, que insistia “em imitar hábitos franceses²²” e, por outro lado, um operariado miserável, aumentando a desigualdade social. Como símbolo da acumulação de riqueza nesse período industrial, empresários irão planejar, a partir do final do século XIX, a ocupação da orla do Oceano Atlântico, com a criação da Vila Siqueira – atual Balneário Cassino, para a elite econômica da cidade e da região construir suas moradias de verão, além da instalação de um hotel (MARTINS, 2006).

O aumento da capacidade industrial e comercial da cidade do Rio Grande, aliada a concorrência com Porto Alegre pelo capital industrial e com o Porto de Montevideo pelo escoamento de muitos produtos, levava a

produzia alimentos em conserva e biscoitos; em 1891 é fundada a Poock & Cia para produzir charutos; em 1894 a Companhia de Fiação e Tecelagem Italo-brasileira que produzia tecidos (MARTINS, 2006).

²² No início do séc. XX devido as obras de construção do Porto Novo e dos molhes da Barra, partir de capital francês, foi instituída a *Compagnie Française des Oeuvres du Port de Rio Grande do Sul* que trouxe mestres-de-obras e operários franceses para a construção das estruturas (MARTINS, 2006). Nesse período a França, e mais precisamente Paris, era o centro do mundo disputando com Londres, e o Reino Unido, a hegemonia europeia na colonização do mundo.

necessidade de melhorias do Porto de Rio Grande, pois o mesmo “já não comportava tamanha movimentação de cargas” (PEDROSO, 2012 p. 58). Debates sobre a construção de um porto novo já vinham desde a segunda metade do séc. XIX e se intensificaram com a intenção de pecuaristas gaúchos em instalar em Rio Grande um grande frigorífico, afim de modernizar a pecuária no estado do Rio Grande do Sul e enfrentar a crise que o estado enfrentava. Porém, também era necessário resolver a entrada na Barra do Rio Grande com seus frequentes depósitos de sedimentos no canal (MARTINS, 2006; PEDROSO, 2012; SANTOS, 2016).

Essas obras só foram iniciadas de fato no começo do séc. XX, no ano de 1906, por meio do Decreto Estadual nº 5979 e a contratação do engenheiro norte americano Elmer Lawrence Corthel que constituiu a Cia. Port of Rio Grande do Sul e tinha como objetivo o aterro da área e a construção do Porto Novo, mas também a construção de dois grandes braços de pedras (molhes de pedra) na desembocadura da Lagoa dos Patos, na entrada do canal e seu aprofundamento para 10m. Com a dificuldade de obtenção de recursos o engenheiro Corthel recorre a capital francês e constituiu uma nova firma a *Compagnie Française des Oeuvres du Port de Rio Grande do Sul* para a construção das obras (MARTINS, 2006; SANTOS, 2016).

Na execução da construção dos molhes da Barra se constituiu “a primeira localidade dentro ou na área de influência do Porto do Rio Grande” (SANTOS, 2016, p. 90) conhecida atualmente como Barra Velha. Seus “registros indicam que as primeiras casas foram construídas entre os anos de 1906 e 1911 para abrigar os funcionários envolvidos na construção” (SANTANA, 2011 citado por SANTOS, 2016, p. 90). Para a construção dos molhes e do porto foi necessário comprar duas pedreiras no município de Pelotas, e construir duas linhas férreas para o transporte das pedras até a Barra do Rio Grande (MARTINS, 2006; AMARAL 2011).

As obras de construção do Porto ocorreram concomitante as obras dos molhes, e o local escolhido para sua implantação foi a região a leste da cidade, na área da Ilha do Landino, uma região formada por ilhas e áreas inundáveis. A área escolhida, diferente da intenção inicial, acabou favorecendo os franceses

Hector Legru e Percival Farquhar, que com informações privilegiadas haviam adquirido a área de vários proprietários por um valor bem baixo por se tratar de áreas inundáveis, e a venderam para a *Compagnie Française* por um preço mais alto (MARTINS, 2006).

Durante a execução das obras, a areia dragada era utilizada para aterro de duas áreas: a primeira a oeste do canal, denominada Terraplino Oeste²³ (Figura 04) onde vai se desenvolver diferentes formas de ocupação, e a segunda a leste do canal denominada Terraplino Leste, e que, posteriormente, se chamará Ilha da Base e pertencerá a Marinha (MARTINS, 2006). Segundo Ferreira (2016) no Terraplino Oeste aterrou-se “uma área de 200 hectares de superfície” onde “procedeu-se à construção do cais do Porto Novo” (FERREIRA, 2016, p. 52). “O volume foi estimado em 8 milhões de metros cúbicos” (MARTINS, 2006, p. 137) e foram depositados entre o novo porto, nos terrenos pantanosos (marismas) e a cidade. Nessa área foram construídas 60 casas de madeira para abrigar de forma provisória os operários especializados e mestres de obras vindo das França (MARTINS, 2006; AMARAL 2011).

Figura 4: Terraplino Oeste Sedimentado para construção do Novo Porto



Fonte: Ferreira 2016

²³ A região do Terraplino Oeste e da localidade da Barra Velha irão concentrar diversos conflitos ambientais e urbanos no decorrer do séc. XX e XXI decorrentes do “progresso”, como veremos adiante no capítulo.

As obras foram concluídas no ano de 1915, mas em meses diferentes – março a inauguração dos molhes e novembro a inauguração do porto. Com a conclusão dos molhes e do Porto Novo, a cidade havia, supostamente, dominado sua natureza hostil e inóspita, “o que implicou na urbanização de novas áreas e conseqüente modificação geomorfológica onde dunas foram terraplanadas, os banhados e lagoas aterradas e os pequenos arroios foram canalizados” (PIRES; REIS; TORRES; MAIER, 2020, p. 1767).

Devido a dificuldades econômicas e o alto valor das taxas portuárias levaram o Governo Federal a estatizar o Porto do Rio Grande, por meio do Decreto nº 3543 de 25/09/1918, encampando e indenizando a *Compagnie Française* para transferir todos os contratos referentes a Barra e o Porto do Rio Grande para o Estado do Rio Grande do Sul, permitindo sua melhoria no decorrer das décadas de 1920 e 1930 (MARTINS, 2006).

Com seu novo porto e com a linha férrea, Rio Grande estava conectada aos principais núcleos econômicos do Rio Grande do Sul, do país, da Argentina e do Uruguai (AMARAL, 2011). Assim, a instalação de novos complexos industriais ocorreu em Rio Grande, com atenção especial à Cia. Swift, em 1917, que estava no lobby para construção do novo porto e se instalou em uma área que “compreendia um total de 23 hectares arrendados junto ao Porto do Rio Grande, em área próxima ao Saco da Mangueira (PIRES; REIS; TORRES; MAIER, 2020, p. 1766), onde também ergueu um cais próprio para embarque e desembarque de suas mercadorias.

O aterro no terraplano Oeste e a instalação da Swift atraíram uma grande quantidade de migrantes que ocuparam “essas terras por não terem meios materiais de residir em outros pontos da cidade, ali se fixaram devido à proximidade do centro urbano e de seu local de trabalho” (CIPRIANO, 2012, p. 44). Essa ocupação foi iniciada com a construção da Vila Verde, atual Santa Tereza, e vai se intensificar nas próximas décadas pelo Terraplano Oeste, juntamente com outra comunidade de trabalhadores do Porto Novo, conhecida como a Vila do Cedro, atual Bairro Getúlio Vargas (BGV) (CIPRIANO, 2012).

A formação destes bairros no terraplano oeste vai apresentar uma nova característica a cidade, o crescimento desordenado, regiões extremamente

vulneráveis socioambientalmente, devido a serem regiões pobres e ocupadas por subhabitações “autoconstruídas²⁴” pelos trabalhadores ou pela população mais pobre da cidade, sobrepostas em “áreas frágeis ambientalmente” como as marismas e banhados aterrados, adicionado da insegurança da posse. A industrialização de baixos salários promove essa urbanização de baixos salários (MARICATO, 2015) que contrasta com a região do centro com uma urbanização com capital acumulado. A partir da década de 1940 essas comunidades sofrerão com processos de remoção para ampliação do porto, em nome do desenvolvimento, como veremos adiante.

No lado oposto, a noroeste do centro velho, junto ao Canal do Norte foi construído o Hipódromo Independência, em 1922, o que possibilitou a formação de uma grande área de expansão da cidade à oeste, entre a Cidade Nova e o Hipódromo. E ao sudoeste teremos a área do Reservatório da Hidráulica desocupada, reservada com objetivo de preservar os mananciais que ali existiam. Ao sul da área do Reservatório, onde estava o Parque Rio-Grandense, essa área passa a ser loteada e posteriormente ocupada por residências e estruturas assistenciais (MARTINS, 2006).

Conforme podemos observar a expansão e a ocupação de novas áreas é uma reação ao ‘progresso’ industrial e econômico e as transformações e/ou modificações no ambiente natural, que

foram muito rápidas, em menos de uma década se criou uma nova geomorfologia a partir do aterro de lagos e banhados, retinização de arroios, edificação de ilhas em antigos baixios e material de dragagem lançado em áreas baixas e pantanosas, ao sul do centro histórico, inclusive distantes da área do novo porto, criando novos terrenos para fixar futuras moradias. As alterações implicam não somente modificações diretas sobre as feições, mas também nos processos de transporte e deposição dos sedimentos. Os aterros das margens pantanosas que retinham parte dos sedimentos finos, alteraram a sedimentação e conseqüentemente o fluxo de sedimentos dentro do estuário, estes passaram a seguir em suspensão até a barra (PIRES; REIS; MAIER, 2019, p. 57).

Ao fim da década de 1930, essa região do terraplano oeste vai receber a instalação da primeira refinaria do país, devido a presença da estrutura portuária em Rio Grande, localizada na margem do Saco da Mangueira. A

²⁴Segundo Francisco de Oliveira essa prática da autoconstrução da moradia reduz o custo da força de trabalho, pois o trabalhador em seu descanso, geralmente aos fins de semana e a noite dos dias de semana, realiza a construção da sua casa. (MARICATO, 2015).

Refinaria de Petróleo Ipiranga (atualmente Refinaria Riograndense) vai constituir um importante marco no desenvolvimento econômico da cidade. Sua instalação realizou uma profunda transformação no ambiente de marismas, necessitando de aterro retirado com dragas do próprio Saco da Mangueira (MARTINS, 2006).

A partir de 1946 outras companhias petrolíferas irão se instalar em Rio Grande, são elas: Stantart, Shell, Texas, Atlantic, Stantart Oil e Texaco. Parte dessas refinarias se instalaram no terrapleno Oeste, e uma outra parte em outras áreas centrais do município (VIEIRA, 1983). Mas, as décadas 1950 e 1960 foram marcadas por fechamento de indústrias importantes de Rio Grande, o fechamento do frigorífico Swift em 1954, a Cia Italo-Brasileira em 1961, a Cia de Charutos Pooch em 1966 e a Fábrica Rheingantz em 1968, além de outras fábricas menores que também encerraram suas atividades, desempregaram “7000 trabalhadores em Rio Grande, em uma população de 82.000 habitantes” (MARTINS, 2006, p. 178). Uma parte desses trabalhadores foram absorvidos pela indústria pesqueira, aliviando um pouco crise na oferta de trabalho, e outra indo para a miséria, a precariedade e a viver de “bicos”.

A industrialização do pescado em Rio Grande iniciou em fins do século XIX, a partir das indústrias de alimentação, mas foi no fim do período das guerras mundiais, a partir de 1930, que o setor pesqueiro vivenciou um aumento na abertura de empresas, sendo pioneira na industrialização de pescados no Brasil. As indústrias pesqueiras se instalaram principalmente junto à margem norte do pontal, próximas as margens da Lagoa dos Patos (AMARAL, 2011; PIRES; REIS; TORRES; MAIER, 2020). O parque industrial do setor pesqueiro teve uma ascensão grande nas décadas de 1960 e 1970 tornando-se nesse período o maior parque de industrialização de pescados do Brasil movimentando um grande contingente de trabalhadores na cidade. Segundo Amaral (2011) a indústria da pesca “atualmente, passa por um processo de decadência e especialização” (p. 139) caracterizando a paisagem urbana da cidade do Rio Grande na atualidade com suas fábricas fechadas e abandonadas (AMARAL, 2011).

Observamos então que a industrialização e a urbanização, como faces de uma mesma moeda do capitalismo irão superar e transformar as barreiras impostas pela natureza no século XIX e XX e promover a modernidade como processo de acumulação e exclusão. Produzindo uma cidade extremamente desigual que promove a reprodução do capital (riqueza e poder) e também miséria, poluição e contaminação.

2.1.4 O Superporto, o distrito industrial e o polo naval – a zona de sacrifício.

A construção do Superporto e do Distrito Industrial - DIRG, no contexto do Projeto Corredores de Exportação – obras ferroviárias, rodoviárias e portuárias para escoar a produção de soja e derivados – foi considerada como um novo “fator de desenvolvimento para o município” (MARTINS, 2006, p.195), pois “ampliou sua condição de polo industrial (2º do estado do Rio Grande do Sul na época), bem como reforçou sua função de porto exportador da produção gaúcha” (SANTOS, 2016, p. 93), constituindo-se assim em um complexo portuário industrial. Foram investidos um valor superior a quatro bilhões de dólares para sua instalação em Rio Grande, sendo que para “cada dólar de investimento de capital privado nacional ou internacional, o Estado brasileiro investia cinco dólares” (DOMINGUES citado por MARTINS, 2006, p. 194).

As companhias petrolíferas instaladas no centro foram transferidas para a região do Superporto, com a instalação de um Píer petroleiro, além disso, outros terminais especializados foram instalados: graneleiro, de fertilizantes, de trigo e soja, de carnes, de containers e, por fim, o terminal de granéis líquidos (FERREIRA, 2016).

Estrategicamente a área escolhida para a instalação do Superporto e do Distrito Industrial – DIRG (Figura 05) foi ao sul da área urbana, localizada na margem do canal de acesso próximo aos molhes da Barra e a instalação do DIRG em uma área de 2500 hectares, inicialmente com empresas de fertilizantes e de óleo de soja. Segundo Martins essa região era ocupada por agricultores e criadores de gado leiteiro que foram desapropriados para

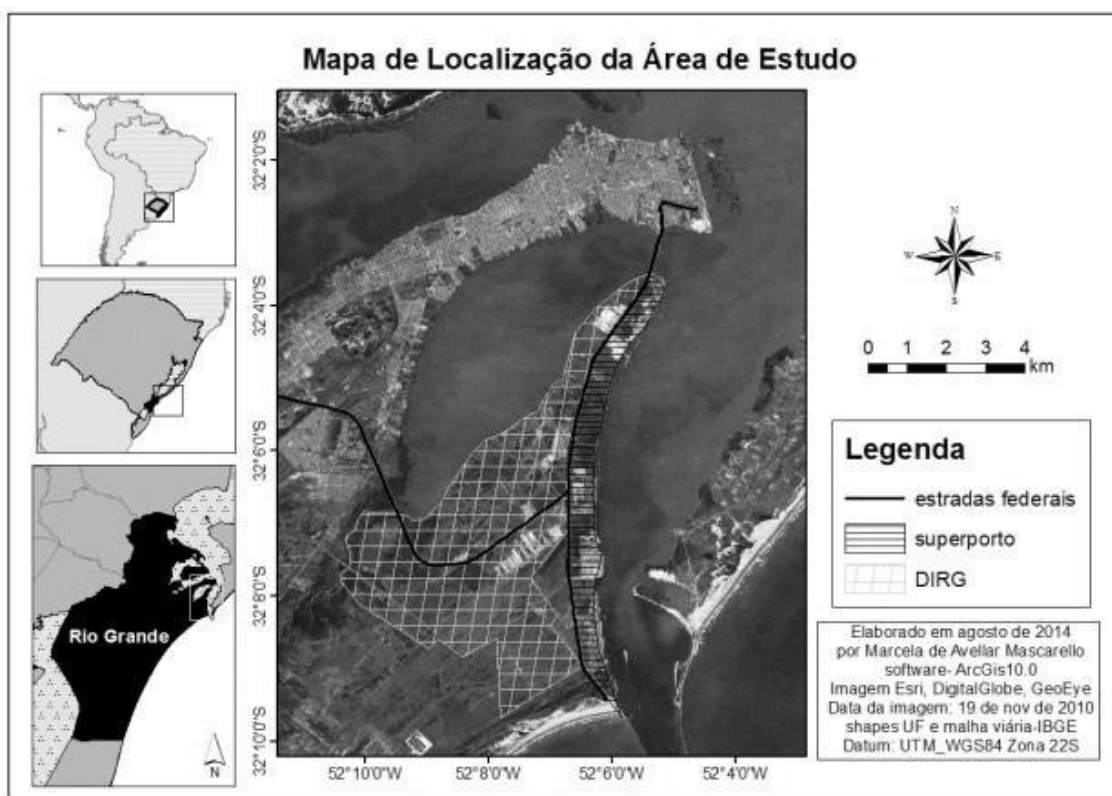
instalação do complexo portuário industrial. Até o ano de 1996 o anuário estatístico do Porto do Rio Grande descreve as instalações do Porto do Rio Grande da seguinte forma:

Cais de Saneamento e Porto Velho (praticamente desativados). - Porto Novo (22 armazéns: 18 de carga geral; 2 de granéis sólidos; 2 de carga frigorificada), com um cais de 1.952m de comprimento, 22 berços e profundidade de 10m. - Superporto: dispendo de 1.552m de cais, com profundidade variando entre 5m e 14,5m. Nesse trecho estão instalados os principais terminais especializados: a) Terminal de Contêineres. b) Terminal de Trigo e Soja (TTS). c) Terminais de uso privativo, operados pela Petrobrás; Fertilul; Companhia Rio-Grandense de Adubos (CRA); COPESUL; COTRIJÚÍ; Leal Santos Pescados S/A. INCOBRASA; LUCHSINGER-MANDORIN S/A; Bianchini S/A. (ANUÁRIO, 1996, citado por FERREIRA, 2016, p. 64).

Como já visto anteriormente na cidade do Rio Grande, com as indústrias e na própria Barra²⁵ Velha com os molhes, o processo de instalação dessas estruturas no DIRG também atraiu uma grande quantia de trabalhadores buscando melhores condições para se viver. Esses migrantes ocuparam as áreas reservadas para uso do Superporto constituindo assim as comunidades da Vila Mangueira e posteriormente da Barra Nova, ao lado de outra comunidade a Barra Velha, ocupada por pescadores artesanais (MARTINS, 2006; SANTOS, 2016). Segundo Santos (2016) além destas, uma outra comunidade vai se constituir nesse território a Vila das Barraquinhas, que abordaremos mais à frente por se tratar de uma comunidade que recentemente foi removida.

²⁵A construção dos molhes de pedra na desembocadura da Lagoa dos Patos atraiu mão de obra que se instalaram na região do canal nas margens do lado de Rio Grande e não de São José do Norte, surgindo assim a localidade da Barra.

Figura 5: Identificação das áreas do Superporto e do DIRG.



Fonte: Santos (2018). Elaborado por Marcela de A. Mascarello

Posterior a implantação do complexo portuário industrial, outra estrutura contribuiu para a expansão e ocupação do território urbano. A instalação do campus da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na década de 1970, no Carreiros permitiu a expansão da zona urbana a oeste do centro histórico, pois atraiu para seu entorno uma grande quantidade de pessoas com o surgimento de diversos bairros no decorrer das próximas décadas.

A década de 1980 e principalmente a década de 1990 vai ficar marcada como um período de crise econômica para o município, refletindo a estagnação política a qual o país passava devido às políticas neoliberais que tinham a América Latina como laboratório dessa ofensiva. Em Rio Grande esse período representou o fechamento de diversas firmas da indústria pesqueira, o fechamento de duas plantas industriais de fertilizantes e uma de óleo de soja, que forçaram o fechamento de 70% dos postos de trabalho da indústria local e do complexo portuário, além das políticas de ajuste fiscal²⁶ atingiram

²⁶ Pires et al (2020) mencionam que entre as políticas de ajuste estão: a) permissão da entrada de pescado sem tarifas aduaneiras que atingiu as indústrias locais; b) o fechamento da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), e da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicação (CRT)

diretamente a estrutura industrial e estatal instalada em Rio Grande, com isso “a expectativa de ocupação dos espaços destinados aos novos empreendimentos não se concretizou” (PIRES, REIS; TORRES; MAIER, 2020, p, 1770). Assim, o único fator para a expansão da cidade aconteceu com o aumento de loteamentos e conjuntos residenciais verticais destinados aos trabalhadores, como os bairros COHAB 2, Parque Marinha e Parque São Pedro e também a classe média e classe alta, como Jardim do Sol bairro projetado entre o Parque Marinha e o Parque São Pedro, e inspirado nos subúrbios norte-americanos. A produção de um bairro para a classe “A” promoveu o deslocamento das classes com maiores rendas que residiam no centro da cidade.

Importante salientar que a poluição no estuário nesse período era alta e estudos realizados por Niencheski *et al* (1980) indicavam que haviam “índices preocupantes” de contaminação e poluição das águas no estuário e posteriormente foram confirmadas pelo trabalho de Almeida *et al* (1993) onde verificou o comprometimento quanto a qualidade ambiental de doze áreas nas margens da Lagoa dos Patos em áreas com moradia (MARTINS, 2010).

Somente em 2003 a cidade de Rio Grande vai retomar a ideia desenvolvimentista via expansão econômica em alternativa ao vivido nas décadas anteriores. E a partir de 2005, serão destinados recursos para a modernização e a ampliação do complexo portuário, com a instalação de dois grandes estaleiros para a construção de plataformas para a exploração de petróleo, além de diversas obras de infraestrutura relacionadas a porto, energia elétrica, rodovias, urbanização e habitação (SANTOS; ARAUJO; MACHADO, 2013). Os ‘vultuosos’ investimentos realizados pelo Governo Federal ocorreram por meio do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC²⁷ na revitalização da indústria naval nacional como um setor estruturante para o país (SANTOS, 2016) e também no município de Rio Grande. Tal projeto, e perspectiva, era

resultante dos ajustes na estrutura do emprego público; c) a promulgação da Lei de Modernização dos Portos (Lei 8.630/93) que alterou as relações de trabalho e possibilitou a concorrência entre terminais públicos e privados, gerando redução no número de empregos.

²⁷ O PAC, lançado em janeiro de 2007, foi um programa de investimentos estratégicos em “grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país” (SANTOS, 2016, p. 96), onde o Estado brasileiro “assumia um papel condutor” nos investimentos e também “ditava diretrizes que abriam espaço para o incentivo ao investimento privado” (CHAGAS; CARVALHO, 2015, p. 59).

também estratégico no sentido de integrar o cone sul e de conexão do país com uma saída pelo Pacífico para acessar os mercados asiáticos (GERHARDT; LOPO; SANTOS, 2014). Novamente, o discurso desenvolvimentista ‘pintava’ os investimentos como a salvação para região²⁸, assim, mobilizou setores para garanti-lo, manchetes e notícias eram veiculadas nas principais mídias a fim de mobilizar a opinião, tornando-se “unanimidade entre as autoridades e parte da população local, invisibilizando com isso impactos, danos e conflitos próximos ao empreendimento” (GERHARDT; LOPO; SANTOS, 2014, p. 346).

Os investimentos do Governo Federal e a “chantagem locacional” (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009) promovida pelas autoridades e empresários da região

acabaram por resultar em uma atração de outros investimentos para o município de Rio Grande, como: modernização do cais do Porto Novo, ampliação do estaleiro QGI, pátio para armazenagem de pinus (Porto Novo), novas plantas de fertilizantes, ampliação do cais da Bianchini, ampliação do armazenamento químico, início da construção do ERG 3 (DIRG), construção de parques eólicos, duplicação da BR-392, fábrica de peças para usinas eólicas da Weg, Usina Termoelétrica em licenciamento e outras (SANTOS, 2016, p. 99).

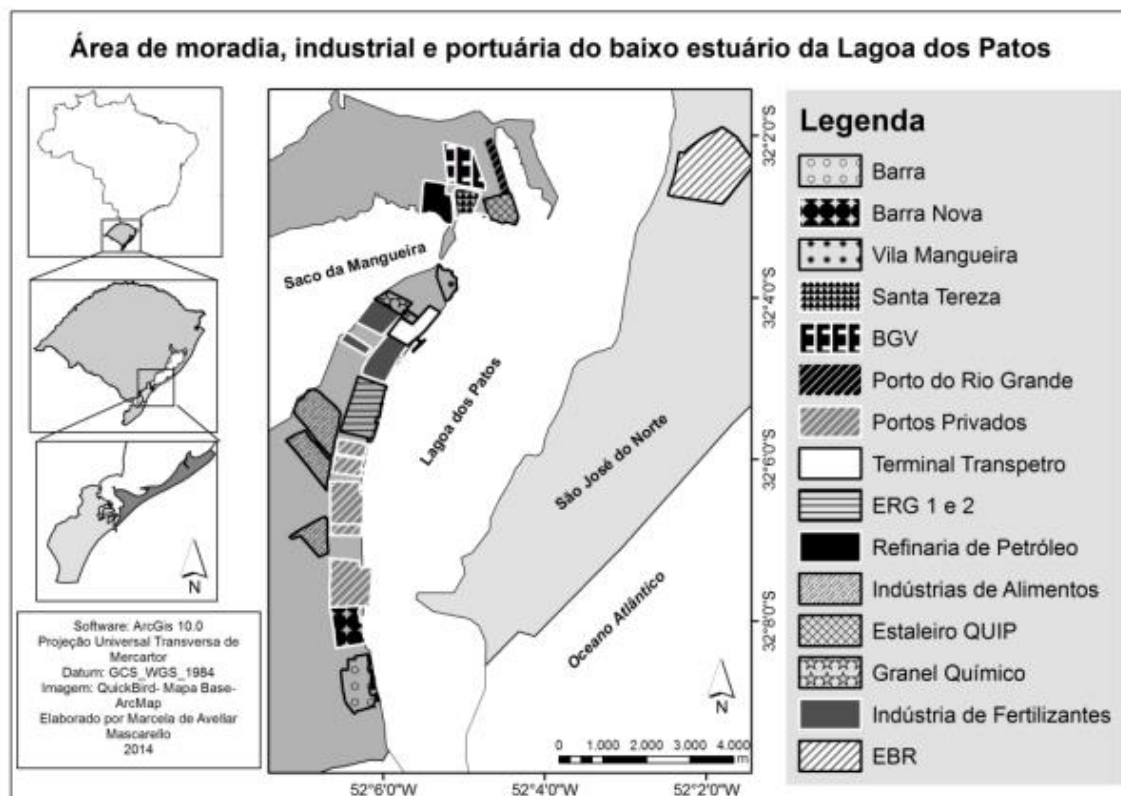
Devido a sua localização geográfica e estratégica para o fluxo de capital, esses novos negócios e/ou empreendimentos, somados aos já consolidados e/ou executados de outros ciclos de desenvolvimento, trouxeram uma série de atividades potencialmente poluidoras (Figura 06) e provocaram uma série de conflitos urbanos e ambientais²⁹ levantados e pesquisados no Observatório dos Conflitos do Extremo Sul, que vai caracterizar a região do Extremo Sul do

²⁸ A partir de uma perspectiva formatada após a Segunda Guerra Mundial de que é necessário “levar/trazer desenvolvimento a regiões rotuladas como subdesenvolvidas, carentes, atrasadas (...). A dita metade Sul do Rio Grande do Sul carrega o estigma de região pobre decadente e sem dinamismo econômico. Dessa condição negativa, de tempos em tempos surge entre governantes, mídia, empresários e políticos propostas de caráter salvacionista (por vezes messiânicas) visando propiciar sua ‘reestruturação produtiva’ e inseri-la nos circuitos produtivos capitalistas e mercados globais” (GERHARDT; LOPO; SANTOS, 2014, p. 345).

²⁹ De acordo com o mapeamento realizado a partir dos periódicos impressos para o município de Rio Grande, durante os anos de 2011 e 2012, respectivamente, um total de 85 e 115 publicizações de conflitos (número que pode aumentar pelas pesquisas em desenvolvimento), divididas em luta dos trabalhadores (32 e 73), pesca (22 e 07), mobilidade urbana (13 e 14) moradia/habitação popular (06 e 19), saúde (06 e 01), educação (5 e 01) e gestão urbana (01 e 00).

Brasil, segundo esses pesquisadores, como uma “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição” (SANTOS; ARAÚJO; MACHADO, 2013).

Figura 6: Mapa de indústrias potencialmente poluidoras e comunidades potencialmente atingidas em Rio Grande.



Zonas de Sacrifício são localidades que se destacam por atraírem uma concentração de atividades ambientalmente agressivas, geralmente atingindo as populações de baixa renda.

Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais” (ACSELRAD, 2004e, citado por SANTOS; MACHADO, 2013a - grifo nosso).

É importante destacar que em Rio Grande essa definição “é potencializada”, já que praticamente todas as atividades descritas

anteriormente são vividas pelos moradores deste território, portanto uma “zona de sacrifício” e um “paraíso de poluição”, (SANTOS; MACHADO, 2013a).

Com todos esses fatores podemos, ou melhor, devemos enxergar a cidade de Rio Grande dentro da lógica apresentada por Vainer (2007) como “cidade-empresa” e “cidade-mercadoria”. Cidade-empresa justamente pelo Planejamento Estratégico gerir o município para a ampliação dos negócios; e cidade-mercadoria, devido a presença do Porto e do DIRG, a cidade se ‘vende’, como um produto para atração de investimentos.

2.2 As Vilas, os Parques e as ocupações informais.

A partir da industrialização e a construção do Porto Novo na primeira metade do século XX a cidade irá crescer populacionalmente, atraindo trabalhadores migrantes, que necessitam de terras urbanas para habitarem. A população no início da década de 1940 ultrapassava os 60 mil habitantes, e apesar de toda a riqueza produzida em Rio Grande, ainda assim era um desafio às autoridades municipais “alocar toda a população de uma forma digna e dar a eles as condições mínimas e necessárias para uma vida saudável” (PEDROSO, 2012, p. 68).

Parte dessa população migrante empregada nas fábricas residirá nas vilas operárias e nos loteamentos e bairros criados para além das trincheiras, como a Cidade Nova, ofertando a essa camada da população moradias e habitações. As moradias dos trabalhadores até a década de 1950 eram caracterizadas por habitações coletivas, cortiços e as vilas operárias, onde o aluguel era o que imperava criando dificuldades para que este trabalhador pudesse adquirir um imóvel próprio (MARTINS, 2006; PEDROSO, 2012). Por outro lado, uma outra parte dessa população migrante que ofertará sua mão de obra para o porto, fugindo do aluguel, buscam se estabelecer perto do centro e do Porto Novo, na área ‘reservada’ a expansão do porto, somada aos trabalhadores do Frigorífico Swift, e irão ocupar a região aterrada do terrapleno oeste, surgindo nesse processo de ocupação informal da Vila dos Cedros, atual BGV, e a Vila Verde, atual Santa Tereza (MARTINS, 2006; MARTINS, 2010).

Lopes (2012) afirma que o processo de ocupação planejada da cidade do Rio Grande caracterizado pela expansão a oeste do centro velho com a criação do bairro Cidade Nova e outros loteamentos irá articular-se com “as formas alternativas ou as estratégias de resistência como as ocupações, a posse e a autoconstrução de moradias”, para a produção do “espaço urbano na cidade portuária do Rio Grande” (LOPES, 2012, p.29). Portanto essas comunidades, seja como ‘alternativa ou ‘resistência’, também produzem a cidade e assim também reivindicam o direito à cidade e à moradia, o que lhes vai ser negada a partir da necessidade de expansão do capital, por meio da ampliação das atividades no Porto Novo que promoverá a remoção de parte das moradias nesta região.

A segunda metade do século XX vai ser marcado pela expansão da moradia por meio da liberação de novos loteamentos, Martins (2006) vai afirmar que nesse período vai ocorrer uma proliferação e dispersão das vilas, devido à mercantilização da terra urbana, e ampliará o crescimento desordenado da cidade, com intensa segregação espacial. Uma manifestação que revela a desigualdade socioambiental expressa espacialmente em forma de discurso ocorrida em Rio Grande é a utilização do termo Vila, que inicialmente representava um “sinônimo de povoado”, porém a partir do início da segunda metade do século XX o termo Vila vai se popularizar denotando um sentido de “bairro pobre, de periferia, de falta de estrutura urbana. (...) As vilas comumente têm sua situação regularizada junto à Prefeitura Municipal, no entanto carecem de infraestrutura urbana, como calçamento e esgoto, e se localizam em zonas de menor valorização fundiária” (MARTINS, 2006, p. 182). Em contrapartida, para indicar os loteamentos mais valorizados e dotados de infraestrutura, ou mesmo mais perto do centro da cidade denominaram os como Parque ou outros nomes.

Destes novos loteamentos, destacamos alguns que foram aprovados na Prefeitura nesse período entre 1953 e 1965: a Vila Junção (1942), Vila Braz (1955), Vila Maria (1957), Vila Navegantes (1957), Vila Santa Rosa (1957), a Vila São Miguel (1958), Parque Residencial S. Filho (1958), Parque Guanabara (1960), Parque Residencial São Pedro (1964). O primeiro loteamento tipo COHAB foi construído em 1964 em uma área pertencente à Hidráulica e ficou

conhecida como COHAB I. Depois foram criados o loteamento da Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande Ltda – Habicop (1967) e o loteamento Parque Lar Gaúcho (1968), de propriedade do Comitê de Habitações Lar Gaúcho, ambos na região do Saco da Mangueira, no entorno da Refinaria Ipiranga (NOGUEZ, 2015; MARTIN, 2019).

Com a instalação do Superporto e do DIRG na década de 1970 e na década de 1980 e a prosperidade da indústria do pescado, a cidade irá atrair uma nova remessa de migrantes e boa parte se instalarão na periferia de Rio Grande. Uma outra parte dos trabalhadores vão ocupar os loteamentos que se proliferaram nesse período, assim como os conjuntos residências verticais que ocuparam algumas áreas da cidade, como o Saco da Mangueira. Além destes dois movimentos haverá um outro movimento decorrente das remoções para ampliação das atividades portuárias no BGV e na Santa Tereza, e que abordaremos logo mais. Alguns dos condomínios implantados possuíam até 4 andares, por exemplo, os condomínios Maria Carmem e Celmar Gonçalves. Outros loteamentos no estilo COHAB foram construídos, sendo situados longe do centro com pouca infraestrutura, além de outros loteamentos com outras formas de financiamento, como COHAB II (177), o Jardim do Sol (1979), Parque Marinha (1981), PROFILURB I (1981)³⁰, PROFILURB II (1982), e etc. (NOGUEZ, 2015; MARTIN, 2019). Uma parte destes loteamentos foram financiados, a partir do Estado, por uma política habitacional criada nos anos da ditadura civil-militar, utilizando o Sistema Financeiro de Habitação, através do Banco Nacional de Habitação – BNH até o ano de 1986 com o encerramento das atividades do Banco.

A década de 1990 foi marcada por ajustes fiscais, determinadas pelas políticas neoliberais engendradas pelo Banco Mundial e que afetará Rio Grande, proporcionando um período de poucos investimentos por parte do Governo Federal, que irá materializar um processo de urbanização desordenado, sem o financiamento por parte do estado para a produção de habitação o município “fica à mercê dos especuladores imobiliários, os quais muitas vezes vinculados ao Estado otimizaram retornos de investimentos”

³⁰Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados.

(MARTIN, 2019, p. 46), aliados a crise econômica decorrente da crise da indústria do pescado vai incidir no aprofundamento da desigualdade socioambiental. A comunidade da Barra Velha vai passar por uma fase de crescimento nesse período e será ampliada principalmente a partir de 2006, temos também o surgimento da Cidade Águeda que data de 1993 e nos anos 2000, com a ocupação de áreas irregulares promovidas pela remoção de moradores de outras localidades.

Os investimentos do PAC em Rio Grande impactaram fortemente os anos 2000, com a implantação do polo naval em 2005 e seu processo de declínio iniciado em 2015. A habitação vai ser duplamente impactada, tanto pelos recursos do PAC que irá permitir a implantação de Projetos Habitacionais, quanto pela demanda de um contingente populacional que cresce com a abertura de novos postos de trabalhos decorrentes do polo naval. Observamos (Quadro 01) um movimento de aumento até 2016 com queda em 2017 e voltando a crescer de forma mais tímida, em 2018 e 2019.

Quadro 01: Evolução Populacional de Rio Grande (população estimada a partir de 2011)

Ano	População
2000	186.554
2010	197.228
2011	205.604
2012	206.616
2013	209.223
2014	211.410
2015	213.166
2016	214.532
2017	209.378
2018	210.378
2020	211.965

É importante informar que a queda na evolução populacional na cidade do Rio Grande no ano de 2017 ocorreu devido ao cenário de crise econômica brasileira, em consequência da crise política verificada após 2015, que irá cessar os investimentos na indústria naval, levando ao fechamento do estaleiro e encerrando a produção de plataformas de petróleo.

Martin (2019) vai produzir um estudo sobre a dinâmica de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais no município de Rio Grande, no período de 2005 a 2018 e vai identificar as áreas de expansão urbana de Rio Grande nesse período de grandes investimentos em projetos de

desenvolvimento. E conforme verificamos na figura, as áreas de expansão urbana ocorreram na zona oeste do pontal e no DIRG, e os empreendimentos imobiliários foram implementados em toda a zona urbana, demonstrando o período de grande reprodução do capital imobiliário em Rio Grande.

Figura 7: Áreas de expansão urbana no período de 2005 a 2018



Fonte: Martin, M.C.S. Análise da dinâmica de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais no município de Rio Grande no período de 2005 a 2018.

Com a identificação das áreas que sofreram “alterações espaciais e expansão da malha urbana” (figura 07), Martin (2019) vai mapear e identificar a situação dos assentamentos urbanos informais (figura 08) e efetuar uma comparação do crescimento entre essas duas situações e vai demonstrar que houve “um crescimento maior” (p, 113) das ocupações informais nesse período. E constata ainda que a zona oeste do município foi a região que “mais expandiu sua malha urbana” e também “a que possui maior incidência de ocupações informais (MARTIN, 2019, p. 113).

Figura 8: Ocupações e Assentamentos informais no período de 2005 a 2018.



Fonte: Martin, M.C.S. Análise da dinâmica de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais no município de Rio Grande no período de 2005 a 2018.

Maristel Martin (2019) identificou em seu trabalho a existência de 79 áreas de ocupações informais em Rio Grande, sendo que destas 57 estão situadas no distrito Sede³¹. Destas 57 ocupações informais identificadas, ela agregou algumas por se localizarem no mesmo loteamento ou bairro, e chegou a um total de 54 áreas de ocupações informais. Assim, ela analisou cada uma e identificou que “15 delas estão estagnadas pela falta de espaços disponíveis para expansão, 29 cresceram, nove surgiram e apenas uma diminuiu devido à remoção dos moradores para o empreendimento habitacional Getúlio Vargas” (MARTIN, 2019, p. 121). Identificou também que a maior parte destas ocupações surgiram no período de crise dos anos de 1990 e depois a partir de 2005, destacando ainda o período de 2009 a 2015. Podemos afirmar diante disso que foi no período do polo naval, que ao gerar quase 21 mil empregos

³¹Compõe o distrito sede de Rio Grande, a zona urbana do pontal, as localidades da Barra Velha e Barra Nova e a região do Balneário Cassino com suas comunidades adjacentes.

atraindo uma grande quantidade de pessoas a cidade, não havendo moradias disponíveis, pois já havia um déficit habitacional em Rio Grande. Somado ao fato que houve a especulação imobiliária e elevou o valor da terra urbana e dos imóveis para aluguel, por parte da elite da cidade. Com isso, tais grupos sociais não tiveram alternativas, a única solução foi ocupar áreas para moradia.

A instalação do Polo e a respectiva atração de mão de obra que o empreendimento gerou, alterou a demanda por habitação. De 2000 até 2013 o preço dos imóveis aumentou, em média, 540%, se analisados separadamente do período de 2000 até 2006 “os preços subiram em média 70%, enquanto que no período de 2006 a 2013, elevaram-se em mais de 500%” (SILVA; GONÇALVES, 2014, p. 11). O impacto da supervalorização dos imóveis tanto nos valores para a venda quanto para o aluguel, por exemplo, foi também sofrido em 2006 com o processo de desapropriação dos habitantes que viviam cerca de 10 metros da rodovia BR 392. (D’AVILA; BRIDI, 2018. p.9)

Portanto, isso levou ao longo desse período, essas populações a instalarem suas moradias informais em áreas muitas vezes insalubres nas margens da Lagoa dos Patos e da região do Saco da Mangueira, tornando-se assim áreas de vulnerabilidades socioambientais. As vulnerabilidades habitacionais se articulam as desigualdades sociais produzindo, assim, injustiça socioambiental nestes territórios a partir de processo de gentrificação. Ao serem ocupados criam-se infraestrutura, pressionam por melhorias e serviços públicos, etc. para no momento seguinte passarem a mira do setor ‘especulativo’ imobiliário e efetuados pelos governos (MARINO; ROLNIK; LINS, 2018), e assim as remoções são parte do processo de acumulação por despossessão.

2.3 Remoções e a acumulação por despossessão.

Como vimos anteriormente, o município passou por no mínimo quatro ciclos econômicos que a originaram e a transformaram, conseqüentemente dentro da lógica capitalista, produzindo acumulação para uma pequena elite econômica, bônus do desenvolvimento. Por outro lado, evidenciando contradições, formatando espaços e territórios vulneráveis socioambientalmente e aprofundando desigualdades e injustiças sobre os mais pobres, o ônus do desenvolvimento.

Essa desigualdade se manifesta no habitar das pessoas, dificuldades e conflitos habitacionais fazem parte da história de desenvolvimento. Observamos esse processo no início do século XX, na constituição dos bairros BGV e Santa Tereza no Terrapleno Oeste, ou mesmo na constituição da Barra Velha. Mas também ocorreu em outros períodos históricos formando outras ocupações informais, na década de 70 e principalmente anos 2000. Dois pontos foram semelhantes nesse processo: 1) posterior a ocupação e estabelecimento dessas famílias às localidades, formando comunidades, ocorreram processo de remoções destas famílias que as construíram, sejam trabalhadores do porto ou mesmo pescadores, e foram removidos de perto da região que trabalhavam e deslocados para distantes do centro urbano e de suas comunidades; e 2) as remoções ocorreram devido a expansão das atividades portuárias ou pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento, ou seja, em nome do ‘progresso’ de Rio Grande.

É necessário salientar que a existência do porto, por si só antecede a existência da cidade, na constituição da Vila do Rio Grande e de sua expansão em torno do Porto. Assim se reproduz um discurso que o porto é mais importante que a cidade, que o desenvolvimento do porto é “independente da vontade dos riograndinos” (CIPRIANO, 2015, p. 37). Diego Cipriano (2015), Caio dos Santos (2016) e outros pesquisadores como o Relatório da Plataforma DHESCA³² (2007; 2012) vão demonstrar a produção de injustiças e desigualdades ambientais decorrentes da ampliação e do crescimento do Porto do Rio Grande e do DIRG no processo de remoção empreendidas pelo ‘tal’ desenvolvimento. Assim a seguir apresentaremos alguns destes casos.

2.3.1 O Bairro Getúlio Vargas e as remoções nos 1940/50 e a grande faxina dos anos 1970.

O Bairro Getúlio Vargas – BGV ou Vila do Cedro como era inicialmente chamada até o ano de 1954 se formou a partir da década de 1920 com a ocupação da região do Terrapleno Oeste pelos trabalhadores das obras de

³²A Dhesca Brasil é uma rede nacional de direitos humanos composta por 34 organizações e movimentos da sociedade civil, que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos direitos humanos. Uma das principais atividades que a Dhesca Brasil desenvolve são as Relatorias de Direitos Humanos.

expansão portuária e posteriormente por trabalhadores da Swift e por trabalhadores da Refinaria Ipiranga. A ocupação vai ocorrer devido à localização da área, por se situar entre o Porto Novo e o centro urbano de Rio Grande (MARTINS, 2006; MARTINS, 2010; CIPRIANO, 2015).

Segundo Cipriano (2015), essa comunidade sofre com a intenção de remove-los desse local “ao menos desde 1940 [onde] a administração municipal já demonstrava interesse na demolição de casebres de madeira clandestinos no Terrapleno Oeste” (p. 45), e solicitava uma nova área para assentar aquelas famílias que queriam retirar da Vila dos Cedros, e indicaram a denominada Vila Verde. Devido a situação de vulnerabilidade destas famílias “sugeri que esta área de terreno devoluto, a sudoeste da cidade fosse concedida pelo Poder Público, a fim de se estabelecerem” (CIPRIANO, 2015, p. 45). Por volta de 1945, a prefeitura permitiu por meio de um decreto a construção de habitações econômicas de madeira nesta área periférica do centro, e assim é o início da ocupação mais ampla da Vila do Cedro, ou seja, a ocupação do terrapleno Oeste ocorria com a permissão da administração municipal interessada na oferta de mão de obra disponível nas proximidades do Porto e das indústrias. Após a morte de Getúlio Vargas, a prefeitura oficializa a troca de nome do bairro e adquire junto ao Governo do Estado com autorização do Governo Federal uma área a pertencer ao Porto de Rio Grande, mas também para urbanização e loteamento, e ocorre a remoção das moradias e deslocamento das famílias da Vila do Cedro para esta área adquirida na Vila Verde (Santa Tereza).

o argumento [para a remoção] é de que os moradores adquiririam uma condição material mais digna para suas vidas, mas **o objetivo mais profundo era o de “maquiar” as condições precárias de vida de toda uma população**, subtraindo-as aos olhos dos observadores. Talvez somente desta maneira, **o progresso em marcha apareceria triunfante e sem as manchas da rusticidade e da pobreza que maculariam a imagem de uma cidade próspera e desenvolvida**. [...] podemos afirmar que, se de um lado, **a Prefeitura da cidade do Rio Grande teve parte na ocupação de caráter irregular desta área, num determinado momento; de outro**, depois de algum tempo, e diante das necessidades de ampliação do Porto ou de outros empreendimentos econômicos, **solicita e obtém a remoção das moradias destes terrenos**. Aliás, a municipalidade foi conivente e até mesmo incentivadora desta ocupação de maneira desordenada (...). Depois, passa a requerer e articular a remoção das famílias da área (CIPRIANO, 2015, p. 45, grifo nosso).

Como podemos observar foi uma política higienista que buscava limpar a área, além de apontar a contradição da prefeitura em promover a ocupação e posteriormente promover a remoção em nome dos 'negócios', sendo assim, ela a promotora da desigualdade e das injustiças nesse caso.

No ano de 1957, o BGV vai sofrer novamente com o fantasma da remoção, agora devido ao Governo Estadual, por meio do DEPRC – Departamento de Portos, Rios e Canais que vai solicitar a remoção das moradias em uma área em frente ao Portão Central do Porto Novo para a construção de um edifício sede para os serviços administrativos do DEPRC. A área em questão era ocupada por casas de moradia e pequenas cantinas. Esse processo de remoção de moradias e suas famílias ocorrido duas vezes mesmo sendo reduzido já vai conceder um histórico de remoção ao Bairro do BGV, que será ampliado na década de 1970 e anos 2000 (MARTINS, 1998; MARTINS, 2006; CIPRIANO, 2015).

Nesse período de 1950 a 1970 o BGV vai se constituir de forma muito precária, ausente de estruturas urbanas e devido a fragilidade das moradias e do adensamento populacional proliferam diversas enfermidades, como tuberculose e mortalidade infantil. Essas características provocavam uma visão preconceituosa das autoridades sobre as pessoas que residiam neste bairro, com diversas notícias na imprensa sobre a insegurança do bairro, porém para Cipriano (2015) mesmo com essas condições os “estivadores riograndinos tornaram-se sujeitos do espaço da cidade deixando suas marcas na identidade da cidade do Rio Grande, onde construíram suas relações e demarcaram seus territórios com suas vivências e sociabilidades” (CIPRIANO, 2015, p. 51) ficando conhecida com a “Cidade dos Homens do Porto”. Mas com o fechamento da Swift a cidade inicia uma crise, aumentando ainda mais a miséria e precariedade da vida desta comunidade, e como consequência, o bombardeio da imprensa local no processo de criminalização do bairro, servindo como “fonte de legitimação e propaganda governamental” (p.54) com uma ampla campanha para promover as remoções das malocas em um processo de higienização do BGV.

Em decorrência disso, na década de 1970, mais precisamente entre maio de 1971 e março de 1973 vai ocorrer uma “grande faxina”, com a remoção de “aproximadamente 1000 moradias, incluindo cantinas, bares e boates do entorno do Porto Novo para bairros muito distantes daquelas imediações, causando enorme transformação da área portuária” (CIPRIANO, 2015, p. 56). Esse processo foi movido pela DEPRC, por interesses para o aumento do desempenho da atividade portuária, com a liberação de espaços para a construção de silos e armazéns do interesse de grupos econômicos para se instalarem na zona portuária. O processo de remoção das moradias e suas famílias de seu local de moradia e trabalho ocorreu em 5 etapas e em torno de 250/300 famílias foram removidas por ano, totalizando 964 famílias e suas moradias que tinham suas relações cortadas com seu ambiente de vida (CIPRIANO, 2015). Essas famílias foram removidas e deslocadas para as Vilas São Miguel e Vila Junção, segundo Martin (2019) e para a Vila São João, segundo Cipriano (2015), causando diversos reflexos no cotidiano das famílias e da cidade. O impacto na vida das pessoas não se reduzia a mobilidade com relação ao local de trabalho, havia um outro impacto

A distância do trabalho na beira do cais afastava não somente os trabalhadores de suas moradias, mas também de todos os rituais, como a observação da chegada e saída dos navios e do ir e vir pelas ruas do centro e especialmente da Vila do Cedro (atual bairro Getúlio Vargas), limítrofe ao Porto Novo com suas moradias auto-construídas e toda uma riqueza cultural (MARTINS, 2010, p. 4)

O processo de remoção de moradias e suas famílias do BGV não vai se cessar nesse período, a expansão da área portuária novamente vai assombrar e impactar a vida de diversas famílias desta comunidade.

2.3.2. As remoções do Dom Bosquinho em 2004.

A Vila Dom Bosquinho está situada ao sul da Avenida Major Carlos Pinto, e está incluída na área de impacto do Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira. Susan Machado (2012) em seu trabalho sobre as remoções da Vila Dom Bosquinho e a formação da Cidade Águeda, nos informa que a comunidade iniciou seu processo de formação no período de instalação da Rheingantz. Com o fechamento da fábrica, os trabalhadores de

baixa renda se viram desempregados e permaneceram na localidade por estarem localizados perto do centro de Rio Grande. Sendo uma ocupação informal, outros trabalhadores foram ocupando, alguns aterrando o corpo hídrico e autoconstruindo sua moradia.

Seu nome se deve graças aos padres da ordem de Dom Bosco, do Colégio Salesianos, que auxiliavam os trabalhadores daquela comunidade em razão das baixas condições salariais. A vila era

composta coetaneamente por empregadas domésticas, arrumadeiras, cozinheiras (os), carroceiros, catadores e recicladores de lixo. Filhos (as) e netos (as) daqueles homens e mulheres que davam vida às máquinas, que produziam os bens e que geravam o capital dos donos da fábrica de tecidos (MACHADO, 2013, p.14)

O fato de ser uma comunidade pobre, sem a posse da terra, e segundo a Prefeitura Municipal eles estavam em uma área considerada como de “risco” pois era “um local alagado, sem infraestrutura, com muito acúmulo de lixo e ratos” (MACHADO, 2012, p.1027). Com esse pretexto, em 1998/99 sessenta famílias foram selecionadas para participar do Projeto Morar Melhor, projeto de habitação da Prefeitura Municipal, na época sob o mandato de Wilson Mattos Branco, tio do atual prefeito Fábio Branco. Em 2004 inicia o processo de remoções de 44 famílias para o Bairro Cidade de Águeda, junto com famílias removidas da Vila da Naba, Santa Tereza, Roberto Sokoowisk e da Rua Primeiro de Maio.

A remoção das moradias não ocorreu de forma tranquila, houveram manifestações contra a remoção, a distância da Cidade Águeda em relação ao centro da cidade, onde muitas das pessoas removidas trabalhavam, era o motivo de se negarem a sair. Outro ponto que incomodou as famílias removidas diz respeito as condições encontradas na Cidade Águeda.

As unidades habitacionais construídas com recursos da Caixa Econômica Federal apresentam inúmeras deficiências, tais como uma metragem quadrada absurdamente mínima de 27m², inacabadas, sem infraestrutura alguma de arruamento, esgoto pluvial e cloacal e serviços em geral (DHESCA, 2012, p.13).

Posteriormente as manifestações o Vice-prefeito em 2005 Juarez Torronteguy declarou ao *Jornal Agora* que “defendia enfaticamente a remoção — primeiro por ser zonas perigosas e de risco e depois pelo acordo fechado

entre o Município e o Governo Federal através do Projeto Orla” (MACHADO, 2013, p. 38). Portanto, o Projeto Orla impacta a comunidade com processos de remoção desde o início do século, e assombra como um fantasma a seus moradores/habitantes.

2.3.3. A Vila das Barraquinhas e a expansão portuária.

Os investimentos na modernização portuária com a instalação do polo naval e ampliação do Superporto, atraíram uma diversidade de indústrias a se instalarem no DIRG e provocou o aumento do PIB do município consideravelmente, mas também ampliou a desigualdade e o quadro de injustiças socioambientais em Rio Grande. As comunidades no entorno do Superporto e do DIRG sofreram os impactos diretos e indiretos deste desenvolvimento.

Santos e Dornelas (2015) argumentaram que este desenvolvimento exerce um sufocamento³³ nas comunidades localizadas no entorno do Superporto e do DIRG - Vila Mangueira, Barra Nova, Barraquinhas (removida) e Barra. “Esse processo de sufocamento faz da remoção um fantasma sempre presente nessas comunidades” (SANTOS; DORNELAS, 2015). Apresentaremos o caso de remoção da Vila das Barraquinhas que foi completamente extinta pela ampliação das atividades portuárias.

Vila das Barraquinhas

A Vila das Barraquinhas foi a primeira comunidade a ser sufocada totalmente pelo processo de modernização portuária e naval, e foi removida para a construção do Dique Seco e para ampliação da Bunge Fertilizantes. A localidade era situada nas margens do canal da barra, e segundo Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana, em sua primeira missão a Rio Grande em 2007, era “uma pequena vila de pescadores,

³³ Ver em Santos e Dornelas (2015, p. 67) que a expressão sufocamento é utilizada para “denominar a desigualdade ambiental imposta”, pelo entendimento de “que essas comunidades estão literalmente sendo sufocadas. Esse processo de Sufocamento é causado pelo processo de avanço do capital sobre o território requisitando-o para sua expansão e pelo sufocamento ocasionado pelos danos causados pelas indústrias localizadas na área do SuperPorto e DIRG (contíguo ao SuperPorto), que se dão pelo ar, pela terra e pela água”.

existente há mais de 200 anos” (DHESCA, 2007, p. 6). Para Martins (2010) o processo de remoção foi complexo, primeiramente, em 2007, houve um processo todo errado, de forma autoritária em um dia chuvoso doze famílias foram realocadas na própria comunidade em pequenos casebres de madeira, sem isolamento térmico ou ambiental, e sem banheiro, ou seja, sem as mínimas condições de se morar. Posteriormente em 2009 foram realocados para novas casas na IV Seção da Barra (MARTINS, 2010; SANTOS, 2016). Segundo a Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana, em sua segunda missão a cidade, em novembro de 2012, constata a total remoção da comunidade da Vila das Barraquinhas.

Na visita realizada pela Relatoria do Direito à Cidade foi possível constatar que não existe mais a comunidade das Barraquinhas, tendo em vista que metade dos seus moradores aceitou a proposta de reassentamento do executivo municipal, sendo que o restante dos moradores recebeu indenizações no valor de R\$ 150.000,00 cada, para se retirarem do local. Esse processo de indenização foi intermediado pela Promotoria de Justiça Estadual a qual instalou inquérito civil nº 140/2009 para apurar responsabilidades no caso concreto. A área ocupada pelas Barraquinhas foi pedida pela empresa Bunge e pelo Estaleiro Rio Grande (DHESCA, 2012, p. 13).

Santos (2016) expõem as falhas do processo com o Governo Municipal atendendo aos interesses privado, pois a área que antes era pública e destinada a moradia e o trabalho de pescadores, servia a um “fim social, [e] acabou destinada a um fim empresarial e comercial” (SANTOS, 2016, p. 109), e o Executivo Municipal, quem “a princípio, arcou com parte dos custos do reassentamento (SANTOS, 2016, p. 110).

As comunidades da Vila Mangueira, Barra Velha, Barra Nova, Getúlio Vargas e Santa Tereza também sofrem com o sufocamento apontado por Santos e Dornelas (2015), algumas comunidades são sufocadas por todos os lados, como é caso da Vila Mangueira, ou mesmo a Barra Nova que está literalmente cercada com arame farpado entre a Marinha brasileira e o terminal de contêineres TECON – Rio Grande S/A. Estas comunidades são totalmente ignoradas pelo Porto, que enxergam neles somente uma ocupação irregular e que estão ali antes da instação do Superporto, inclusive algumas existem a mais de 100 anos, com centenas de famílias que construíram suas histórias nesses territórios e apesar de não terem sofrido processos de remoção convivem cotidianamente com medo da expansão do porto, ou seja, convivem

diariamente com o fantasma da remoção (DHESCA, 2012; SANTOS; DORNELAS, 2015; SANTOS, 2016).

2.4 Déficit Habitacional

A moradia é um direito garantido a todo brasileiro na Constituição Federal de 1988, e ampliado com a instituição do Estatuto da Cidade. Em Rio Grande, apesar de toda a riqueza aqui produzida pela apropriação da natureza e da força de trabalho de milhares de migrantes, e acumulada por uma elite financeira, ou seja, apesar de todo o capital produzido, reproduzido e acumulado nesta cidade, a moradia não se constituiu enquanto direito para uma grande massa de trabalhadores e suas famílias. Os ciclos de desenvolvimento econômico que houveram na cidade e atraíram um grande contingente de migrantes na busca de emprego, não garantiu a todos moradia adequada, pelo contrário, promoveu o crescimento desordenado da cidade e proliferação de ocupações irregulares, excluindo essa população do mercado formal de terras. Parte deste contingente de trabalhadores vai tentar garantir sua moradia perto do trabalho, porém a falta de recursos financeiros devido aos baixos salários, e a dificuldade de mobilidade na cidade, além dos alugueis caros, vão produzir moradias em áreas de terrenos de União, pertencentes ao governo federal, ou terrenos privados e áreas vulneráveis que não interessam ao mercado imobiliário. Podemos afirmar que se configurou a existência de um déficit habitacional na cidade do Rio Grande, quantitativamente e qualitativamente, e que buscaremos apresentar nessa seção.

A Prefeitura Municipal de Rio Grande buscando identificar este déficit habitacional executou a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, sendo este uma das condicionantes obrigatórias definidas pela Lei Federal 11.124/2005, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. É importante salientar que o plano é um grande avanço para as políticas habitacionais, porém é somente um documento a partir de um diagnóstico que aponta uma estratégia a ser

executada, a ação depende das vontades das autoridades municipais e da pressão da sociedade em executar esse plano.

O PLHIS produziu um diagnóstico da habitação a fim de planejar ações e estratégias de enfrentamento ao déficit habitacional em Rio Grande. O conceito de déficit habitacional utilizado neste plano foi o estabelecido pela Fundação João Pinheiro - FJP instituição de referência e orientação para estimativas desse gênero em todo o território brasileiro.

O PLHIS de Rio Grande foi executado em dois momentos distintos resultando em três documentos básicos: o primeiro momento foi executado pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG que foi contratada e produziu dois documentos: 1) Caderno I: Metodologia e 2) Caderno II do Diagnóstico Habitacional. “Em decorrência de entraves no processo de discussão o PLHIS não teve prosseguimento e, desta forma, em 2017 foi retomada a finalização do Plano com uma rápida revisão do Diagnóstico e a de documento de estratégias e ações” (PLHIS, 2017, p.06). Para esse segundo momento de execução do PLHIS foi contratada a LATUS Consultoria que produziu o terceiro documento denominado Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) - Estratégias de Ação.

No primeiro momento a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, elaborou uma estimativa baseada nos dados da FJP que trabalha com os dados do Censo de 2010 e os estima, levando em consideração na constituição do déficit habitacional alguns fatores como: ônus excessivo com aluguel, coabitação, imóveis precários ou rústicos e imóveis improvisados. Um aspecto importante que a FURG levou em consideração neste modelo é a distinção entre déficit básico (carência de novas unidades habitacionais) e déficit por inadequação (carência de infraestrutura). No caso de Rio Grande, a FURG concluiu que “tanto o déficit básico quanto o por inadequação são significativos e, a priori, não estão devidamente quantificados” (PLHIS, 2012, p. 05).

A partir do levantamento destes dados do PLHIS produzidos no caderno II – Diagnóstico, elaborado pela FURG em 2012, são apresentados nas tabelas

abaixo as estimativas do Déficit Habitacional de Rio Grande em suas diversas temáticas identificadas para publicação.

Quadro 02: Estimativa do Déficit Habitacional Quantitativo em Rio Grande, em 2012.

	ALUGUÉIS COM ALTO COMPROMETIMENTO DE RENDA	IMÓVEIS CEDIDOS E EMPRESTADOS	IMÓVEIS RÚSTICOS	IMÓVEIS EM ÁREAS COM RISCO DE REALOCAÇÃO POR CONDIÇÃO AMBIENTAL E DE VALOR TERRITORIAL ESTRATÉGICO	IMÓVEIS PARA PROVIMENTO DE CASO DE COHABITAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE HABITAÇÃO	TOTAL
URBANO	1042	2566	1078	2245	2869	9800
RURAL	72	711	182		822	1787

Fonte: PLHIS, 2012. Caderno II – Diagnóstico

Quadro 03: Estimativa do Déficit Habitacional Qualitativo em Rio Grande

	SEM UNIDADE SANITÁRIA	INADEQUAÇÃO QUANTO AO ESGOTO SANITÁRIO	INADEQUAÇÃO QUANTO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS	INADEQUAÇÃO QUANTO AO FORNECIMENTO DE ÁGUA	INADEQUAÇÃO QUANTO AO FORNECIMENTO DE ENERGIA	TOTAL
URBANO	350	3241	347	1985	1598	7521
RURAL	43	327	712	244	190	1516

Fonte: PLHIS, 2012. Caderno II - Diagnóstico

No total o déficit quantitativo elaborado no diagnóstico realizado pela FURG apresenta uma quantidade de carência de 9800 imóveis na zona urbana e 1787 na zona rural, totalizando 11.587 domicílios. Ainda, pode-se estimar que um total de 9037 imóveis nas zonas mais vulneráveis configuram casos críticos de inadequação de infraestrutura das habitações. Alguns dados despertam nossa atenção, mas apresentaremos nossa reflexão mais à frente após apresentar os dados compilados pela Latus Consultoria.

No segundo momento de elaboração do PLHIS a produção do documento da Latus Consultoria realizada em 2017, para a construção do déficit habitacional, ou como eles denominam “as necessidades habitacionais” de Rio grande, utilizou a seguinte estratégia: a) atualizou os dados trabalhados pela Fundação João Pinheiro (FJP) 2013 com base no Censo de 2010; b) analisou o levantamento realizado pela FURG (2012); c) efetuou a análise do cadastro da Secretaria Municipal de Habitação em 2017; e d) para uma melhor compreensão da realidade habitacional de Rio Grande promoveram diálogo junto ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, com o auxílio de

gestores municipais para apurar as informações identificadas no cadastro da Prefeitura Municipal. Abaixo apresentamos o Déficit Habitacional Básico por componente. Assim apresentamos as tabelas sobre os dados totais do Déficit Habitacional Básico – DHB de Rio Grande e do Estado do Rio Grande do Sul a nível de comparação, e também os dados dos componentes do DHB: ônus excessivo com aluguel, coabitação, imóveis precários ou rústicos e imóveis.

Quadro 04: Estimativa de Déficit Habitacional Básico em Rio Grande por Componente.

	DHB TOTAL	DHB TOTAL %	DHB URBANO	DHB URBANO %	DHB TOTAL DOMICÍLIOS RENDIMENTO 0-3 SM	DHB URBANO DOMICÍLIOS RENDIMENTO 0-3 SM	DHB RURAL	DHB RURAL %
Rio Grande do Sul	303.521	8,42	270.762	8,77	179.867	164.387	32.758	6,36
Rio Grande	6353	9,55	6.277	9,79	3.931	3.869	76	3,12

Fonte: PLHIS, 2017. Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) - Estratégias de Ação

Quadro 05: Estimativa de Déficit Habitacional Básico em Rio Grande por Componente.

	DÉFICIT HABITACIONAL	DOMICÍLIOS PRECÁRIOS	COABITAÇÃO FAMILIAR	ÔNUS EXCESSIVO COM ALUGUEL	ADENSAMENTO EXCESSIVO DE DOMICÍLIOS ALUGADOS
TOTAL	6353	1364	2731	2059	199
%	9,55	2,05	4,10	3,09	0,30
URBANO	6277	1345	2688		186
%	9,79	2,10	4,19		0,29
RURAL	76	20	43		13
%	3,12	0,81	1,77		0,54

Fonte: PLHIS, 2017. Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) - Estratégias de Ação

Iniciamos nossa reflexão sobre os dados do Déficit Habitacional em Rio Grande pelo Quadro 02 com a *Estimativa do Déficit Habitacional Quantitativo em Rio Grande* a qual desperta nossa atenção para a categoria *imóveis em áreas com risco de realocação por condição ambiental e de valor territorial estratégico*, quantificados em 2245 domicílios. Entendemos a necessidade de realocar essas famílias em áreas com risco ambiental, mas argumentamos que é necessário e vital a realocação para a mesma comunidade, se não o nome certo para a palavra '*realocação*' é '*remoção*' pois na realidade é o que ocorrerá com as famílias das comunidades a qual já estão inseridas e ambientalizadas, não as onerando em seu cotidiano. Outro ponto que nos desperta atenção nessa categoria é a '*remoção*' devido ao valor territorial, o

que nos provoca questionamentos, o que eles querem dizer com esse 'valor territorial'? Valor territorial para quem? Famílias identificadas a serem removidas pelo valor da terra onde estão inseridas, entendemos que isso é perigoso, pois abre margem para que essas famílias sejam removidas em nome da especulação imobiliária, ou seja, simplesmente para o lucro de alguns. Quem nos garante o contrário?

Com relação a Estimativa do Déficit Habitacional Qualitativo em Rio Grande, nos chama a atenção aproximadamente 3600 moradias não disporem de fornecimento de água e energia elétrica, se utilizando do famoso 'gato' para acessarem a energia elétrica, e mais preocupante é o número de moradias sem o fornecimento de água em seu domicílio, e que geralmente se utilizam da captação de água do poço para sua sobrevivência.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é a comparação do déficit habitacional identificado pela FURG de 9800 domicílios com o déficit habitacional identificado pela Latus Consultoria de 6353 domicílios. A diferença entre os dois diagnósticos é de 5234 domicílios, ou seja, 5234 domicílios deixaram de estar inadequados para moradias em 5 anos.

E por último, a porcentagem do déficit habitacional da cidade do Rio Grande em comparação a porcentagem do estado do Rio Grande do Sul, são praticamente maiores em todas as categorias, a exceção é somente na Zona Rural. O que leva o município de Rio Grande a ter um percentual de déficit habitacional maior que o estado do Rio Grande do Sul?

Por fim, diríamos que os dados referentes ao déficit habitacional na cidade do Rio Grande nos é revelam que os períodos de crescimento econômico e "prosperidade" vividos pela cidade, como aconteceu recentemente, no período do polo naval acabou beneficiou somente um grupo reduzido de pessoas, pois como vimos acima, o problema habitacional anunciado nos discursos, não foi resolvido. Disso, podemos afirmar que o ônus do desenvolvimento na cidade ao longo de sua história, e também, nas últimas décadas recaiu sobre a sociedade riograndina, e neste processo, manteve e ampliou a desigualdade ambiental e a injustiça ambiental decorrente desses projetos de desenvolvimento.

CAPÍTULO 3 - A REVITALIZAÇÃO DA ORLA DO SACO MANGUEIRA.

Neste capítulo estaremos discutindo o Projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira partindo do princípio que ele está enquadrado dentro do Projeto Orla, pelo qual iniciaremos. Posteriormente, apresentaremos o projeto de Revitalização em que analisamos a coleção de relatórios do Estudo de Concepção, produzido pela empresa de consultoria ENGEPLUS e que indica os procedimentos técnicos para este processo e produz o conteúdo discursivo de convencimento da população residente no local e da opinião pública para a necessidade de tal operação urbana.

O Projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira tem como objetivo “obter a revitalização do referido corpo hídrico, incluindo regularização urbanística, fundiária, ambiental e de urbanização das ocupações urbanas informais de interesse específico, inseridas na malha urbana que compõe grande parte da orla marítima e estuarina do Saco da Mangueira” (RIO GRANDE³⁴, 2019 p. 04). Identificamos na justificativa do Estudo de Concepção, o risco ambiental e o discurso de conservação e preservação do corpo hídrico apresentado para legitimar a execução de toda a obra de revitalização da orla, conseqüentemente, as remoções de moradias e realocação de famílias daquele território.

3.1 O Projeto Orla

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, conhecido como Projeto Orla³⁵, é um dos projetos prioritários no Plano de Ação Federal da Zona Costeira (Decreto nº 5.300/2004), instrumento previsto para o “planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação” (BRASIL, 2004). Ou seja, é uma ação do Governo Federal para mobilizar nos municípios

³⁴ Poderíamos utilizar a ENGEPLUS como responsável pela citação, porém utilizaremos RIO GRANDE, pois a norma ABNT nos dá esta condição, mas mais importante é por ser um produto encomendado pela Prefeitura e assumido por ela como discurso.

³⁵ As informações referentes ao Projeto Orla, do Governo Federal foi acessada no site consultada no dia 24/03/2020.

a integração das políticas de gestão com objetivo de 'disciplinar' os usos das terras da União na Zona Costeira.

O Projeto Orla era uma ação desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente e que, atualmente, está sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP). Seu objetivo geral é a gestão integrada da orla na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando “a expansão urbana e as características ambientais, através da ação conjugada entre as três esferas governamentais (União, Estado e Município) e a sociedade civil” (RIO GRANDE, 2019a, pág. 11). Portanto, procura integrar as políticas de uso e ocupação do solo nos terrenos de Marinha com as políticas ambientais nos três níveis de governo, num sentido estratégico:

a) fortalecer a capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço; b) desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; c) estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla (BRASIL, 2002, p. 05).

As ações do Projeto Orla acontecem nos três níveis de governo, mas com vistas a implementação de projetos urbanísticos nos municípios que integram a zona costeira é necessário um processo de mobilização política, como Seminários Nacionais e Estaduais, Oficinas de capacitação e reuniões nos territórios. Esse processo é realizado a partir de um Termo de Adesão junto ao Governo Federal, em que o município assume suas responsabilidades na execução. O Projeto Orla foi implantado no ano de 2001 e sua área de atuação envolve os 17 estados costeiros que compõem a federação e cerca de 300 municípios presente na costa brasileira (BRASIL, 2002).

No município é iniciado com a assinatura ao Termo de Adesão com a mediação do Órgão Estadual de Meio Ambiente, que no nosso caso no Rio Grande do Sul é a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM³⁶ e da Gerência Regional do Patrimônio da União

³⁶ Decreto Estadual n.º 48.230, de 09 de agosto de 2011, institui a Comissão Técnica Estadual no âmbito do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, com o objetivo de coordenar as ações voltadas para a implantação, o desenvolvimento e o monitoramento dos Planos de

(GRPU/SPU). O segundo passo é capacitação que envolve “gestores locais, universidade, sociedade civil organizada e entidades privadas” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 29) que produzirá o Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) “que pode envolver a orla municipal como um todo ou atender às especificidades de setores pré-selecionado” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 29). Com o Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) elaborado, ele será legitimado com a realização de uma audiência pública, e será constituído um Comitê Gestor Municipal que se articulará com uma Comissão Técnica Estadual e o Grupo de Integração para o Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO, que é uma articulação na esfera federal que funciona como um Comitê de Articulação do Projeto Orla. O Comitê Gestor Municipal será criado por ato normativo e será o núcleo de articulação e deliberação do Projeto Orla no nível do município. Assim, no Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) é produzido um plano de intervenção como produto final do processo de capacitação, onde seu conteúdo é determinado a partir da realidade e do interesse de cada cidade. Nos Planos de Intervenção,

a orla marítima foi tomada como objeto de ações de planejamento e intervenção pelo município. As ações são definidas a partir de diagnóstico simples e rápido, baseado na análise da paisagem, o que forneceria a síntese da qualificação dos atributos naturais e das tendências de uso e ocupação da orla (CONCEIÇÃO, 2015, p. 38).

Segundo Conceição (2015), que estudou o Projeto Orla enquanto instrumento de política pública para a Zona Costeira utilizando a implantação no município de Rio Grande como estudo de caso, trata-se de “uma política estratégica que contribui para qualificar a tomada de decisão com vista a cumprir a função socioambiental da orla marítima (CONCEIÇÃO, 2015, p.28). E, aqui vem um alerta do próprio autor responsável pela pesquisa com relação *a função da orla marítima*, pois o Governo Federal determina o turismo enquanto “atividade básica para o desenvolvimento das localidades costeiras” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 37). Pois, ignora as especificidades de cada município em planejar suas ações e metas, impondo o turismo como atividade sustentável independente da capacidade e de suas vocações. Um grande exemplo são as cidades portuárias, como Rio Grande, que se desenvolvem no entorno de um porto, e já tem assim sua função atribuída no sistema

capitalista, o uso e a ocupação da sua orla marítima vai depender das necessidades de terras dessa atividade. Ainda, nos demonstra a articulação interinstitucional como componente principal para o sucesso do projeto, sendo a atuação conjunta e a cooperação apresentadas como obstáculos “a serem vencidos no contexto de um federalismo cujas competências e atribuições ainda não são bem demarcadas” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 34). O município de Rio Grande possui uma diversidade de estruturas urbanas estaduais e federais, o que implica dificuldades de gerir um espaço com diversos níveis de gestão.

Outra crítica do pesquisador é sua observação do “caráter meramente estético-paisagístico” que envolve ações identificadas nos projetos de intervenção do Projeto Orla, mesmo que em sua concepção tenham sido levados em consideração “aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais, fundiários” (CONCEIÇÃO, 2015, p.39). Na nossa perspectiva, isso somente revela a dificuldade ou a superficialidade com que são tratados os problemas e conflitos ambientais urbanos.

Desta forma, diríamos que o Projeto Orla é uma estratégia de inserção de uma agenda ambiental sobre políticas urbanas, em que emerge para a agenda pública um debate sobre “sustentabilidade urbana” (ACSELRAD, 2009), resultando em um movimento de ambientalização. Mas esta introdução da noção de sustentabilidade no planejamento estratégico das cidades, também obedece a uma lógica corporativa buscando um simples ajuste ecológico dos fluxos urbanos, chamado de *modernização ecológica das cidades*, processo pelo qual as instituições políticas procuram conciliar o crescimento urbano com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso” (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 38), não dando atenção as raízes das desigualdades e das injustiças históricas produzidas em Rio Grande. Assim, veremos adiante como a revitalização da orla do Saco da Mangueira possui essas características.

3.1.1 O Projeto Orla em Rio Grande

O Projeto Orla em Rio Grande teve períodos de intensa atividades e de inatividades, assim, olharemos de forma sintética para seu processo de implantação. A Secretaria de Município do Meio Ambiente – SMMA/RG foi implantada em 2003, o Projeto Orla teve início no ano de 2004, a partir das oficinas de capacitação para a formulação do PGI da Orla Marítima e a produção do Plano de Ação para a orla do município. Conceição (2015) ressalta que foi o município de Rio Grande que procurou o MMA para aderir ao Projeto Orla. O Plano de Ação foi elaborado por uma equipe formada por técnicos da Prefeitura, membros da sociedade civil organizada e “teve como foco o ordenamento da orla municipal” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 66). Segundo um dos entrevistados durante a elaboração da pesquisa de Conceição (2015)

“o grupo de pessoas disponibilizadas para a capacitação era extremamente qualificado: Doutores da FURG, engenheiros e técnicos da Prefeitura. Eram profissionais que já trabalhavam com essas questões. (...) tudo isso aconteceu quando tinha um ano e meio de implementação da Secretaria do Meio Ambiente” (ENTREVISTADO citado por CONCEIÇÃO, 2015, p. 66).

O Projeto Orla em Rio Grande foi oficializado, no ano de 2005, com a criação do Comitê Gestor do Projeto Orla – COMGEPRO, pelo Decreto 8.739 e 8.740, com a posse de 18 integrantes, sendo titulares e suplentes. Com isso, foi o primeiro município no Rio Grande do Sul a criar e operar seu comitê de gestão, que possui em suas atribuições “divulgar, discutir, articular, acompanhar, [...] monitorar, fiscalizar, avaliar e deliberar a respeito da implantação do conjunto de ações pertinentes ao Projeto” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 77). O COMGEPRO atua em articulação com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, composta por técnicos da Prefeitura.

Mesmo com esse destaque a Gerência Estadual não deu a devida atenção à Rio Grande, privilegiando o litoral norte gaúcho “tornando o caminho entre a escala municipal e federal ainda maior” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 65). Conceição apresenta fatores que ampliaram esse distanciamento da Gerência Estadual e o período de inatividade do projeto orla em Rio Grande: a) o fato da costa gaúcha possuir uma característica diferenciada da costa brasileira, no Rio Grande do Sul não há propriamente um apelo e um fluxo turístico,

recordando que o turismo era um dos fatores indicados no projeto Orla como chaves para o desenvolvimento da zona costeira; b) mudanças na gestão municipal devido a eleição, e que criaram “brigas internas” com a gestão estadual por se tratar de um partido diferente, pois naquela época “a gestão municipal era de um partido e o estado de outro” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 67); c) por último, aliado a estes fatores, ocorreu uma reestruturação do Ministério do Meio Ambiente.

Conceição (2015) vai revelar um outro fator exposto por um de seus entrevistados na pesquisa, que no Rio Grande do Sul o GERCO nunca absorveu o Projeto Orla. Apesar de ter uma equipe “bem capacitada”, a equipe do GERCO não demonstrou interesse em desenvolver o Projeto Orla, já que não concordavam com a metodologia.

A administração municipal organizou a produção do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima e identificou três unidades de gestão em Rio Grande: a Unidade 1 - Matriz Ilhas, a Unidade 2 - Matriz Urbana e a Unidade 3 - Matriz Praia + Estação Ecológica do Taim. A Unidade 2, foco dessa pesquisa, foi classificada em três trechos: o trecho 1 envolve a margem do Canal do Norte, o trecho 2 envolve a margem do Saco da Mangueira, trecho selecionado para o projeto de revitalização, e por fim, o trecho 3 que envolve a orla da Praia do Cassino, conforme podemos observar na (Figura 09). O que nos leva ao questionamento de quais foram os motivos para selecionar este trecho ao invés dos outros dois? Se o Projeto Orla tem no seu foco o uso da zona costeira para o turismo, porque não foi selecionada a Unidade 3 que envolve a Praia do Cassino e o Taim? Quais os interesses por trás dessa escolha?

Figura 9: A orla de Rio Grande dividida em três trechos pelo projeto Orla.



Fonte: Estudo de Concepção (RIO GRANDE, 2019)

Somente em 2011 houve a retomada do Projeto Orla em Rio Grande. Durante a gestão (2009 – 2012), do Prefeito Fábio Branco (PMDB), foi licitado e assinado o contrato de execução do Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no trecho 2 da divisão da orla de Rio Grande. Em 2013 em reunião extraordinária, o Comitê Gestor do Projeto Orla – COMGEPRO produziu um documento apresentando onze princípios que deveriam orientar a concepção da revitalização da margem norte/oeste do Saco da Mangueira. São eles:

1. O Saco da Mangueira constitui um recurso natural de grande valor para a cidade de Rio Grande, tanto do ponto de vista da pesca artesanal como paisagístico;
2. Os modos de vida das comunidades tradicionais presentes na Orla do Saco da Mangueira devem ser respeitados;
3. O Saco da Mangueira e suas margens encontra-se com a sua qualidade ambiental indesejável e é necessário recuperar e manter essa qualidade em níveis socialmente aceitáveis para o benefício das gerações atuais e também futuras;
4. É necessário empreender esforços urgentes no sentido de conter o processo contínuo de ocupação indevida de suas margens por diferentes atividades e resgatar o caráter público desse recurso, criando condições e incentivando o acesso da população à essa Orla;
5. Qualquer projeto de intervenção pública nas margens deve considerar a fragilidade ambiental desse recurso e a necessidade de manter a qualidade de suas águas e margens;
6. O projeto de requalificação da Orla do Saco da Mangueira não deve ser considerado como solução para o escoamento do tráfego urbano;
7. O projeto poderá contemplar a possibilidade de uma via, mas essa deverá ser de tráfego lento, devendo respeitar as particularidades paisagísticas e ambientais de cada área, evitando o seu uso como via expressa ou de escoamento de tráfego;
8. O projeto de revitalização deverá respeitar as demandas da comunidade local, mas também da comunidade em geral;

9. O projeto de revitalização da Orla do Saco da Mangueira deverá ser orientado pelo princípio da justiça e equidade social no tratamento dos conflitos de natureza socioambiental;

10. As realocações das habitações ribeirinhas de baixa renda deverão se restringir àquelas consideradas insalubres ou de risco de acordo com padrões técnicos estabelecidos. As habitações consideradas passíveis de regularização fundiária serão objeto de urbanização, de modo a garantir o direito humano à habitação e à cidade;

11. As eventuais realocações deverão ser realizadas em áreas próximas às moradias de origens de forma a causar o mínimo impacto sobre os modos de vida das pessoas realocadas (RIO GRANDE, 2019g, p. 27).

É importante destacar que mesmo com o caráter utilitarista da natureza, expresso no primeiro princípio, não impediu de demonstrar preocupação com as comunidades e a justiça e equidade, que é contraditório com a ideia de que “é necessário empreender esforços urgentes no sentido de conter o processo contínuo de ocupação indevida de suas margens por diferentes atividades e resgatar o caráter público desse recurso”, que apesar da forma rebuscada da escrita tratam como invasão. Ao aprofundamos o olhar sobre esses princípios e o Estudo de Concepção observamos contradições e usos que desrespeitaram esses princípios orientadores construídos e apresentados pelo COMGEPRO.

3.2 O Estudo de Concepção

No dia 05 de novembro de 2012 foi assinado o contrato nº 347/12/SMMA, firmado entre o Município do Rio Grande e a empresa ENGEPLUS Engenharia e Consultoria Ltda para a elaboração do Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, localizada no município de Rio Grande – RS. A ordem de serviço foi emitida no dia 20 de novembro de 2012, penúltimo mês da gestão do Prefeito Fábio Branco e outros contratos foram firmados com a mesma empresa nesse período.

O contrato foi encerrado no dia 23 de julho de 2019 com a entrega do documento denominado *Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande/RS*.

Nesse período foram solicitados nove aditivos de prazo de execução dos serviços e um aditivo reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$

312.438,64 (trezentos e doze mil e quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos) que foram somados ao valor inicial do contrato na ordem de R\$ 1.199.610,47 (hum milhão e cento e noventa e nove mil e seiscentos e dez reais e quarenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 1.512.049,11 (hum milhão e quinhentos e doze mil e quarenta e nove reais e onze centavos), um valor bem alto se consideramos que é somente um estudo de concepção, sendo necessário um alto valor financeiro para sua implementação conforme abordaremos adiante.

A produção do Estudo de Concepção foi realizada no período da gestão (2013 a 2020) de Alexandre Lindenmeyer (PT), suas nove etapas de produção culminaram com a produção de uma coleção de 21 documentos técnicos (Quadro 05) que envolvem um diagnóstico socioambiental, a elaboração de um estudo ambiental visando o licenciamento das intervenções propostas e indicam os cenários urbanísticos e de regularização/remoção/relocação e previsão de custos financeiros para a revitalização da orla do Saco da Mangueira. É importante relatar que estes documentos técnicos são difíceis de acessar, pois estão localizados, uma versão impressa, na sede da SMMA para consulta no local, não sendo disponibilizada uma versão digital em repositório para que pesquisadores e população em geral possam acessá-los. Abaixo podemos observar os produtos e seus subprodutos foco de análise dessa pesquisa.

QUADRO 05: Documentos que compõem o Estudo de Concepção.

Etapa	Descrição	Produto	Subprodutos
Planejamento Inicial dos Serviços e da Mobilização Social	Corresponde ao planejamento detalhado dos serviços e da participação social no planejamento	Plano de Trabalho Consolidado	
Realização da Mobilização Participativa	Corresponde aos levantamentos Socioeconômicos e a realização da mobilização participativa.	Plano de Mobilização Participativa	Levantamentos Socioeconômicos
			Mobilização Participativa
Realização dos Levantamentos Aerofotogramétrico Topográfico Cadastral e Geotécnico	Corresponde à realização dos levantamentos de campo imprescindíveis para o planejamento da área;	Levantamento Aerofotogramétrico e Topográfico Cadastral	Levantamentos Aerofotogramétrico
			Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral

			Investigações Geotécnicas
Diagnóstico da Infraestrutura Urbana e Estudo de Urbanismo	Corresponde ao diagnóstico da situação da área, projeções, análise e seleção de alternativas p/ o empreendimento, e o estudo urbanístico da alternativa recomendada;	Levantamento e Estudo da Infraestrutura Urbana e Urbanismo	Levantamento e Estudo da Infraestrutura
			Concepção Básica do Sistema
			Urbanismo
Estudo de Concepção dos Sistemas de Esgoto Sanitário:	Corresponde ao planejamento dos sistemas de coleta e condução dos esgotos sanitários	Relatório de Sistemas de Esgotos	
Elaboração do Programa de Drenagem Sustentável:	Corresponde ao planejamento das redes e demais estruturas de coleta das águas pluviais;	Programa de Drenagem Sustentável	
Estudo de Concepção de Soluções para as Áreas de Risco e Contenções:	Corresponde ao planejamento das obras e medidas de contenção de cheias, erosões de margens.	Levantamento e Estudo das Áreas de Risco e Contenção	
Elaboração do Estudo Ambiental das Intervenções Propostas	Correspondente aos estudos ambientais para viabilizar o licenciamento ambiental	Estudo Ambiental	
Entrega Relatório Final	Corresponde a síntese de todos os produtos técnicos.	Relatório Final	

FONTE: Estudo de Concepção (RIO GRANDE, 2019).

É, necessário salientar que existe um produto 9, o Relatório Final, uma síntese dos produtos anteriores, onde é apresentado de forma sucinta os estudos técnicos e o plano de mobilização participativa, e a indicação dos três cenários previstos para a operação urbana, assim como os custos de implantação. Este relatório funciona como propaganda do Projeto de Revitalização, pois é o único que é disponibilizado quando solicitado e não apresenta todas as informações necessárias para o real entendimento da operação urbana.

No Plano de Trabalho se especifica a realidade objetiva que se busca com a elaboração do Estudo de Concepção, que nada mais é do que o planejamento e a materialidade discursiva para a realização da revitalização da Orla do Saco da Mangueira. Assim, busca-se

obter a **revitalização do referido corpo hídrico**, incluindo regularização urbanística, fundiária, ambiental e de urbanização das ocupações urbanas informais de interesse específico, inseridas na malha urbana que compõe grande parte da orla marítima e estuarina do Saco da Mangueira (RIO GRANDE, 2019a, p. 04 – grifo nosso).

Portanto, podemos observar que a intenção da revitalização da orla tem como objeto principal a revitalização do corpo hídrico, ou seja da lagoa, e que se apresenta como um projeto ambicioso conforme vemos em seus objetivos específicos:

- a) Planejar e executar os trabalhos de levantamento e estudos relacionados ao ordenamento urbanístico e ambiental da área de abrangência;
- b) Sensibilizar e mobilizar a população das ocupações informais quanto aos trabalhos de ordenamento urbanístico, no sentido de promover sua participação nas atividades de elaboração do plano de uso e ocupação;
- c) Elaborar estudo de viabilidade ambiental preliminar ao posterior licenciamento;
- d) Elaborar e executar plano de mobilização participativa e levantamento de dados de imóveis e população para realocação das famílias que ocupam irregularmente áreas de risco e ambientalmente sensíveis, bem como daquelas que irão interferir com o projeto urbanístico e de infraestruturas, atendendo as necessidades de remoção identificadas nos estudos ambientais e socioeconômicos;
- e) Cadastrar a população a ser realocada e programar o reassentamento involuntário;
- f) Elaborar diagnóstico dos lançamentos de efluentes domésticos e industriais por meio de levantamento dos pontos de lançamento dos efluentes e interligação dos pontos existentes à rede de esgoto;
- g) Identificar as fontes de poluição e o tipo de contaminação ocorrente no sistema de drenagem pluvial;
- h) Levantar os pontos de lançamento de resíduos sólidos urbanos na área de abrangência, bem como propor soluções para esse problema
- i) Propor um sistema de contenção de margens urbano-paisagístico através da proposição de um parque linear ao longo de toda a orla, abrangendo reconstituição de marismas e demais espécies da flora nativa. A organização do parque deve se dar em camadas de amortecimento, tendo em vista a contenção dos avanços das ocupações nas margens;
- j) Demarcar as áreas aterradas e delimitar áreas possíveis de serem ocupadas. A partir da sobreposição das situações das margens ao longo do tempo, a saber, desde 1831 até a presente data, identificar a dinâmica de evolução urbana da área e, a partir daí propor as medidas de contenção e a reorganização/regularização fundiária/requalificação urbana das áreas identificadas como prioritárias à execução do projeto tanto por questões técnicas como, principalmente, a partir dos dados colhidos nas etapas de mobilização participativa.
- k) Propor plano de urbanização das margens com regularização e reassentamento das populações em condições de risco;

l) Propor infra-estrutura de uso e ocupação das áreas públicas (sistema viário, ciclovias, iluminação pública, áreas verdes e de recreação, etc.). A partir das etapas anteriores de identificação das áreas passíveis de ocupação, e de áreas livres será proposta a implantação de parque linear, comportando áreas verdes de lazer passivo, áreas de uso público institucional caso seja identificada tal necessidade, bem como a relação do projeto com o sistema viário; e m) Avaliar os custos das intervenções, para verificar a viabilidade do empreendimento RIO GRANDE, 2019, p. 04).

Nos objetivos específicos do estudo de Concepção estão as metas estabelecidas para a construção dos argumentos que justificarão a remoção das moradias e suas famílias, assim como a necessidade das obras e das intervenções, e que serão apresentadas nos outros documentos técnicos a orientar a revitalização da orla do Saco da Mangueira. Adiante estaremos resgatando esses objetivos e os abordando na análise dos discursos ambientais que justificam a indicação das remoções.

3.2.1 O Saco da Mangueira

O Saco da Mangueira é uma enseada semifechada que integra o Sistema Estuarino Lagunar dos Patos (SESM), com características ambientais, socioeconômicas e culturais de altíssimo valor para o Rio Grande. É uma lagoa rasa com uma área de 32 km² considerada criadouro de várias espécies e de grande relevância para a pesca na cidade (CONCEIÇÃO, 2015).

Segundo Martin (2019) a região do Saco da Mangueira tem sua ocupação desde os tempos de fundação da Vila de Rio Grande e integra um dos quatro núcleos de assentamento que receberam as famílias açorianas quem chegaram em 1776 na Vila do Rio Grande. Portanto, desde os primórdios da cidade do Rio Grande essa região vem sendo ocupada e, atualmente, conta com uma população de 26.000 pessoas no seu entorno (Conceição, 2015), já segundo o Estudo de Concepção indica uma população de 14.414 pessoas. Identificamos uma disparidade entre os dados de Conceição e o Estudo de Concepção que apresentam uma diferença muito grande que deverá ser considerada em estudos críticos sobre o tema, e talvez, solucionada com novas pesquisas.

Essa ocupação estabeleceu um processo de urbanização complexo e que consolidou em suas margens o que pode ser considerado “um modelo marcado por disparidades socioespaciais, ineficiência e grande degradação ambiental” (ROLNIK; KLINK, 2011, p. 90). Essa degradação ambiental é causada por uma sucessão de impactos, como

o intenso aterramento de suas margens, o despejo de efluentes do setor portuário e industrial e a contaminação por resíduos sólidos e por esgoto doméstico. Em síntese, esse importante ativo ambiental constitui-se em um recurso hídrico utilizado de forma conflitante pelos diferentes atores sociais, representados pelos pescadores, pessoas em condições precárias de moradia, instituições públicas, indústrias e pela população em geral, o que compromete, além da fauna e da flora deste local, a qualidade de vida da população (CONCEIÇÃO; DOMINGUES, 2014, p. 02).

Praticamente quase todo o entorno do Saco da Mangueira está ocupado, na margem norte/oeste esse processo ocorreu de forma desordenada, diferente da margem leste/sul onde ocorreu a instalação do Distrito Industrial de Rio Grande, com suas atividades com alto potencial poluidor e contaminante, e que são responsáveis pela contaminação do corpo hídrico, conforme apresentaremos adiante.

A gestão municipal no PGI da Orla Marítima selecionou o trecho 2 para execução da revitalização e, conseqüentemente, a área a ser realizado o Estudo de Concepção, sendo a margem norte/oeste do Saco da Mangueira que compreende entre a ponte dos franceses e a ponte preta o trecho definido para estudo da Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda, ou seja, a orla do Saco da Mangueira integra o Trecho 2 da Unidade 2 - Matriz Urbana. Afim de facilitar a elaboração do Estudo de Concepção o trecho 2 foi dividida em quatro subtrechos:

- Subtrecho 1: compreendido entre o aterro da Ponte dos Franceses até o limite oeste do lote da Av. Rheingantz nº 119. Extensão da orla 1.640,00m e 150,00m largura da orla;
- Subtrecho 2: compreendido entre o limite oeste do lote da Av. Rheingantz nº 119 até a Rua Francisco Cardone (Vila Bernadeth). Extensão da orla 4.800,00 m e 70,00m largura da orla;
- Subtrecho 3: limitado entre a Rua Francisco Cardone (Vila Bernadeth) e lado oeste do Condomínio Waldemar Duarte. Extensão da orla 3.470,00m e 50,00m largura da orla; e
- Subtrecho 4: entre o lado oeste do Condomínio Waldemar Duarte até a Ponte Preta, na BR-392. Extensão da orla 1.875,00 m e 50,00m largura da orla (RIO GRANDE, 2019, p. 03).

Figura 10: Área do estudo de concepção divididas em subtrechos.



Fonte: Estudo de Concepção (RIO GRANDE, 2019).

O Saco da Mangueira está localizado em uma área estratégica da cidade, no entorno do centro, principalmente os subtrechos 1 e 2, onde executaram o levantamento das informações e possuem uma maior ocupação. A orla do Saco da Mangueira está incluída na Lei 6.585/2008, em seu art. 93, no parágrafo 1º como área de preservação permanente, correspondendo a uma faixa limitada pela cota altimétrica de + 1,00 m (um metro), e com a largura mínima de 150,00 m (cento e cinquenta metros). E no parágrafo 2º define que as áreas com ocupações consolidadas e as áreas de proteção ambiental existentes poderão ser mantidas, permitindo exclusivamente obras e alterações já mencionadas no Projeto Orla do Município do Rio Grande.

Portanto, o direito ao meio ambiente equilibrado³⁷ disposto na constituição e replicado na legislação municipal se choca com outro direito social conquistado e disposto na constituição, que é o direito à moradia³⁸, e

³⁷ Artigo 225 da Constituição Federal “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

³⁸ O Direito à Moradia é considerado um direito social fundamental, efetivado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º e também garantido pelo Estatuto da Cidade. Dentre os elementos que qualifiquem a moradia estão a qualidade da habitação, a localização, a

também, com o que vimos argumentando ao longo da dissertação. Ou seja, se há uma desigualdade socioambiental expressa na exploração e destruição ambiental em nome do desenvolvimento produzido no interior da sociedade, a lei ao propor “um ambiente equilibrado”, deveria em primeiro focar na solução da desigualdade socioambiental decorrente dos projetos de desenvolvimento de apropriação desigual da riqueza e de sua exploração por uns em detrimento de muitos. Neste sentido, o Projeto Orla se propõe a mediar esse conflito, identificado em partes como parece nos princípios do projeto e em sua utopia ambiental perceptível nos seus objetivos. O que nos leva a um questionamento de porque somente a orla norte/oeste tem esse direito garantido? Porque a orla sul, onde está localizado o DIRG não tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado? Se lá se localizam grande parte das atividades econômicas que fazem de Rio Grande uma zona de sacrifício?

Com relação a dados socioeconômicos da Orla do Saco da Mangueira é necessário dizer que são raros e pouco disponíveis. E, no Estudo de Concepção, também, é mencionado a dificuldade em acessar esses dados, porém para a revitalização a Engeplus realizou um Plano de Mobilização Participativa que efetuou o levantamento de dados socioeconômicos, que ajudou a auxiliar no processo de convencimento da população que vive na área da revitalização para a aceitação do projeto. A consultoria contratada identificou no perímetro da orla do Saco da Mangueira a existência de 28 setores censitários³⁹ que “apresentaram em 2010 uma população residente de 14.414 pessoas, considerando a totalidade de seus limites. Estima-se que aproximadamente 4,5 mil pessoas residam dentro do perímetro da Orla do Saco da Mangueira” (RIO GRANDE, 2019b). Apresentaremos alguns dados do estudo de concepção que ajudam a entender a desigualdade ambiental existente na área.

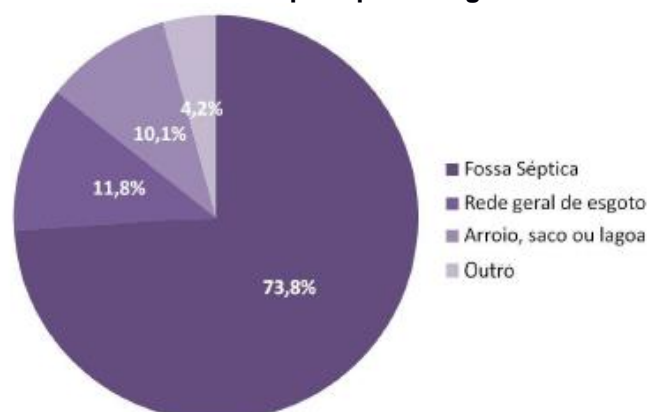
disponibilidade de serviços e infraestrutura, a segurança jurídica da posse, o custo de moradia acessível, a adequação cultural, dentre outros (FURLAN; FRÓES, 2020).

³⁹ O setor censitário é a menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas.

Desigualdade na orla do Saco da Mangueira

Relacionado ao Saneamento Básico⁴⁰, o Esgotamento Sanitário aparece como um problema na orla do Saco da Mangueira, segundo o levantamento realizado pelo estudo de Concepção, cerca de 10% dos domicílios lançam seu esgoto diretamente nas águas da lagoa e 11,8% estão conectados à rede de esgotos, a maior parte dos domicílios possuem fossa séptica, 73,8%. Porém a diferença para as taxas de esgotamento sanitário de Rio Grande não é muito diferente, somente 25% da população do município é contemplada pelo sistema de coleta de esgoto sanitário (RIO GRANDE, 2019b). Quando observamos os mapas que identificam o tipo de esgotamento, podemos visualizar a desigualdade, pois os domicílios com fossa séptica ou conectadas a rede coletora se encontram nos condomínios horizontais cercados, diferentemente dos domicílios que lançam seu esgoto diretamente nas águas da lagoa.

Figura 11: Percentual de domicílios por tipo de esgotamento sanitário



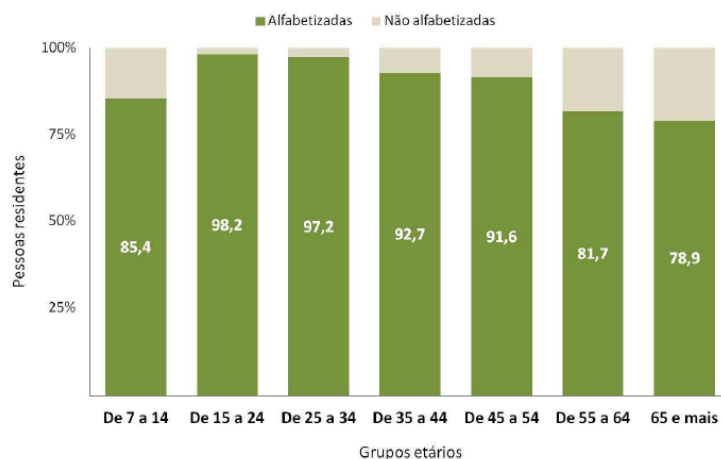
Fonte: Estudo de Concepção (RIO GRANDE, 2019b).

A educação é uma outra área que evidencia a desigualdade, o analfabetismo é significativo na população pesquisada no estudo de concepção, 9,6 % não são alfabetizados, o que é preocupante pois o Saco da Mangueira está no entorno da região central da cidade onde a oferta de escolas é maior (RIO GRANDE, 2019b). Na figura 12 podemos observar um dado preocupante, na faixa etária de 7 a 14 anos está situada a terceira maior taxa de analfabetismo da população residente na orla do Saco da Mangueira,

⁴⁰ O Saneamento Básico é o conjunto dos serviços e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais.

somente atrás das faixas etárias das pessoas acima de 55 anos. É preocupante por se tratar da camada mais jovem da população estar sem acesso a alfabetização.

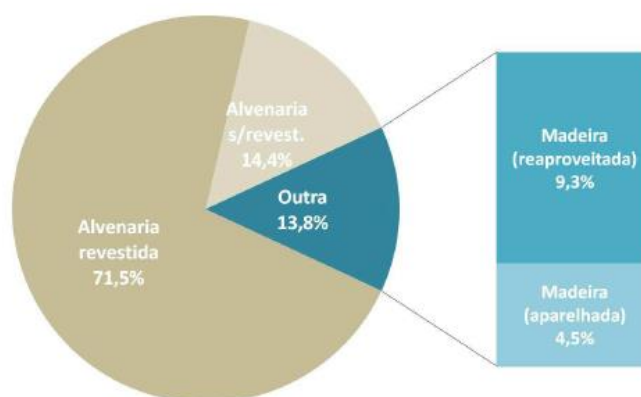
Figura 12: População residente por alfabetização e grupos etários



Fonte: Estudo de Conceção (RIO GRANDE, 2019b).

A situação das moradias na orla do Saco da Mangueira, também, foi levantada no estudo de concepção e foram identificados um grande número de famílias vivendo em vulnerabilidade socioambiental, habitando em ocupações irregulares e com grau elevado de insalubridade e risco ambiental. O estudo, ainda, identificou outras duas situações socioeconômicas na área: a primeira refere-se as condições mais adequadas de moradia da população residente em condomínios horizontais e verticais consolidados; a segunda diz respeito a uma faixa intermediária, onde situam-se as vilas de pescadores cujas moradias se encontram com baixa adequação de infraestrutura. Ao primeiro e terceiro grupo lhes é negado o direito à moradia, pois não basta ter um teto para morar, é necessária uma série de elementos que qualifiquem essa habitação. Na Orla do Saco da Mangueira prevalece as residências construídas com material durável, sobretudo com alvenaria revestida (71,5%), acompanhado de alvenaria sem revestimento (14,4%). Os outros 13,8% são de outros materiais utilizados no revestimento das paredes externas dos domicílios, 9,3% são de madeira reaproveitada (menos durável) e 4,5% de madeira parelhada (própria para construção).

Figura 13: Percentual de domicílios por tipo de material predominante nas paredes externas.



Fonte: Estudo de Concepção (RIO GRANDE, 2019b).

Estes dados postos demonstram que no entorno do Saco da Mangueira houve a produção de uma área com uma visível desigualdade socioambiental, se constituindo em um território dividido entre ricos e pobres, logo uma área com conflitos latentes e com potencial de promover instabilidades urbanas. Ou seja, a consultoria identificou esses problemas, e é necessário destacar que essa população não teve seus problemas equacionados e, ainda uma parte dessa população está indicada a ser removida dessa área. Portanto, busca-se estratégias para evitar essa instabilidade por meio da regulação⁴¹ urbana, equacionando outro problema que é a cidade dividida, com perspectivas de usos diferentes desta terra.

Diríamos que a revitalização da orla do Saco da Mangueira é uma forma de regulação urbana expressa através do uso de um discurso ambiental como tática de mobilização e convencimento. Nesse caso “o meio ambiente aparece como discurso unificador”, em que o Saco da Mangueira é reconhecido como “uma conexão da cidade desigual” (ACSELRAD, 2015, p. 64).

⁴¹ Ver Acselrad, 2015. “O conceito de regulação tem origem nas ciências biológicas por volta de 1870. Fisiologistas chamaram, então, de “regulação” a função capaz de impor ao devir de uma parte de um organismo uma regra de conformidade à estrutura de um todo (CANGUILHEM, 1977). Ao transpormos tal noção para o campo das ciências sociais, caberá considerar, por certo, que os mecanismos de regulação são, neste caso, historicamente construídos. Assim é que, na vida social, há um conjunto de normas, incorporadas ou explícitas, de instituições, de mecanismos de compensação e de dispositivos de informação, que operam de modo a ajustar permanentemente as antecipações e os comportamentos individuais à lógica de conjunto do regime de acumulação. No caso da cidade capitalista, não se trataria, pois, de um ajuste funcional determinista-sistêmico, mas de modos de administração dos riscos de ruptura das relações sociais urbanas de modo a que a cidade não perca sua funcionalidade ao “projeto histórico capitalista” – ou seja, que “regulações urbanas” sejam capazes de impor “ao devir de cada parte da cidade capitalista uma regra de conformidade à estrutura de um todo” (ACSELRAD, 2015, p. 59).

Assim, a ENGEPLUS construiu a perspectiva de revitalização necessária com elaborações dos cenários previstos, onde se organizou as informações para a produção da concepção básica do sistema, documento e discurso que levantará as informações existentes, assim como produzir novas informações para a justificativa e indicação das intervenções.

3.2.2 Os Cenários previstos para a Revitalização

O Relatório de Levantamentos e Estudos da Infraestrutura e Urbanismo compreende o processo de produção da Concepção Básica do Sistema. Este relatório apresenta a formulação das alternativas técnicas do sistema urbanístico, comparação e seleção das alternativas e a análise do benefício/custo da alternativa selecionada, ou como é melhor explicado por eles

as diferentes alternativas de caminhos e o que poderá prevalecer no futuro da área em estudo, com ou sem as intervenções de revitalização". Na primeira parte são apresentadas as projeções populacionais da área de estudo para o ano de 2033, e na segunda parte, **a análise dos cenários atual e futuro**, com base nos levantamentos demográficos e de infraestrutura, bem como nas condicionantes estabelecidas para a revitalização da área (RIO GRANDE, 2019d, p. 08)

Compôs-se a produção de três cenários como alternativas de intervenção para a escolha final, para isso foi realizado o levantamento das áreas com potencial a regularizar e das áreas com potencial de remoção de moradias, nos subtrechos 1 e 2. Dessa forma, destacamos a metodologia que orientou esse levantamento.

Primeiramente foram entrevistadas 355 famílias seguindo um rigoroso plano amostral, [...]. Em seguida, procedeu-se a um novo levantamento socioeconômico nas áreas potencialmente sujeitas a regularização e realocação de população. A escolha por dois levantamentos se deu mediante acerto com a Prefeitura do Rio Grande e atendimento ao cronograma de trabalho e Termo de Referência. Conforme pode-se visto em tais documentos, a entrega do levantamento socioeconômico antecede ao projeto urbanístico. Dessa forma, levantou-se o perfil socioeconômico da população e sua percepção acerca da revitalização do Saco da Mangueira, posteriormente com o avanço dos estudos de alternativa, delimitou-se uma área potencial, onde se procedeu a um censo dos domicílios [...]. Os dados foram coletados através de entrevista direta, com perguntas listadas sob a forma de questionário, preenchido manualmente pelo entrevistador. **Para a execução do trabalho, os**

entrevistadores receberam treinamento para o correto preenchimento dos questionários, abordagem e demais procedimentos inerentes à atividade. Em campo, os entrevistadores, identificados com colete, crachá e prancheta, coletaram informações dos moradores da Orla no período entre abril e junho de 2013 (RIO GRANDE, 2019d, p. 91 - grifo nosso).

É interessante, que nos documentos citam o treinamento recebido pelos entrevistadores, mas não apresentam seu conteúdo, não deixando qualquer possibilidade de considerações sobre o seu roteiro. A disponibilização do roteiro de entrevistas é praxe na pesquisa, porém é comum que consultorias contratadas soneguem essa informação, apresentando apenas os resultados que corroborem com o discurso construído, impossibilitando o interlocutor qualquer análise sobre a forma da coleta de dados e, conseqüentemente, os seus resultados. Nas considerações da metodologia utilizada é citado que

grande parte dos **entrevistados solicitavam maiores informações** acerca do trabalho como um todo, **manifestando dúvidas sobre o futuro da área.** Neste sentido, **os entrevistadores informavam sobre os objetivos** do Estudo de Concepção e, sobretudo **a importância para a Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMMA) em conhecer as atuais condições de vida da população** para planejamento da revitalização (RIO GRANDE, 2019d, p. 92 – grifo nosso).

Ou seja, os moradores careciam de informações e demonstraram diversas dúvidas que foram ‘solucionadas’ pelos entrevistadores, porém não nos é apresentada essas dúvidas e muito menos o que era dito aos moradores, além de demonstrar aparentemente que era mais importante “a SMMA conhecer as atuais condições de vida” para planejar a revitalização do que as dúvidas dos moradores sobre o destino a ser dada a área que residem. Sem podermos realizar as entrevistas, nos falta elementos importantes no entendimento da abordagem direta com os moradores para conseguirmos elucidar quais seriam essas dúvidas e, principalmente, como operou a consultoria em seu trabalho de campo.

Para elaboração das alternativas foram estudados três projetos de urbanização já executados no passado, com a revitalização realizada por aterramentos em localidades com características ambientais similares que serviram de modelo. O aterro do centro de Porto Alegre, no século 19, do centro de Florianópolis, na década de 70, e da Avenida Costanera Norte – Assunção/Paraguai, na década de 70. A partir destes estudos, concluíram que

As remoções e reassentamentos devem ser evitados ao máximo, e utilizados somente após esgotadas todas as possibilidades, pois geram um grande custo e podem levar anos para serem totalmente executados, gerando grande comoção nas comunidades atingidas, mudando a forma de vida destas comunidades;

Os aterros se bem planejados, projetados e executados geram mais prós do que contras, possibilitando o desenvolvimento da área e melhoria na qualidade de vida dos moradores (RIO GRANDE, 2019d, p. 29).

Portanto, a partir do estudo concluem que o aterramento é uma alternativa técnica positiva, e que se “as remoções e reassentamentos devem se evitar ao máximo”. Porém, na escolha da alternativa observamos que esta conclusão não foi levada ao extremo, pois há a indicação de remoções, e além disso o aterramento da lagoa se choca com o discurso de preservação e conservação, que é o objetivo da revitalização apresentado pelo Estudo de Concepção como observaremos adiante.

Foram construídas três alternativas para apresentar como cenários previstos para a revitalização da orla do Saco da Mangueira. Abaixo (Quadro 06) apresentamos as alternativas propostas para a revitalização no formato de quadro para facilitar o entendimento e comparação entre as mesmas. Detalhe que essas informações foram retiradas da apresentação das alternativas no relatório de concepção básica do sistema urbano.

Quadro 06 – Apresentação cenários previstos pelo Estudo de Concepção.

Alternativa	Atendimento	Processo	Proposta
Alternativa 1	Esta abordagem é pautada unicamente na Legislação Ambiental, cumprindo de forma rigorosa a Legislação Ambiental vigente (Lei n° 12651/2012; Resoluções 302, 303 do CONAMA), não são permitidas edificações ao longo de APPs.	Durante o processo de desenvolvimento, este cenário não foi tratado como uma alternativa porque sua proposta causaria um impacto social muito elevado nos moradores, visto que todas as edificações localizadas dentro dos limites da APP serão desapropriadas e/ou realocadas para que se reconstitua a APA, não possibilitando a existência de domicílios	Em torno de 663 famílias serão removidas e realocadas das áreas com a população mais carente, nas localidades de Dom Bosquinho, Navegantes e Vila Bernadeth. Com o agravante que não serão realocadas para áreas próximas a região em que vivem hoje, visto que as áreas desocupadas após a APP não são suficientes para realocação de todas as famílias próximo a sua atual residência. O que traria um impacto social incalculável para a população local; As desapropriações atingirão

		particulares/comerciais dentro desta faixa da Orla.	grandes áreas, principalmente, ao longo do subtrecho 2, totalizando aproximadamente 63.350 m ² .
Alternativa 2	Esta alternativa tem uma intervenção mínima, buscando obedecer às legislações no limite das ocupações existentes, e conter as invasões, bem como os processos de assoreamento das margens com obras de engenharia como diques de contenção.	Levantamento das edificações em situação de risco, realocação de algumas famílias (residências mais próximas a margem do Saco da Mangueira) e regularização fundiária das demais, além da urbanização de toda a área. Algumas desapropriações são necessárias para que seja possível a urbanização, alargamento ou abertura de vias de acesso, bem como instalação de equipamentos urbanos.	A proposta consiste, em urbanização das áreas ocupadas, desapropriação das áreas não ocupadas para implantação de equipamentos urbanos e tratamento paisagístico do espaço público. Ainda, para as áreas verdes não edificadas, a alternativa contempla retomá-las para o poder público e encampá-las como áreas verdes públicas e institucionais. Algumas destas áreas deverão ser utilizadas para a realocação da população devido a regularização fundiária e urbanização proposta. Há a indicação de remoção de 393 moradias de famílias.
Alternativa 3	Restituição da APP através de Parque Linear com Aterramento. Trata-se da implantação de uma faixa de aterro ao longo dos subtrechos 1, 2 e 3, que possibilitará a implantação de um parque linear em toda a extensão da margem oeste do Saco da Mangueira, restituindo a condição de espaço de uso público da Orla, possibilitando soluções em mobilidade urbana, restabelecendo a relação entre a água e o continente e	Nesta alternativa, deverá ser feito um levantamento das edificações em situação de risco, realocação de algumas famílias para locais ao longo da Orla para possibilitar a regularização fundiária e urbanização de toda a área relativa à intervenção. Serão necessários mais de 0,70 km ² de área aterrada ao longo do trecho 1, 2 e 3, e em torno de 1.400.000 m ³ o volume para o aterro.	Esta alternativa removerá menos famílias do que as alternativas anteriores, pois serão removidas a população das áreas mais degradadas, onde será feita a regularização urbanística, para permitir o acesso de serviços de saneamento básico e segurança dos moradores da Orla. Serão criadas áreas para novos lotes e vias com dimensões mínimas que possibilitem a implantação de uma infraestrutura necessária para o bem-estar da população. Além disto, esta alternativa contará com a manutenção da área de APP, com um parque linear e uma via para veículos,

	resgatando o valor paisagístico da enseada.		ciclovias e pedestres, que será responsável em dividir a área pública da área privada, contendo o avanço dos aterros irregulares.
--	---	--	---

Fonte: Estudo de Concepção (RIO GRANDE, 2019d)

Indicamos que os mapas com as alternativas apresentadas neste quadro estão disponibilizados em anexo.

A alternativa selecionada para ser indicada, foi a alternativa 3: Restituição da APP através de Parque Linear com Aterramento. Esta alternativa propõe a implantação de uma faixa de aterro ao longo dos subtrechos 1, 2 e 3, criando uma barreira física de contenção dos avanços dos aterros irregulares, com uma via principal para o tráfego urbano, delimitando as áreas privadas das áreas públicas, onde será reconstituída a Área de Preservação Permanente - APP e será implantado um grande parque linear com propostas de lazer e cultura. Se utiliza de uma ideia da via para tráfego como delimitador de ocupações futuras por moradias, e desmonta a ideia de que aterrar a lagoa seria um problema ambiental. O problema é apenas quem faz o aterro e seu objetivo.

Algumas observações do quadro acima são necessárias. Na alternativa 1 é comunicado que este “cenário não foi tratado como uma alternativa porque sua proposta causaria um impacto social muito elevado nos moradores” (RIO GRANDE, 2019d, p. 30), onde foi identificada a quantia de “663 famílias [que] serão removidas e realocadas” (RIO GRANDE, 2019d, p. 30). É a alternativa que atende o cumprimento da legislação ambiental e, assim, indica a remoção do maior número de moradias dentre todas as alternativas. Mas que teria um maior sentido com o objetivo do Projeto, que é a revitalização do corpo hídrico.

A alternativa 2 nos parece o melhor cenário para se recomendar para a revitalização, pois indica 393 moradias a serem removidas e acreditamos que se utilizassem aterramento em algumas áreas para se restituir a APP, sem necessariamente compor um parque linear e uma via nova com duas faixas para cada sentido e um canteiro central, como é apresentado na alternativa 3, poderia reduzir ainda mais esse número indicado de 393 moradias a serem removidas na alternativa 2, caracterizando assim o cenário ideal. A alternativa

2, também, possui um menor custo de realocação (R\$ 13.783.099,50) comparadas as outras alternativas – alternativa 1 com o custo previsto de R\$ 23.252.404,50 e alternativa 3 de R\$ 15.641.889,00. O pior é saber que a alternativa 2 apresenta um custo final previsto de R\$ 118.641.939,36, muito inferior à alternativa 3, que foi selecionada e tem a previsão de R\$ 457.685.123,71. Portanto, questionamos a escolha da alternativa 3 e porque a indicação da alternativa 2 não foi levada em consideração, já que na alternativa 3 há a indicação de maior número de famílias removidas, custo de realocação e custo final de implantação do sistema maior em consideração principalmente a alternativa 2.

Ainda, na alternativa 2, percebemos o uso do termo ‘invasão’ para caracterizar a ocupação irregular, o que entendemos como um termo depreciativo, pois algumas famílias despossuídas e/ou com baixa renda se veem de fora do mercado legal de terras, não lhe restando outra alternativa que a de ocupar as terras que, inicialmente, não interessam e/ou não podem ser destinadas ao mercado residencial legal por estarem em áreas de preservação ambiental (MARICATO, 2011).

Na alternativa 3 com a solução encontrada de aterramento para reconstituição da APP e a indicação de remoção de 446 moradias em áreas degradadas, ou em risco ambiental, ou seja, que impactam a APP e o corpo hídrico. O número de moradias a serem removidas não é apresentado em sua descrição e assumimos que essa foi a forma como essas informações foram apresentadas a essas comunidades. Conforme já apresentado nesta dissertação, os condomínios horizontais também estão localizados em área de domínio da União, em APP, sem a conexão com a rede coletora de esgoto e também em área com risco de inundação/alagamento, porém não vemos a indicação de remoção destes, mas somente as moradias das famílias de baixa renda nas comunidades Dom Bosquinho, Navegantes e Vila Bernadeth. Além disso, com o aterramento não necessitaria remover as moradias, ou mesmo, é possível realoca-las na mesma área onde residem atualmente se não incluíssem a construção das quatro vias.

Destacamos que na alternativa 3 há uma afirmação mentirosa/enganosa na seção de apresentação das alternativas no produto 4. No texto que apresenta a referida alternativa indica que “esta alternativa [a 3] realocará um número menor de famílias do que as alternativas anteriores [1 e 2]” (RIO GRANDE, 2019d, p. 45), porém na seção Avaliação de Custos de Implantação, na página 45, podemos observar no Quadro 4.5 – Resumo dos Quantitativos, a indicação de 446 remoções/relocações de moradias, portanto número maior que indicado na alternativa 2 de 393 remoções/relocações, caracterizando assim em uma informação mentirosa/enganosa na apresentação da alternativa selecionada. É importante salientarmos que tanto no relatório final, quanto no resumo apresentado nas Audiências Públicas, nessa alternativa não era apresentado a quantidade de moradias indicadas para a remoção/relocação, levando a população a um entendimento equivocado e a uma escolha enviesada, podemos assumir que era também dessa forma que as dúvidas da população sobre o projeto eram sanadas pelos entrevistadores.

Acreditamos que faltou um equilíbrio maior entre as alternativas, pois na alternativa 1 se busca atender integralmente a legislação ambiental, na alternativa 2 busca-se a contenção da ocupação das margens com uma mínima intervenção, porém implicando em remoção o que seria evitado se utilizassem o aterramento de algumas áreas para evitar-se as remoções, e na alternativa 3 se utiliza de aterro em toda a margem para a restituição da APP através de um parque linear e a construção de uma via principal, e mesmo assim, com a indicação de remoção de famílias, ou seja, se buscassem conciliar/equilibrar as alternativas 2 e 3, talvez se compusesse o melhor cenário, com o aterramento de algumas áreas para restituição de APP sem operar remoções e sem a necessidade de um parque linear. A escolha da alternativa 3 que removerá o maior número de famílias e que possui o maior custo final para sua implantação nos faz questionarmos: qual o interesse está por detrás da alternativa 3?

Indicando a alternativa com o maior custo financeiro e social, nos leva a interpretar que a preocupação maior está em executar o maior número de projetos de intervenções de infraestrutura possíveis. E, com isso, acaba em “fornecer as infraestruturas físicas tão necessárias para ocorrer a acumulação”

(HARVEY, 2011 p. 157). Um fator que corrobora para esse entendimento é que as decisões eram avaliadas pelo COMGEPRO e técnicos integrantes da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização – CAF, e a partir da retomada do Projeto Orla (maio de 2013) as decisões ficaram restritas somente ao CAF, o que impacta diretamente as decisões tomadas. Conceição (2015) nos apresenta a exclusão do COMGEPRO das tomadas de decisões. Em que

o Comitê Gestor deixou de ser ativo em um processo extremamente importante, a retomada do Orla por meio dos estudos de viabilidade apresentados pela empresa Engeplus. Esse é um processo que merece ser avaliado por diferentes grupos sociais, não somente restritos ao corpo técnico da Prefeitura, representado pelo CAF. [...]. Assim, as decisões tomadas excluem segmentos importantes da sociedade, como representantes da Colônia de Pescadores que compõem o COMGEPRO, restringindo a atuação e a efetiva interferência na tomada de decisões (CONCEIÇÃO, 2015, p. 77)

Conceição (2015) mede, ainda, o impacto direto dessas decisões no projeto de Revitalização da Orla,

Sempre que interesses difusos e coletivos estiverem em jogo, há a necessidade da atuação de diferentes atores sociais que estejam envolvidos no processo, de forma que deva zelar pelo efetivo cumprimento dos princípios da informação, participação, publicidade e oralidade, para a construção e manutenção de um projeto democrático e participativo (CONCEIÇÃO, 2015, p. 78).

Também, evidenciam os conflitos de interesse entre os setores da Prefeitura, que são constantes e prejudicam as tomadas de decisões.

É muito difícil chegar a um consenso. A Secretaria de Infraestrutura almeja fazer uma via de carros para desafogar o trânsito, já a Secretaria de Meio Ambiente a renaturalização da orla para transformar em um espaço verde... Já a Secretaria de Habitação não quer remover ou realocar ninguém, pois as pessoas têm o direito de morar (CONCEIÇÃO, 2015, p. 78).

Portanto, essas intervenções indicadas na alternativa 3 são decisões tomadas exclusivamente pela Prefeitura, e evidenciam contradições e a tentativa de conciliar interesses antagônicos como os conflitos de interesse expressos acima, como podemos observar no Relatório de Concepção Básica do Sistema que expressa a revitalização como forma de controlar os “avanços ilegais sobre o Saco da Mangueira, valoriza a região, propõem uma via de ligação, e junto a APP cria um grande parque linear com propostas de lazer e cultura” (RIO GRANDE, 2019d, p. 72).

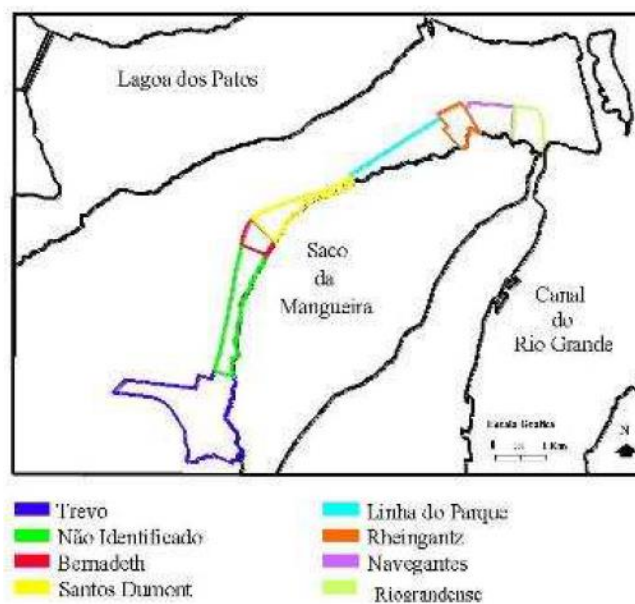
O Estudo de Concepção reproduz o urbanismo como ideologia do capitalismo, onde a alternativa apresentada na revitalização como solução dos problemas apresentados, não nos parece de fato ser capaz de solucionar o que se propõe – “revitalização do corpo hídrico”, nos parece muito mais prolongar o estado atual das coisas – conflitos urbanos e ambientais e acumulação por despossessão - reproduzindo uma ideologia tecnocrata, onde as soluções são técnicas para a resolução dos problemas urbanos (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2011). Nos trazendo um questionamento, que nos parece muito mais uma afirmação a ser feita. A cidade de Rio Grande é produzida para as pessoas que nela residem ou para o lucro de uma classe dominante?

3.2.3 As Comunidades indicadas para a Remoção

A revitalização da orla do Saco da Mangueira, segundo o Estudo de Concepção, abrange seis bairros e uma área não identificada do município do Rio Grande: Trevo, Vila Bernadeth, Santos Dumont, Linha do Parque, Rheingantz, Navegantes e Riograndense. Contudo, quando aprofundamos o olhar no território, enxergamos muito mais comunidades/loteamentos que os sistematizados. Por exemplo, o bairro descrito como Rio Grandense, tem a presença da Refinaria Riograndense, mas é conhecido como Lar Gaúcho. O bairro Rheingantz também é identificado como Parque Residencial Coelho.

Os bairros identificados no Estudo de Concepção como Linha do Parque e Santos Dumont, no cotidiano da cidade são reconhecidos de acordo com os condomínios horizontais e verticais que se situam nessa região, como, por exemplo, Condomínio Marcilio Dias ou mesmo o Residencial Celmar Gonçalves. Abaixo, segue a figura com a organização identificada no Estudo de Concepção.

Figura 14: Bairros identificados pelo Estudo de Concepção



Fonte: Estudo de Concepção (RIO GRANDE, 2019b).

O perfil socioeconômico da população residente na orla do Saco da Mangueira foi realizado no ano de 2013, e foram apresentados a SMMA no ano de 2014, no produto fornecido como Relatório dos Levantamentos Socioeconômicos - Levantamento Socioeconômico da População Diretamente Envolvida. Este estudo foi realizado somente em dois subtrechos (1 e 2), mais precisamente nos bairros identificados no estudo de concepção como Navegantes, Rheingantz e Linha do Parque, com o cadastramento de 355 domicílios de um total de 4.555 edificações.

No Plano de Trabalho do Estudo de Concepção há o levantamento com a previsão inicialmente de 545 imóveis “demandantes de reassentamento”, após os diversos estudos realizados e com a concepção básica do sistema idealizada, e a apresentação de três alternativas indicou-se a remoção de: a) 663 moradias na alternativa 1; b) 393 moradias na alternativa 2; e c) 446 moradias na alternativa 3.

Em todas as alternativas apresentadas, desde o levantamento inicial, duas áreas que abrangem três comunidades são previstas para serem diretamente impactadas pelas obras de revitalização. A primeira área se refere as vilas Dom Bosquinho e Navegantes e a segunda ocorrerá na Vila Bernadeth. Essas comunidades por se tratarem de uma região com condições

de vida precária, onde concentram-se uma população com menor renda, menores índices de escolaridade e com menos acesso às infraestruturas, são colocadas como local que sofrerá a maior intervenção, com a remoção de moradias para implantação do projeto urbanístico. Devido ao grande número de famílias envolvidas, a consultoria indica a necessidade de criar moradias temporárias para abrigar estas durante a execução das obras, o que é preocupante pois já vimos a ocorrência deste modelo de realocação na Vila da Barraquinhas em Rio Grande, onde famílias foram alocadas em moradias sem o mínimo de condição de habitar e demoraram anos para serem deslocadas para a comunidade da Barra Velha em moradias minimamente habitáveis (SANTOS, 2016).

A consultoria em seu diagnóstico identificou na ocupação das margens do Saco da Mangueira “tanto uma expansão ordenada e licenciada, como por exemplo, os condomínios horizontais, quanto uma ocupação irregular sobre aterros, principalmente nas Vilas Dom Bosquinho e Navegantes” (2019d, p. 12). Nesse cenário evidenciamos uma contradição, pois todos os imóveis identificados para remoção estão nas denominadas “Vilas”, em que residem a população pobre, enquanto nos condomínios horizontais presentes nos loteamentos denominados como Parques, Residenciais, Jardins e/ou outros destinados à classe média e alta, não sofrerão com processo de remoção mesmo que estejam inseridas na área de preservação permanente. Ou seja, essa contradição nos leva a entender que o problema ambiental apresentado na revitalização do Saco da Mangueira está apenas relacionado a renda.

Segundo Maricato (2011, p. 188) “os loteamentos fechados que se multiplicam nos arredores das grandes cidades são ilegais, já que o parcelamento da terra nua é regido pela Lei Federal 6766/79”, mesmo que sejam criadas legislações estaduais e municipais que viabilizem a “privatização do patrimônio público quando ele se torna um produto irresistível ao mercado de alta renda” (MARICATO, 2011, p. 188), que são aprovadas de forma ilegal por contrariar uma legislação federal. Além disso, esses condomínios usufruem “privadamente destas áreas verdes públicas e também vias de trânsito fechadas intramuros” (MARICATO, 2011, p. 188). Portanto, estes condomínios considerados no Estudo de Conceção como ‘legalizados’ sob terras da União,

na verdade também são ilegais, porém não recebem o estigma e julgamento popular das ocupações informais das famílias de baixa renda nas comunidades Dom Bosquinho, Navegantes e Vila Bernadeth que estão indicadas para regularização e remoção.

Devemos mostrar que no Estudo de Concepção há a indicação de realocação destas famílias, na implementação do projeto, mantendo essas famílias nas comunidades as quais já vivem atualmente e construíram suas vidas. É importante destacarmos que a indicação de um plano de reassentamento não garante, de fato, sua execução. O custo estimado em 2013, somente, para a execução do plano de reassentamento, considerando a alternativa 3 foi orçado em R\$ 15.641.889,00. Isso nos leva ao questionamento: de onde sairá esse recurso?

Desde o ano de 2016, com o governo Temer, vemos o aprofundamento da crise política e do desmonte do estado brasileiro, com o agravamento no governo Bolsonaro e um cenário de precarização das políticas habitacionais, com a redução dos investimentos e o aumento das ocupações informais, temos também a perseguição e criminalização dos movimentos de moradia e a ocorrência de despejos e remoções em plena pandemia, o que demonstra a desumanidade e a crueldade de uma parte dos gestores públicos. No município de Rio Grande não é diferente, desde que o Prefeito Fábio Branco retornou a Prefeitura, no início de 2021, temos também a precarização de políticas habitacionais com o fechamento da secretaria de Habitação e sua subordinação a Secretaria de Planejamento, e com a publicação da lei 8628⁴², de 20 de abril de 2021 que impõe sanções administrativas à ocupação informal de áreas públicas com o impedimento de ser “realocado e seu cadastro imobiliário fica suspenso” (RIO GRANDE, 2021, p. 01).

⁴² O Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico apresentou Nota Técnica questionando o envio e a aprovação do Projeto de Lei 015/2021 (que após aprovação na Câmara foi sancionada sob a lei 8628/2021). Nesta nota, destaca o “silêncio em torno do déficit habitacional, da política de regularização fundiária, ou da situação social e econômica da população”, além de analisar o texto apresentado pelo executivo e concluir que “ a) possuir vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade; b) criar sanções que buscam penalizar um grupo específico de pessoas, sob o pretexto de proteger o patrimônio público; e c) representar um retrocesso na construção de uma ordem jurídica urbanística voltada a efetivação de direitos. Disponível em: <https://ibdu.org.br/noticias/nota-tecnica-sobre-o-ple-015-2021-do-rio-grande-rs> Acesso em: 12/09/2021.

Maristel Martin (2019) identificou a existência de 79 áreas de ocupações informais em Rio Grande, já na área de abrangência do estudo de concepção foram identificadas 11 ocupações informais necessitando de regularização fundiária, sendo elas localizadas em: Lar Gaúcho, Navegantes, Dom Bosquinho, Vila Dias, rua Intendente Mesquita, próximo a avenida Santos Dumont, Parque Residencial Coelho, Vila Bernadeth, Vila Delga, Vila Ceres e avenida Itália próximo a entrada do aeroporto (MARTIN, 2019).

No Estudo de Concepção, sendo mais específico no levantamento socioeconômico da população, foi identificada somente “no bairro Navegantes, Vila Dom Bosquinho e na Vila Bernadeth, onde estão sendo propostas a Regularização Fundiária para realizar a reurbanização destas regiões” (RIO GRANDE, 2019d, p. 109). O levantamento socioeconômico da população no estudo de concepção foi realizado em 2013 e a pesquisa de Martin foi em 2019.

Grande parte destas ocupações identificadas estão no subtrecho 2 - Vila Dias, rua Intendente Mesquita, próximo à avenida Santos Dumont, Parque Residencial Coelho, Vila Bernadeth, Vila Delga e Vila Ceres, no subtrecho1 encontram-se as ocupações localizadas no Lar Gaúcho, Navegantes, Dom Bosquinho, enquanto que no subtrecho 3 está localizada somente uma ocupação informal, próximo à entrada do aeroporto na Avenida Itália. É importante destacar que o subtrecho 1 está situado em uma área privilegiada, nos limites da área central da cidade, entre a Refinaria Riograndense e o Av. Major Carlos Pinto ou Canalete, região de muito interesse dos grupos imobiliários e que entendemos ser este o motivo central da operação urbana. Desse modo, as comunidades ameaçadas pelo fantasma da remoção são Lar Gaúcho, Navegantes e Dom Bosquinho.

Vila Dom Bosquinho e Navegantes

A Vila Dom Bosquinho já foi apresentada no capítulo anterior, conforme vimos é uma comunidade que já convive com o fantasma da remoção há algum tempo. Ela já sofreu com processos de remoção no passado, como no caso

das 44 famílias removidas e deslocadas para o Bairro Cidade de Águeda, a justificativa foi por serem “zonas perigosas e de risco e depois pelo acordo fechado entre o Município e o Governo Federal através do Projeto Orla” (MACHADO, 2013, p. 38).

Atualmente, o Projeto Orla, por meio da revitalização no saco da Mangueira, continua assombrando a comunidade com processo de remoção de moradias, inclusive é o local com maior intervenção em área e número de famílias envolvidas. É uma região com condições de vida precária. Não indicam a quantia de remoções, somente que será para implantação das melhorias propostas, incluindo habitações, novas vias, praças e creche e/ou escola, com toda infraestrutura necessária.

Segundo Martin (2019) no bairro Navegantes, as ocupações ocorreram a partir da década de 1970, nos últimos anos a expansão ocorreu com o aterramento das margens da lagoa por meio de aterro feito com lixos e pneus. Elas são consideradas pequenas apesar da expansão, e atualmente, permanecem crescendo conforme foi sendo realizado o aterro em direção as águas.

Figura 15: Áreas indicadas para as remoções das moradias - Navegantes e Dom Bosquinho.



Fonte: Estudo de Concepção (2019d).

Vila Bernadeth

A região a qual o Estudo de Concepção indica como Vila Bernadeth na verdade abrange as comunidades da Vila Bernadeth, Vila Delga, Vila Ceres e Parque Residencial Coelho, neste último não é indicado a regularização ou remoção no projeto de revitalização. Nestas três localidades, as áreas de ocupações informais são pequenas.

Segundo Martin (2019) a ocupação informal desta região ocorreu a partir do início da década de 1980 e envolviam as vilas Pio XII e São Luiz, onde os proprietários dessas terras venderam lotes antes mesmo de sua aprovação junto a Prefeitura,

a qual impulsionou o início das ocupações na beira da praia realizadas por pescadores. A partir da aprovação dessas vilas e do loteamento, surgiu uma intensificação de posses, em continuação, na beira da praia em direção ao Parque Coelho, envolvendo as vilas Bernadeth, Delga e Ceres (MARTIN, 2019, p. 88).

Essas ocupações cresceram, principalmente, na década de 1990, concomitante as ocupações do Parque Coelho, onde convergiram e conectaram ocupando toda extensão da beira de praia. “Em 2001, a prefeitura e a Marinha realizaram a remoção da maior parte das famílias” (MARTIN, 2019, p. 88). Porém, a partir de 2004 voltaram a ocorrer as ocupações informais nessa região.

No Estudo de Concepção não indica a quantidade de moradias e famílias a serem removidas, somente que serão necessários a construção de dois assentamentos temporários para abrigar as famílias durante a execução das obras.

Figura 16: Áreas indicadas a remoção nas Vilas Bernadeth, Vila Delga, Vila Ceres.



Fonte: Estudo de Concepção (2019d).

Portanto, as remoções estão justificadas no discurso de recuperação da Área de Preservação Permanente, ou seja, um discurso de proteção e conservação ambiental, mas que na verdade apresenta a realização de uma complexa operação urbana de revitalização de uma área de interesse imobiliária com o objetivo da gentrificação e a valorização imobiliária dessas localidades da orla do Saco da Mangueira.

3.3 O Discurso Ambiental de Revitalização do Corpo Hídrico

O Projeto Orla apontou a necessidade da revitalização da enseada semifechada que caracteriza o Saco da Mangueira. Assim, o Estudo de Concepção parte deste objetivo principal “obter a revitalização do corpo hídrico”, e todas as ações propostas pelo estudo devem contemplar este objetivo e é em torno dele que se construiu o seu sentido. Com isso, se incluiu todas as outras ações e a necessidade de "regularização urbanística, fundiária, ambiental e de urbanização das ocupações urbanas informais de interesse específico, inseridas na malha urbana que compõe grande parte da orla marítima e estuarina do Saco da Mangueira. (RIO GRANDE, 2019a, p. 04). Dos sete produtos apresentados, excluindo o Plano de Trabalho e o Relatório

Final, quatro possuem temas ambientais - Relatório de Sistemas de Esgotos, Programa de Drenagem Sustentável, Levantamento e Estudo das Áreas de Risco e Contenção e Estudo Ambiental - que vão justificar por meio de um discurso técnico-científico a necessidade da revitalização. Estes documentos buscam identificar os problemas para posteriormente apresentar as soluções e orientar a execução/implantação por meio dos projetos básicos e executivos.

Observamos a construção de um discurso ambiental, por meio destes documentos técnicos, baseado na identificação das áreas de risco e ambientalmente sensíveis como justificativa a necessidade de remoção, como podemos observar em um dos objetivos específicos apresentado no Plano de Trabalho.

Elaborar e executar plano de mobilização participativa e levantamento de dados de imóveis e população para realocação das famílias que ocupam irregularmente áreas de risco e ambientalmente sensíveis, bem como daquelas que irão interferir com o projeto urbanístico e de infraestruturas, atendendo as necessidades de remoção identificadas nos estudos ambientais e socioeconômicos (RIOGRANDE, 2019a, p. 04);

No Relatório de Áreas de Risco e Contenção, a identificação das áreas de risco e ambientalmente sensíveis se deram devido a ocorrência das enchentes e inundações por alagamento em consequência da baixa declividade do terreno.

As áreas de risco foram identificadas e mapeadas em função das cotas determinadas no estudo de níveis de enchente para os tempos de recorrência de 10, 25, 50, 100 e 500 anos, divididas em seis trechos para permitir uma melhor visualização (RIO GRANDE, 2019g, p. 15 - grifo nosso).

A partir de mapas apresentados constatou-se que

A distribuição espacial dos acidentes de inundação está relacionada a problemas de micro e macrodrenagem urbana e à diferenciada hidrodinâmica lagunar dominante nas margens norte e sul do pontal. A margem norte é atingida, especialmente nos locais mais afastados do centro da cidade, onde há um cenário social mais vulnerável pela combinação de uma infraestrutura urbana deficiente e ocupação desordenada e mais densa. **Na margem sul, ao contrário, os acidentes são mais pontuais, ocorrendo em bairros de maior vulnerabilidade e em ruas perpendiculares ao Saco da Mangueira, onde a hidrodinâmica é limitada.** Já no interior da área urbana as inundações estão principalmente relacionadas à deficiência dos canais de micro e macrodrenagem e à dificuldade de escoamento das águas pluviais causando alagamentos (RIO GRANDE, 2019i, p. 147 - grifo nosso);

As inundações identificadas na orla do Saco da Mangueira não são exclusivas desta região e sim de todo a orla do sitio urbano, esse problema ocorre devido a alguns fatores: a) expansão urbana a partir de grandes aterros em áreas de banhados (marismas); b) relevo extremamente plano e com baixa capacidade de drenagem; c) lençol freático muito próximo da superfície e a permeabilidade do solo que dificultam o escoamento das águas pluviais. Outros fatores possibilitam a ocorrência de inundações no município mesmo quando não há precipitação na área urbana, por causa da ação dos ventos de sul que empilham as águas costeiras sobre o litoral pressionando-as para dentro do estuário, acrescido de precipitação em grandes volumes nas bacias hidrográficas contribuintes e à insuficiência de canais de micro e macrodrenagem e à dificuldade de escoamento das águas pluviais ocorrem os alagamentos (RIO GRANDE, 2019i). Sendo que “na margem sul, [...] os acidentes são mais pontuais” (RIO GRANDE, 2019i, p. 147), e o Estudo identifica ainda que

a situação de maior risco na área urbana de Rio Grande se localiza na extremidade leste do pontal, que se constitui de uma área de grande vulnerabilidade social assentada sobre os aterros construídos para a instalação do Porto Novo, no Bairro Getúlio Vargas (RIO GRANDE, 2019h, p. 42).

Segundo o próprio estudo, outra região é identificada como a “situação de maior risco” ambiental no município, requerendo a necessidade de solução, porém é a orla do Saco da Mangueira a indicada para sofrer a operação urbana. O Relatório ainda indica que

As soluções para contenção de cheias na orla do Saco da Mangueira são determinadas por duas ações distintas e complementares: implantação das obras de macrodrenagem e do sistema de proteção contra inundações e da execução dos programas educacionais junto a população beneficiada (RIO GRANDE, 2019g, p. 47).

A rede de macrodrenagem e o sistema de proteção contra inundações está baseada na previsão da construção de estruturas viárias (04 vias com um canteiro central, sendo 02 de um sentido e 02 no sentido contrário e arruamentos perpendiculares) que ao mesmo tempo em que “margeiam o Saco da Mangueira consolidarão um dique de proteção contra inundações ribeirinhas” (RIO GRANDE, 2019a, p. 127), ou seja, populações serão removidas, a lagoa sofrera aterramento para que se possa construir uma

avenida que servirá também como dique de proteção a inundações e como canal para realizar a drenagem (RIO GRANDE, 2019, p. 127). Essa justificativa não tem alicerce técnico e a garantia de que cessará as inundações na região.

Além disso, foram apresentados alguns princípios que norteariam as tomadas de decisões, e o sexto diz que “o projeto de requalificação da Orla do Saco da Mangueira não deve ser considerado como solução para o escoamento do tráfego urbano” (RIO GRANDE, 2019i, p. 28), porém, no Relatório de Áreas de Risco e Contenção e no Plano de Trabalho é indicado que o Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira,

além de favorecer a circulação viária na malha urbana e o acesso ao centro da cidade, tem-se condição de recuperar essa importante área da cidade, de grande interesse e validade cênica, paisagística, de contemplação, recreação e lazer” (RIO GRANDE, 2019g, p. 04).
 “desafogamento do trânsito da Av. Itália em função do deslocamento dos fluxos locais para a via tangencial da orla” (RIO GRANDE, 2019a, p, 69).

Recordando que o Plano de Trabalho era o documento que apresentava seus objetivos e benefícios, ou seja, era o documento que dava sentido ao projeto na mobilização para sua realização. Portanto, o discurso do risco ambiental levantado como justificativa a operação urbana em seu objetivo principal, nos leva a concluir pelas contradições apresentadas no estudo, que o risco ambiental é utilizado somente como recurso discursivo como justificativa para remover as moradias para a construção da via para desafogar o trânsito da Av. Itália. Lembrando que a via proposta conectará a ponte preta, no trevo da cidade, a ponte dos franceses, na entrada do DIRG, ou seja, também servirá de alternativa a BR-392.

O Relatório de Estudo Ambiental é o responsável por subsidiar o licenciamento ambiental dos projetos básicos e executivos, produzindo

o diagnóstico ambiental da área de influência, a identificação das alternativas, os aspectos metodológicos, prognóstico dos impactos ambientais, medidas mitigatórias e plano de acompanhamento e monitoramento” (RIO GRANDE, 2019h, p. 09).

Esse conteúdo/discurso produzido por consultores técnicos carrega a revitalização com um estigma ambiental como elemento de evidência, e quando memorizado e reproduzido, cria em uma parcela da população uma base de sustentação que replica “o pensamento hegemônico, passando a defender a preservação ambiental como prioridade” (FURLAN; FRÓES, 2020,

p. 583). Ao mesmo tempo, o estudo apresenta que identificou “diversas moradias neste local de caráter irregular e desordenado”, tipificando então esses locais como “precários e sem qualquer infraestrutura”, sendo assim necessário “realizar o reassentamento da população afetada pela revitalização da Orla do Saco da Mangueira, realocando as famílias e removendo as residências e estruturas precárias. (RIO GRANDE, 2019h, p. 12). Portanto, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, disposto no artigo 225 da constituição, será utilizado para deslegitimar o direito à moradia das famílias que vivem em ocupações irregulares na orla do Saco da Mangueira.

Observamos assim a construção de um discurso que associa “a degradação do meio ambiente ao processo de ocupação informal do solo e à pobreza urbana (...) como um recurso para a unificação do pensamento para deslegitimar o direito fundamental à moradia das ocupações informais em áreas ambientalmente frágeis (FURLAN; FRÓES, 2020, p. 580). A natureza é utilizada por meio da identificação da vulnerabilidade social e do risco ambiental, sendo a o argumento que justifica a revitalização da área e a remoção das moradias instaladas/construídas na área de preservação permanente. E temos a construção do Plano de Mobilização como um documento utilizado, para o levantamento dos dados socioeconômicos que irá se utilizado para afirmar a vulnerabilidade e convencer a população para a necessidade da revitalização. Assim associa-se a degradação da natureza do Saco da Mangueira ao processo de ocupação informal do solo e à pobreza urbana produzida na área.

O que corrobora para essa perspectiva está o fato de que no Estudo de Concepção buscou se enquadrar no Plano Ambiental Municipal de Rio Grande - PLAM⁴³ e no Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal - ZEEM⁴⁴ para

⁴³ O Plano Ambiental Municipal de Rio Grande - PLAM é um instrumento que estabelece as estruturas e condições para a governança ambiental do município. Se constitui como uma “plataforma estratégica” para a instrumentalização e para a articulação do sistema de gestão ambiental local, na medida em que comporta um conjunto sistematizado de instrumentos de planejamento e gestão, e, integra uma série de ações ambientais vinculadas às práticas e aos procedimentos técnico-administrativos da gestão pública do meio ambiente do município. Disponível em: <http://docplayer.com.br/19014014-Plano-ambiental-municipal-de-rio-grande.html>

⁴⁴ O zoneamento ecológico é dos instrumentos de apoio à tomada de decisão no licenciamento ambiental municipal e corresponde a uma ferramenta que tem a função de orientar, restringir, controlar ou padronizar processos produtivos e atividades humanas. É um elemento central de toda estrutura funcional do Plano Ambiental, visto que a função que deve ser cumprida por este

propor as alternativas de intervenção, e a partir destes documentos foram indicados conflitos de uso ao longo da área a ser revitalizada. São eles:

1. Conflitos de uso do solo: Trata-se de uma APP (Área de Preservação Permanente) ocupada na maior parte de sua extensão de maneira formal ou informal;
2. Ocupações irregulares: Muitas das áreas ocupadas estão em situação de vulnerabilidade, conforme aponta os relatórios de infraestrutura e levantamento socioambiental;
3. Problemas ambientais: **As ocupações, tanto formais quanto informais, estão localizadas às margens do Saco da Mangueira, inviabilizando a função primordial da APP, de proteger as margens da enseada.** Além disso, problemas de saneamento são recorrentes ao longo da Orla;
4. Falta de acesso à margem: Em função da ocupação da maior parte das margens, o acesso à Orla está atualmente restrito a pequenos trechos de desembocadura de vias locais;
5. Comunidades tradicionais pesqueiras em más condições, tanto no exercício de seu ofício quanto em termos de habitabilidade e urbanização (Vila Bernadeth). (RIO GRANDE, 2019h, p. 16, grifo nosso)

Nesses conflitos identificados podemos visualizar que as ocupações formais – condomínios horizontais, também causam problemas ambientais ao Saco da Mangueira, seja por inviabilizar a função primordial da APP, de proteger as margens da enseada, seja pelos problemas de falta de saneamento, portanto identificamos com esses elementos apresentados que não são somente as ocupações informais as responsáveis pela degradação ambiental da área, e reafirmamos o estigma que sofrem essas comunidades.

Outro ponto que despertou nossa atenção no Estudo Ambiental e que acreditamos ser importante, pois desvela o preconceito e a estigmatização das ocupações informais como responsável exclusiva pela degradação ambiental, o que não são, conforme demonstraremos adiante, está na projeção efetuada pela consultoria. Em um cenário futuro

as pessoas serão realocadas e os espaços disponíveis à ocupação (regularizada) são os mesmos que se encontravam disponíveis anterior às obras, o que cessará então, são as ocupações irregulares, que atualmente, ocorre desordenadamente. Nesse cenário futuro a população e o meio ambiente seriam extremamente beneficiados com as ações previstas na revitalização, principalmente pela expansão dos sistemas de saneamento básico, ocorrendo ao longo do tempo uma diminuição do efluente de esgotos domiciliares e a minimização considerável dos níveis de poluição hídrica e problemas vinculados a saúde da população (RIO GRANDE, 2019h, p. 117).

É importante destacarmos, que anteriormente, o documento já havia indicado que a degradação ambiental, também decorria de outras localidades, além da identificação da poluição decorrente da ineficiência/carência da rede coletora em alguns pontos da orla do Saco da Mangueira que registrou que os

lançamentos não são realizados somente pelos residentes das margens da Orla, mas por parte da população situada ao longo nas áreas adjacentes que lançam seus esgotos sanitários por meio de ligações a redes existentes que desaguam junto ao Saco da Mangueira“ (RIO GRANDE, 2019h, p. 65).

Em alguns locais de análise foi constatada a presença de cobre, níquel, chumbo e cianeto, o que identifica a possibilidade de destinação de efluentes industriais junto as redes públicas de drenagem. Ou seja, resolver a degradação ambiental ocorrida no Saco da Mangueira é mais complexa que somente propor a revitalização da área, é necessário resolver outros conflitos urbanos e ambientais que colaboram para a poluição do corpo hídrico.

Essas informações foram levantadas na Etapa 2 – Levantamento socioeconômico pela consultoria contratada a fim de complementar as informações obtidas no cadastro da CORSAN e na SMMA, assim, ela realizou

um levantamento nos pontos de lançamento de esgoto sanitário *in natura* na Orla do Saco da Mangueira. (...) dentre os 37 pontos levantados para amostragem de lançamentos direto no corpo hídrico, 14 foram selecionados para serem realizadas análises, destacando que todos esses pontos desaguam no Saco da Mangueira (RIO GRANDE, 2019b, p. 42).

Esse levantamento indica a possibilidade de destinação de efluentes industriais junto as redes públicas de drenagem, mas não identifica as fontes de poluição. Porém, outros dois estudos se aprofundam nessa questão e buscam identificar a poluição química presente nas águas do Saco da Mangueira. Marreto (2015) em seu trabalho, intitulado *Qualidade química das águas de margem e do Canal do Rio Grande, no sul do estuário da Lagoa dos Patos (RS)*, vai afirmar que

As águas do Saco da Mangueira e do Porto Velho recebem destaque quanto à intensidade do lançamento de efluentes. Particularmente nessa enseada ocorrem lançamentos de esgotos domésticos e de várias indústrias, se destacando as indústrias de processamento de pescado e fabricação de fertilizantes (MARRETO, 2015, p. 49)

Vai destacar as indústrias de processamento de pescado e de fabricação de fertilizantes como responsáveis pelo lançamento de efluentes industriais no Saco da Mangueira. Aguiar (2015) em seu trabalho, intitulado *Identificação e caracterização dos locais de lançamento de efluentes líquidos na enseada estuarina do Saco da Mangueira*, vai mais além, ela identifica o tipo de poluição encontrada, e os locais de origem desta poluição e a partir de sua análise, revela que uma preocupante realidade sofrida pelas margens da enseada do Saco da Mangueira

atualmente existem 64 locais de lançamento de efluentes nestas águas. Avaliando o crescimento do número de lançamentos de efluentes nessa enseada, houve acréscimo de 290% desde o levantamento feito em 1993 por Almeida et al. Nos últimos dois anos, esse crescimento foi de 130% (AGUIAR, 2015, p. 54).

Ou seja, nos últimos 25 anos houve um crescimento do lançamento de efluentes, porém, desde o ano de 2013, se intensificou a poluição na enseada, que podemos conecta-la “em função do desenvolvimento do polo naval na área portuária (AGUIAR, 2015, p. 54). A pesquisadora, ainda, vai nos dar dados interessantíssimos sobre a poluição. Dos 64 locais de lançamentos registrados, “em 49 estão sendo lançados efluentes contaminados. Entre esses, o lançamento de 22 efluentes resultou em contaminação da água estuarina, pelo menos até a distância de cerca de 3 metros” (AGUIAR, 2015, p. 54). Sendo que desses 22 locais, ela analisou os 17 que contaminaram gravemente a água e chega a seguinte afirmação

Os resultados dessas análises identificaram a área do Saco da Mangueira que margeia o Distrito Industrial como a mais problemática, dentre as 4 áreas analisadas nessa enseada, seguida pelas áreas que margeiam a cidade e por fim a área não impactada, que fica no fundo da enseada, longe da ocupação urbana industrial. [... Na área SM 4⁴⁵, predomina a contaminação química oriunda das indústrias de grande portes e de alto poder financeiro (AGUIAR, 2015, p. 54- grifo nosso).

Portanto, ela comprova que a contaminação do saco da Mangueira ocorre pelo lançamento dos efluentes industriais na margem oposta, onde está presente o DIRG, e não na margem que é proposta a revitalização. E por fim, ela conclui a ilegalidade nos lançamentos dos efluentes destas indústrias

⁴⁵ Aguiar dividiu a área da enseada em 4 subdivisões e nomeou a região do DIRG de SM 4.

presentes no DIRG e dá nome aos empreendedores cobrando os órgãos ambientais pelo fato comprovado em sua pesquisa, que as indústrias

lançam efluentes muito contaminados no Saco da Mangueira e muitas delas lançam em dois locais nos fundos do terreno de sua área industrial. Os efluentes dessas indústrias são largados em valetas cavadas no terreno, as quais são registradas como destinadas a escoamento pluvial da planta industrial. Destaca-se grosseiramente a forte contaminação de amônio e de amônia no efluente da indústria Granel Química, as altas concentrações de fósforo lançadas pelos efluentes das indústrias de fertilizantes, Piratini, Timac Agro e Yara Brasil, assim como os compostos ácidos presentes nas indústrias Timac Agro, Yara e Granel Química. Todos estes resultados máximos se apresentam em desconformidade com a legislação ambiental e, portanto, são necessárias ações pelos órgãos ambientais para tentar resolver essa situação (AGUIAR, 2015, p. 54-grifo nosso).

Portanto, essas pesquisadoras evidenciam a contaminação do Saco da Mangueira, mas diferente do Projeto Orla, elas indicam a outra margem como responsável pela contaminação do corpo hídrico, logo para se obter a revitalização do corpo hídrico como o proposto pelo Projeto de revitalização da orla do saco da Mangueira há que se colocar a atenção para os impactos ambientais causados pelo DIRG instalado na outra margem do Saco da Mangueira. Deste modo o discurso ambiental utilizado de forma a garantir a realização e remover as ocupações informais, é um discurso criado de forma que nos leva ao entendimento da revitalização da orla do Saco da Mangueira como promotor da desigualdade/injustiça ambiental, já o problema ambiental do Saco da Mangueira está apenas relacionado a renda, e situação de vulnerabilidade socioambiental em torno do risco de inundações. Assim, trata-se de lidar com a zona de sacrifício (descrita anteriormente) e não de sacrificar essa população.

E, por fim, para evidenciar a contradição do discurso ambiental utilizado no Projeto de Revitalização destacamos dois princípios norteadores construídos para embasar o estudo de Concepção

O Saco da Mangueira e suas margens encontra-se com a sua qualidade ambiental indesejável e é necessário recuperar e manter essa qualidade em níveis socialmente aceitáveis para o benefício das gerações atuais e também futuras;
Qualquer projeto de intervenção pública nas margens deve considerar a fragilidade ambiental desse recurso e a necessidade de manter a qualidade de suas águas e margens (RIO GRANDE, 2019g, p. 27);

Ou seja, ou os princípios foram desrespeitados na execução do Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira ou ele somente foi desenhado como recurso discursivo de forma a mobilizar a opinião pública. Entendemos que se trata de uma operação urbana pensada com objetivo de garantir interesses econômicos, pois na região proposta está a implantação do projeto Nova Rheingantz que vai revitalizar o prédio da antiga Fábrica Rheingantz, com supermercado, museu e condomínios. E isso nos leva ao entendimento de que a revitalização da orla tem o interesse de valorizar essa área de forma a atender aos desejos da especulação imobiliária por meio do processo de gentrificação, expulsando os pobres dessa região e criando novas áreas para atender ao mercado imobiliário.

3.4 Problematização da Educação Ambiental no e do Projeto de Revitalização.

A mobilização social e a comunicação são um dos aspectos centrais do desenvolvimento do projeto de concepção, perceptível em seu objetivo:

a promoção da participação da comunidade, **resultando em um processo de conscientização e de mobilização popular, principalmente com relação às áreas de preservação e risco ambiental** que deverão ser desocupadas, recuperadas e preservadas ambientalmente (RIO GRANDE, 2019a, p. 21 – grifo nosso)

Portanto, o Plano de Comunicação e Mobilização Social expressa uma concepção de educar a população como seu objetivo de ação que resulte “processo de conscientização e de mobilização popular, principalmente com relação às áreas de preservação e risco ambiental”, e como tal, se relacionaria ao exposto no art. 1º do Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA como uma ação de Educação Ambiental, pois segundo esse artigo

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

De um ponto de vista alternativo, e crítico, diríamos a partir de Sauv e (2005) que localizamos essa a o em uma concep o tradicional da EA e

categorizamos em uma corrente conservacionista, por estar centrada na “conservação dos recursos, tanto no que concerne à sua qualidade como à sua quantidade” (SAUVÉ, 2005, p. 19). A expressão “conscientizar” ambientalmente as populações da área sobre sua “relação às áreas de preservação e risco ambiental que deverão ser desocupadas, recuperadas e preservadas ambientalmente” (RIO GRANDE, 2019a, p. 21) é uma indicação de tal concepção. Já segundo Reigota (1994) podemos localizar essa prática de EA em uma concepção conservadora, pois busca somente a ação ‘conscientizadora’ de transmissão e o acúmulo de informações ambientais, ou mesmo, até de saberes científicos, porém descontextualizados e reducionistas tratando os fenômenos ambientais sem levar em consideração suas causas e consequências. Já segundo Layrargues e Lima (2014) podemos enquadrar essa ação nas macrotendências conservacionista e na pragmática. Na conservacionista pois não questiona o modelo de urbanização, pelo contrário ela reproduz um modelo baseado na gentrificação e na pragmática pois é a manifestação de um ambientalismo de resultados, propondo apenas mudanças superficiais, tecnológicas e/ou comportamentais.

Reigota (1994) e Loureiro (2004) tratam essa prática de EA como uma ‘educação bancária’, pois trata seu público, ou seja, os educandos de forma passiva, como meros ouvintes no ato pedagógico. Loureiro (2004) vai adiante a descrever essa prática

pois serve para ajustar condutas e adaptar aqueles que estão “fora da norma” a aceitarem a sociedade tal como ela é, procurando fazer com que os social e economicamente excluídos vivam melhor sem problematizar a realidade, ou seja, uma educação que procura transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime – o famoso mudar para manter do jeito que está (LOUREIRO, 2004, p.26).

No que tange ao “processo de conscientização” descrito no objetivo do plano, para Reigota (1994) ninguém ‘conscientiza’ uma outra pessoa somente pela transmissão de conhecimento” (REIGOTA, 1994, p. 54). Portanto, entendemos que de fato, essa ação/prática descrita no Plano de Comunicação e Mobilização Social acaba por impor e impregnar de sentidos e de discursos que definem/expressam, ou mesmo ressignificam as relações com a natureza e

o meio ambiente, com simbolismos e materialidades que expressam uma perspectiva de preservação e risco ambiental.

Observamos no Plano de Comunicação e Mobilização Social, um ponto interessante e que devemos destacar, pois apresentamos essa perspectiva teórica, que essa ação poderia se enquadrar com uma estratégia para a redução de riscos socioambientais ao estimular a participação social das populações que vivem em áreas de risco. Porém, o que observamos no relatório do Plano de Comunicação e Mobilização Social é que não houve um processo, e sim uma ação de levantamento de informação, por meio de entrevista com questionário, somada a presença em uma audiência pública. Houveram cinco audiências públicas com uma participação acumulada de 438 pessoas, sendo que das comunidades atingidas pela revitalização estiveram presentes 144 pessoas: Vila Bernadeth (47 pessoas), Lar Gaúcho (27) e Navegantes (25), ou seja, cerca de 32, 87% do público atingido.

Isso evidencia pouco estímulo a participação social e tomada de decisão de fato, pois das cinco audiências públicas, a primeira foi de apresentação do plano de trabalho, a segunda e terceira foi realizado uma coleta de “manifestação das vontades de usos na Orla”, e a quarta e quinta foi de apresentação de resultados de alguns estudos concluídos ou parciais. O detalhe está em que as três primeiras foram “realizadas em locais no trecho da Orla do Saco da Mangueira [e] registrou-se uma média de 97,7 participantes contra 72,5 nas duas audiências realizadas na Câmara Municipal do Rio Grande (centro da cidade) (RIO GRANDE, 2019b, p. 66).

Portanto, nas audiências de apresentação dos resultados, realizadas no centro, a presença foi menor em comparação com as audiências realizadas no entorno do Saco da Mangueira, mas sem uma alteração significativa. O que piora, quando comparamos os 144 moradores presentes nas audiências com a população total que vive no entorno do Saco da Mangueira: segundo Conceição (2015), 26.000 pessoas, e segundo o Estudo de Concepção 14.414 pessoas. Isso somente evidencia que o mais importante era coletar as informações que a consultoria precisava, do que mobilizar os moradores a participarem da consulta via audiência pública.

Na justificativa para realização do plano esse discurso ambiental se relaciona com a noção de participação social como direito previsto na Constituição, e no Estatuto das Cidades, como forma de legitimar a operação urbana. Assim, o plano de mobilização se coloca como um instrumento de mobilização social

na perspectiva das políticas públicas, mobilização social pode ser caracterizada como um processo que ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos envolvidos (TORO A; Werneck, 2007). Segundo Antonio Lino (2008), fundador da ONG Aracati, mobilização social é um processo educativo que promove a participação (empoderamento) de muitas e diferentes pessoas (irradiação) em torno de um propósito comum (convergência). (RIO GRANDE, 2019a, p. 21).

Entretanto essa estratégia está evidenciada que se trata, somente, de um recurso discursivo e uma forma de acessar as comunidades, bem como de legitimar e garantir a obra antecipando os conflitos buscando convencer a população atingida pela operação urbana indicada pelos técnicos (alternativa 3). Entendemos a necessidade de recordar que COMGEPRO foi extinto, e que somente o CAF tinha poder de decisão sobre os processos de decisão do Estudo de Concepção, e que as pessoas mobilizadas na etapa 2 não possuíram tal poder de decisão sobre o projeto, elas somente foram consultadas.

Essa estratégia de antecipação dos conflitos e problemas se deu no processo de entrevista e de levantamento de informação, com as visitas as moradias e o questionário. Quando a manifestação ocorre, ela já foi identificada e já se elabora uma estratégia. Por exemplo, na quinta e última audiência pública, que foi realizada na Câmara de Vereadores, ocorreram manifestações por parte de moradores do entorno do Saco da Mangueira, e que sofrerão o impacto direto da operação urbana, demonstraram a preocupação com as remoções indicadas na revitalização, e destacadas no relatório, “preocupação com o que vai ocorrer com os moradores residentes na Orla (Sra. Maria); Preocupação com o que vai ocorrer com as casas situadas na Orla (Sr. Daniel) (Rio Grande, 2019a, p. 70).

Portanto para essas pessoas o projeto de revitalização da orla do saco da Mangueira, pintado como solução para a degradação ambiental da lagoa, na verdade representa uma preocupação para elas e o seu futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao alcançarmos esta seção final e olharmos para o percurso trilhado neste estudo, a partir da constituição da questão de pesquisa e do estabelecimento do objetivo central, podemos, e devemos apresentar algumas considerações, apontamentos e sínteses que venham a colaborar com PPGEA.

O nosso desafio foi analisar a constituição do projeto de revitalização da orla do Saco da Mangueira, no período de 2010 a 2020, através dos discursos expressos no Estudo de Concepção que prevê a recuperação do corpo hídrico, mas que para isso, necessita de regularização fundiária, remoções e realocações, obras e aterros. Assim, colocamos como objetivo identificar os discursos ambientais que foram utilizados na justificativa do Estudo de Concepção para indicar as áreas passíveis de remoção de moradia e realocação das famílias na Orla do Saco da Mangueira, no município de Rio Grande/RS.

Entendemos que no Estudo de Concepção se apresenta, de um lado, uma “natureza” a ser cuidada e preservada e, de outro lado, uma regularização fundiária que indica a remoção dos ocupantes de uma área de interesse social e ambiental. Ou seja, ao final, o discurso ambiental é utilizado para justificar as remoções, evidenciando, assim um discurso que de fato amplia as desigualdades e injustiças, tendo a conservação e a preservação do meio ambiente como uma de suas justificativas.

Ao identificarmos o discurso, identificamos os sentidos da revitalização que produziram as materialidades impostas pelo estudo aos moradores da Orla do Saco da Mangueira. Essa materialidade é a idealização de um lugar sem conflitos e problemas, no entanto, para uma parte dos moradores é a ameaça da remoção e seu deslocamento na cidade.

Dessa forma, efetuamos a realização de um estudo histórico-geográfico da produção do espaço urbano de Rio Grande desde sua gênese até os dias atuais, que nos revelaram a relação da cidade com sua natureza e o conhecimento de conflitos urbanos e ambientais. Assim, consideramos que a produção do espaço urbano de Rio Grande só ocorreu a partir da

transformação de sua natureza dentro do modo de produção capitalista, proporcionando a acumulação de capital financeiro e capital político, ao mesmo tempo que produzia desigualdades e injustiças, expressas na constituição da cidade como uma 'zona de sacrifício', ou mesmo demonstrada nessa dissertação pelo déficit habitacional e nas remoções de moradias em prol do 'progresso' ocorridas historicamente (acumulação por despossessão).

A princípio, essa natureza aparece como hostil nos discursos e precisa ser dominada, posteriormente, ela aparece como bela e cênica, e precisa ser recuperada e preservada, ou seja, a natureza vai sendo utilizada de acordo com o interesse da classe que comanda a cidade e financia a sua produção.

Podemos demonstrar essa condição com a situação do aterramento dos marismas e banhados, inicialmente eles foram utilizados para ampliação da área a ser ocupada, possibilitando a instalação de estruturas (porto, indústria e refinaria) que permitiam o fluxo de capital, atendendo a necessidade dos negócios da elite, depois vimos a estigmatização dos aterros promovidos pelas classes de baixa renda para a produção de suas moradias, e por último, a indicação da utilização do aterramento no projeto de revitalização para recuperação da Área de Preservação Permanente.

É nessa última condição que o Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira trata a natureza, como um recurso a ser recuperado, de forma a garantir a idealização de uma utopia do Saco da Mangueira como um lugar preservado e incluído na urbanidade, pronto a ser vendido e consumido como mercadoria estético-paisagística, mesmo que para isso seja necessário remover e deslocar pessoas de suas comunidades.

A elaboração do Estudo de Concepção funciona como o conteúdo discursivo de convencimento da população residente no local e da opinião pública para a necessidade de tal operação urbana, discurso que representa e materializa os sentidos estabelecidos pela/para a revitalização e interpretados e reproduzido por aqueles que vivem o território, a partir de suas diversas realidades.

É o Estudo de Concepção o discurso que pronuncia a natureza a ser recuperada e conservada, por meio da necessidade de revitalização do corpo hídrico. A natureza é utilizada por meio da identificação da vulnerabilidade social e do risco ambiental, sendo o argumento que justifica a revitalização da área e a remoção das moradias instaladas/construídas na área de preservação permanente

Ao aprofundarmos o nosso olhar no Estudo de Concepção, e nos sentidos que produz, somente revela de fato o que a revitalização da orla do Saco da Mangueira é um processo de gentrificação como elemento de reestruturação urbana necessária ao processo de acumulação, implicando em despossessão e deslocamentos. Neste sentido, enquadramos o Estudo de Concepção, também, como uma forma de modernização ecológica da cidade, garantindo uma urbanização ecológica a Rio Grande, mas sem resolver de fato os problemas e conflitos urbanos e ambientais do município.

Fatores que consideramos para este entendimento:

a) o aterramento da lagoa para recuperação da APP e para construção da via de tráfego urbano justificada como barreira de contenção para as inundações, mas não para a construção de moradias para resolução do déficit habitacional, além do aterramento contrariar o discurso de preservação, a indicação de construção de vias de tráfego urbano, desrespeita os princípios estabelecidos para a produção do Estudo de Concepção;

b) a exclusão do COMGEPRO nas tomadas de decisões, excluindo assim a participação da população impactada pela operação urbana, cabendo somente ao CAF, ou seja, aos técnicos da Prefeitura essa responsabilidade, e aos moradores somente uma consulta;

c) a não publicização do Estudo de Concepção;

d) indicação da alternativa com o maior custo financeiro e social, com o maior número de projetos de intervenções de infraestrutura possíveis, com as decisões tomadas exclusivamente pela Prefeitura, e que evidenciaram contradições e a tentativa de conciliação de interesses antagônicos como os conflitos de interesse expressos por Conceição (2015);

e) o Plano de Mobilização Participativa como estratégia de antecipação do conflito, com o intuito de produzir os consensos e o convencimento da opinião pública para legitimação da revitalização, além de mobilizar poucas pessoas para participarem das audiências, que produziu a baixa participação no processo;

f) a utilização de um discurso que associa a degradação do meio ambiente ao processo de ocupação informal como um recurso para a unificação do pensamento para deslegitimar o direito fundamental à moradia;

g) a identificação e destinação de efluentes contaminados das indústrias de processamento de pescado e de fabricação de fertilizantes junto as redes públicas de drenagem. Aguiar (2015) e Marreto (2015) comprovam que a contaminação do Saco da Mangueira, ocorre por esses lançamento dos efluentes industriais na margem oposta, onde está presente o DIRG, e não na margem que é proposta a operação urbana, logo para se obter a revitalização do corpo hídrico como o proposto pelo estudo de concepção há que se colocar a atenção para os impactos ambientais causados pelo DIRG instalado na outra margem;

h) a Educação Ambiental identificada no projeto de revitalização, e enquadrada em uma concepção tradicional da EA, da corrente conservacionista, por estar centrada na “conservação dos recursos”, e que não articula as questões sociais e urbanas envolvidas no projeto, demonstra a necessidade de uma “outra educação ambiental”, não dos consultores, não das empresas, mas desde baixo, desde os atingidos. Uma EA que tenha a justiça ambiental como componente fundamental para o seu desenvolvimento. Para isso, precisará se autodeclarar em sua prática como anticapitalista, a fim de não sucumbir às relações sociais de exploração.

Portanto, concluímos que os discursos revelados e mapeados nesta dissertação, nos deram os elementos necessários ao entendimento da intencionalidade e, também, dos objetivos não explicitados na obra de revitalização, possibilitando desvelar os “reais” motivos que viabilizam e justificam as remoções de moradias.

Desta forma, enxergamos a utilização do discurso ambiental de revitalização da lagoa como legitimador ou acessório na fundamentação das remoções indicadas no cenário concebido pelo projeto de revitalização da orla do saco da Mangueira, na cidade de Rio Grande, para, ao fim, garantir o escoamento de veículos e principalmente beneficiar a especulação imobiliária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 79-90, 1999.

_____. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 43 – 70, 2009.

_____. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469/12204> Acesso em: 23/03/2020.

_____. **Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil**. Sociologias. Porto Alegre, ano 16, nº 35, p. 84-105, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/45985/28689> Acesso em 12/06/2021.

_____. Vulnerabilidade social, conflito ambiental e regulação urbana. **O Social em Questão**, v. XVIII, p. 57-68, 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_1_Acserald.pdf Acesso em: 27/05/2021.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: Acselrad H, Herculano S, Pádua J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará; 2004, p. 14.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C.A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental** – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUIAR, Vivian Freitas. Identificação e caracterização dos locais de lançamento de efluentes líquidos na enseada estuarina Saco da Mangueira (Rio Grande - RS) **Monografia** (Graduação em Oceanologia) – Universidade Federal do Rio Grande. 2015. p. 59. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/conteudo_digital/000007044.pdf Acesso em: 11/08/2021.

ALIER, Joan Martinez. **Ecologismo do Pobres: conflitos ambientais**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALVES, F. N.; TORRES, L. H. **Cidade do Rio Grande: História & historiografia**. Rio Grande: FURG, 1997.

AMARAL, Thiago Farias. Origem, e evolução da atividade industrial no município do Rio Grande no contexto econômico do Estado do Rio Grande do

Sul: do final do século XIX aos meados da década de 1960. **DISSERTAÇÃO** (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. 2011

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: A cultura das novas gestões urbanas. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos** / Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. 8ª ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2013

ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 31, pp. 133 - 142, 2012.

BRASIL. **Lei no. 9.795/99**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

_____. **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78p. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spu/publicacoes/081021_pub_projorla_fundamentos.pdf Acesso em: 25/08/2021.

_____. **Decreto-lei nº 5.300**, de 07 de dezembro de 2004. Regulamenta a lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm Acesso em 27/08/2021.

BURGUEÑO, L. E. Estimativa da Contaminação dos Sedimentos Dragados no Porto de Rio Grande para Disposição em Solo. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Oceânica. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2009.

CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. PESQUISA QUALITATIVA: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, p. 4, 2006.

CARTIER, R.; BARCELLOS, C.; HÜBNER, C.; PORTO, M. F. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 2695-2704, 2009.

CARVALHO, I. C. Educação e movimentos sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. In: I Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental: Tendências e Perspectivas, 2002, Rio Claro. **Revista Educação Teoria e Prática**. Rio Claro: EDUNESP, 2001. v. 9. p. 46-56.

CHAGAS, P. B.; CARVALHO, C. A. Os reflexos das contradições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na questão habitacional na cidade de Rio Grande. In: Carlos RS Machado; Caio Floriano dos Santos; Marcela de Avellar Mascarello. (Org.). **Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 1, p. 55-70.

CIPRIANO, D. C.; MACHADO, C. R. A cidade do Rio Grande e sua natureza na visão de um cronista do século XIX. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 31, p. 231-251, 2014.

CIPRIANO, D. M. O Bairro Getúlio Vargas e a Grande Faxina dos Anos 70: consequências socioambientais e Educação Ambiental na remoção de moradias durante a expansão portuária (Rio Grande/RS). **Dissertação** (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande. 2012

_____. O Bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 1970 (Rio Grande/RS): remoção de moradias, destruição de histórias das pessoas e a produção da desigualdade ambiental. In: Carlos RS Machado; Caio Floriano dos Santos; Marcela de Avellar Mascarello. (Org.). **Conflitos Ambientais e Urbanos - Casos do Extremo Sul Do Brasil**. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, v. 1, p. 25-40. 2015

COLETIVO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? In: **E-cadernos CES** (Online), v. 17, p. 164-183, 2013.

CONCEIÇÃO, R. A. O Projeto Orla enquanto instrumento de política pública para a Zona Costeira: Um estudo de caso na cidade do Rio Grande. **Dissertação** (Mestrado). Programa Pós-Graduação Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2015

COSTA, N. B. Mercúrio em Materiais de Aterros e Sedimentos na Parte Urbanizada da Beira do Saco da Mangueira (Rio Grande, RS). **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Oceanografia Física, Química e Geológica). Rio Grande: FURG – Universidade Federal do Rio Grande, 2007

D'AVILA, A. P.; BRIDI, M. A. Trabalho e Desenvolvimento no Brasil: O Caso do Polo Naval e Offshore de Rio Grande, do Ápice à Derrocada. In: 42º Encontro Nacional da ANPOCS, 2018, Caxambu. **Anais do 42º Encontro Nacional da ANPOCS**. São Paulo: Anpocs, 2018. v. 1. p. 1-30.

FERREIRA, W. L. A Poluição Industrial no "Mar de Dentro" na perspectiva da Educação Ambiental crítica e transformadora. **Tese** (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS 2014

FERREIRA, G. M. Cem anos do Porto do Rio Grande? Memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma "Barra Diabólica". **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2016.

FONSECA, F. S. R.; OLIVEIRA, L. G. Concepções de meio ambiente dos educadores ambientais do Zoológico de Goiânia: implicações nas atividades e contribuições para a formação do sujeito ecológico? **Educar em Revista** (Impresso), v. 41, p. 231-246, 2011.

FURLAN, D. L. S.; FRÓES, A. C. S. Ocupações de áreas ambientalmente frágeis em Almirante Tamandaré/PR: o direito à moradia em face da preservação do meio ambiente. **Cadernos Metr pole** (PUCSP), v. 22, p. 579-600, 2020.

FURTADO, C. R. Intervens o do Estado e (re)estrutura o urbana. Um estudo sobre gentrificac o. **Cadernos Metr pole** (PUCSP), v. 16, p. 341, 2014

GERHARDT, C.; LOPO, R. M.; SANTOS, C. F. Polo Naval do Rio Grande: Ideologia neodesenvolvimentista, “alternativas infernais” e “autoritarismo tolerantes”. In: ZHOURI, Andréa; VALÊNCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolu o negociada de conflitos ambientais e garantia dos direitos humanos e difusos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014p. 345 – 385.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 2010. 183 p.

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: Acselrad H, Herculano S, Pádua JA, organizadores. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumarc ; 2004. p. 69-80.

GORSDORF, L. F. (Relator). Plataforma DHESCA Brasil - Relatoria do Direito Humano   Cidade. **Relatório da Missão sobre Megaprojetos de Desenvolvimento na cidade do Rio Grande – RS**. Rio Grande/RS, 2012.

GUIMARÃES, M. Educa o Ambiental crítica. In: LAYRARGUES, Phillippe Pomier (Coord.). **Identidades da Educa o Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004. p. 25 – 34

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradu o de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo, SP: Boitempo, 2020. 416 p.

LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. As Macrotend ncias Político- Pedagógicas da Educa o Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 23-40 n jan.-mar. 2014

LEFEVBRE, H. **O direito   cidade**. 5^a ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, C. C. Produ o do espaço urbano na cidade do Rio Grande/RS: as a o dos agentes sociais no processo de constru o dos residenciais do Programa. **Disserta o** (Mestrado). Programa de Pós-gradua o em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. 2012.

LOUREIRO, C. F. **Traj t rias e Fundamentos da Educa o Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F. Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 159-176, dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5536>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MACHADO, S. Z. Programa Morar Melhor no Município do Rio Grande: remoção de moradores da Vila Dom Bosquinho ao Bairro Cidade de Águeda (2004). In: **XI Encontro Estadual de História - História, memória e patrimônio**, Rio Grande. 2012.

MACHADO, S. Z. Da Vila Dom Bosquinho ao Bairro Cidade de Águeda: um processo de remoção. Relatos de moradores do Município do Rio Grande/RS (2004-2012). **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil. 2013

MACHADO, C. R.; SANTOS, C. F.; FREITAS, C.; PUCCINELLI, V.; SALLES, L.; FERNANDEZ, A. **Conflitos Socioambientais e Educação Ambiental: Reflexões sobre uma educação para a justiça ambiental**. Trabalho apresentado GT19, XXXI Congresso de ALAS, Uruguay, 2017. Disponível em: https://www.easypanners.net/alas2017/opc/tl/7221_machado_carlos_rs.pdf Acesso em 15/04/2020.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 112 p.

MARINO, A.; ROLNIK, R.; LINS, R. D. Experiências de mapeamento das remoções e ameaças de remoção na região metropolitana de São Paulo. In: Lins, Regina Dulce; Rolnik, Raquel (org.) **Observatório de Remoções 2017-2018**: relatório bianual. São Paulo: FAU USP, 2018.

MARRETO, R. N. Qualidade química das águas de margem e do Canal do Rio Grande, no sul estuário da Lagoa dos Patos (RS). **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Oceanografia Física, Química e Geológica, Universidade Federal do Rio Grande. 2015

MARTIN, Maristel Coelho San. Análise da dinâmica de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais do município do Rio Grande/RS no período entre 2005-2018. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. 2019.

MARTINS, Solismar Fraga. Mocambos e malocas num Rio Grande do Sul ainda rural: um estudo sobre a ocupação do bairro Santa Tereza. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 23, p. 81-95, 1998

MARTINS Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: Industrialização e Urbanidade (1873-1990). 2. ed. Rio Grande: Editora e Gráfica da FURG, 2006. v. 1. 238p.

MARTINS, César Augusto Ávila. Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (30) Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>

MINAYO, M. C. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta.. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

MORAES, L. M. (Relatora). Plataforma DHESCA Brasil - Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana. **Relatório Missão de Investigação do Direito à Moradia** - Rio Grande/RS, 2007.

MURADÁS, J. A Geopolítica e a Formação Territorial do Sul do Brasil. **Tese** (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. 2008.

NOGUEZ, Everton Luis Bicca. Gênese e Transformações do Bairro Cidade Nova no Município do Rio Grande/RS. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. 2015

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas: Pontes Editores. 2013.

PEDROSO, T. D. Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande – 1950. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas. 2012.

PEREIRA, V. P. Conflitos Ambientais Urbanos no Estado de Minas Gerais – Mesorregiões Campo das Vertentes e Zona da Mata. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 58-68, 2013.

PIRES, M. C.; REIS, Í. S.; TORRES, L. H.; MAIER, E. L. Cartografia Histórica da Cidade do Rio Grande/RS: Expansão Urbana entre 1737 e 2017. **Revista Brasileira de Geografia Física** v.13, n.03, 2020.

PIRES, M. C.; MAIER, E. L.; REIS, Í. S. Análise das Mudanças Ambientais da Cidade do Rio Grande - RS (1737-2017) usando dados da cartografia histórica. In: Ana Cristina Roque; Davis Pereira de Paula; João Alverinho Dias; Luís Cancela da Fonseca; Maria Antonieta C. Rodrigues; Miguel da Guia Albuquerque; Sílvia Dias Pereira. (Org.). **Saindo da zona de conforto: a interdisciplinaridade das zonas costeiras**. 8ed. Rio de Janeiro: FGEL-UERJ, 2019, v., p. 50-62.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record. 2011.

RAMOS, B. R.; MARTINS, S. F. Polo naval e produção habitacional em Rio Grande, RS – Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 35, n. 3, p. 56-73, 2017.

REIGOTA, M. S. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. 64p.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento**. Novos Estudos, Edição 80 - Volume 27 – Nº. 1, p. 109 -125, 2008.

RITTER, E. A questão da efetividade do direito fundamental à moradia em áreas urbanas de proteção ambiental: desafios e enfrentamentos possíveis a partir de um estudo de caso a respeito do projeto de revitalização da Orla do Saco da Mangueira na cidade de Rio Grande/RS. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2015.

RIO GRANDE Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Caderno II do Diagnóstico Habitacional. Universidade Federal do Rio Grande. 2012.

_____. Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) - Estratégias de Ação. Latus Consultoria. 2017.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 1 - Plano de Trabalho Consolidado / Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. - Porto Alegre, 2019a. 128 f.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 2 – Plano de Mobilização Participativa. Subproduto 2.1 - Levantamentos Socioeconômicos / Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. - Porto Alegre, 2019b. 245 f.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 2 – Plano de Mobilização Participativa. Subproduto 2.2 – Mobilização Participativa / Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. – Porto Alegre, 2019c. 279 f.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 4 – Levantamentos e Estudo da Infraestrutura Urbana e

Urbanismo - Subproduto 4.1b – Concepção Básica Do Sistema / Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. - Porto Alegre, 2019d. 107f.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 5 – Estudo de Concepção dos Sistemas de Esgoto Sanitário – Relatório do Sistema de Esgoto Sanitário/ Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. - Porto Alegre, 2019e. 74 f.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 6 – Programa de Drenagem Sustentável - Relatório do Plano de Drenagem Sustentável/ Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. – Porto Alegre, 2019f. 55 f.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 7 – Levantamento e Estudo das Áreas de Risco e Contenção - Relatório do Levantamento e Estudo das Áreas de Risco e Contenção / Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. - Porto Alegre, 2019g. 101 f.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 8 – Estudo Ambiental / Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. - Porto Alegre, 2019h. 356 f.

_____. Estudo de Concepção para a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, no Trecho entre a Ponte dos Franceses e a Ponte Preta - Rio Grande – RS. Produto 9 – Relatório Final / Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. - Porto Alegre, 2019i. 408 f.

RODRIGUES, E. S.; MACHADO, C. R.; AGUIRRE, K. K. As raízes históricas da desigualdade socioambiental no extremo sul do Brasil: um olhar sobre o surgimento da cidade do Rio Grande, em 1737. Porto Alegre: **Revista do Lhiste**, num. 3, vol. 2, jul. /dez. 2015, p. 677 – 691. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/59826> Acesso em: 02/06/2021.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 89, p. 89-109, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 13/02/2020.

ROSA, T. S.; MENDONÇA, M. B.; MONTEIRO, T. G.; SOUZA R. M.; LUCENA, R. A Educação Ambiental como estratégia para a Redução de Riscos Socioambientais. **Ambiente & Sociedade** [online]. vol.18, n.3, 2015, pp.211-230. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/KQWGSxZPbn8qSfvb9r6NzsR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23/03/2020.

SALVATORI, Elena; HABIAGA, Lydia Angelica Gómez de Perez; THORMANN, Maria do Carmo. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 51 (janeiro-março), p. 27-72. 1989.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. **Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002.

SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; MACHADO, C. R. Rio Grande (RS): Uma 'zona de sacrifício'. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, Vol.3, Num.3, set/dez, 2013.

SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; MACHADO, C. R. Rio Grande (RS): uma "zona de sacrifício". In: **Revista de Educação, Ciências e Matemática**. v. 3. n.3. 2013a. p. 91 -104.

SANTOS, C. F.; DORNELAS, R. S. Distâncias e proximidades na lógica da desigualdade ambiental. **Revista Novos Rumos Sociológicos - Dossiê Questão Ambiental e Movimentos Socioambientais**. Vol. 3, número 4, pág. 61 – 83, 2015

SANTOS, C. F.; GONÇALVES, L. D.; MACHADO, C. R. Educação ambiental para justiça ambiental: dando mais uns passos. In: **REMEA**. v. 32. n. 1. 2015. p. 189 - 208.

SANTOS, C. F.; MASCARELLO, M. A. Megaempreendimentos e Conflitos socioambientais: O Caso da Habitação Popular em Rio Grande/RS. **Revista Panorâmica**, v. 18, p. 58-71, 2015.

SANTOS, C. F. O porto e a desigualdade social em rio grande (RS/BRASIL: a Educação Ambiental na gestão "empresarial dos riscos sociais" e "social do território". **Tese** (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS, 2016.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n.2, p. 317-322, 2005.

SILVA, R. P.; GONCALVES, R. R. O Polo Naval e os preços dos Imóveis na cidade do Rio Grande/RS. In: 7º Encontro de Economia Gaúcha, 2014, Porto Alegre. **Anais do 7º Encontro de Economia Gaúcha** – PUC/RS, 2014. Disponível em <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa23-polonavalprecosimoveis.pdf> Acesso em: 16/08/2021.

SPINK, M. J. P. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3743-3754, 2014. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/viver-em-areas-de-risco->

[tensoes-entre-gestao-de-desastres-ambientais-e-os-sentidos-de-risco-no-cotidiano/14996?id=14996](https://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf) Acesso em: 12/04/2020.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 99-120.

VAINER, Carlos. Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos. In: **Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos**. 2007. Salvador. Palestra transcrita. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Disponível em: <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>

VAINER, Carlos. Apresentação. In: OLIVEIRA, Fabricio Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Gisele; MONTEIRO, Poliana (Orgs.). **Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 11-15.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf Acesso em: 12/03/2019.

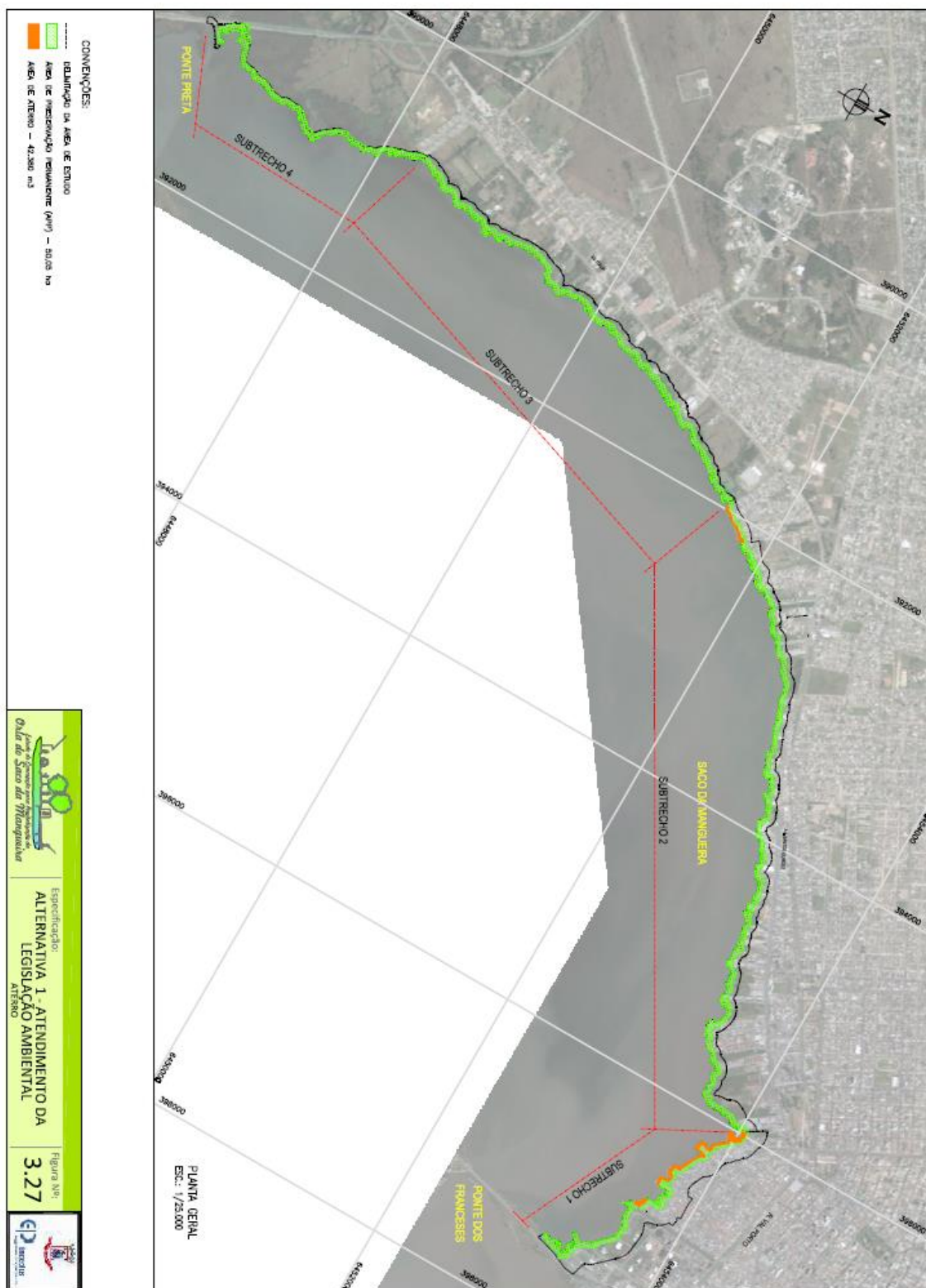
VIEIRA, E. F. **Rio Grande: Geografia Física, Humana e Econômica**. Porto Alegre: Sagra. 1983.

VILELA, F.; LINS, R. D. Conceituando e contextualizando processos de remoções forçadas e resistências no Brasil e no mundo frente a reestruturação territorial das metrópoles contemporâneas In: Lins, Regina Dulce; Rolnik, Raquel (org.) **Observatório de Remoções 2017-2018: relatório bianual**. São Paulo: FAU USP, 2018 p. 201-218.

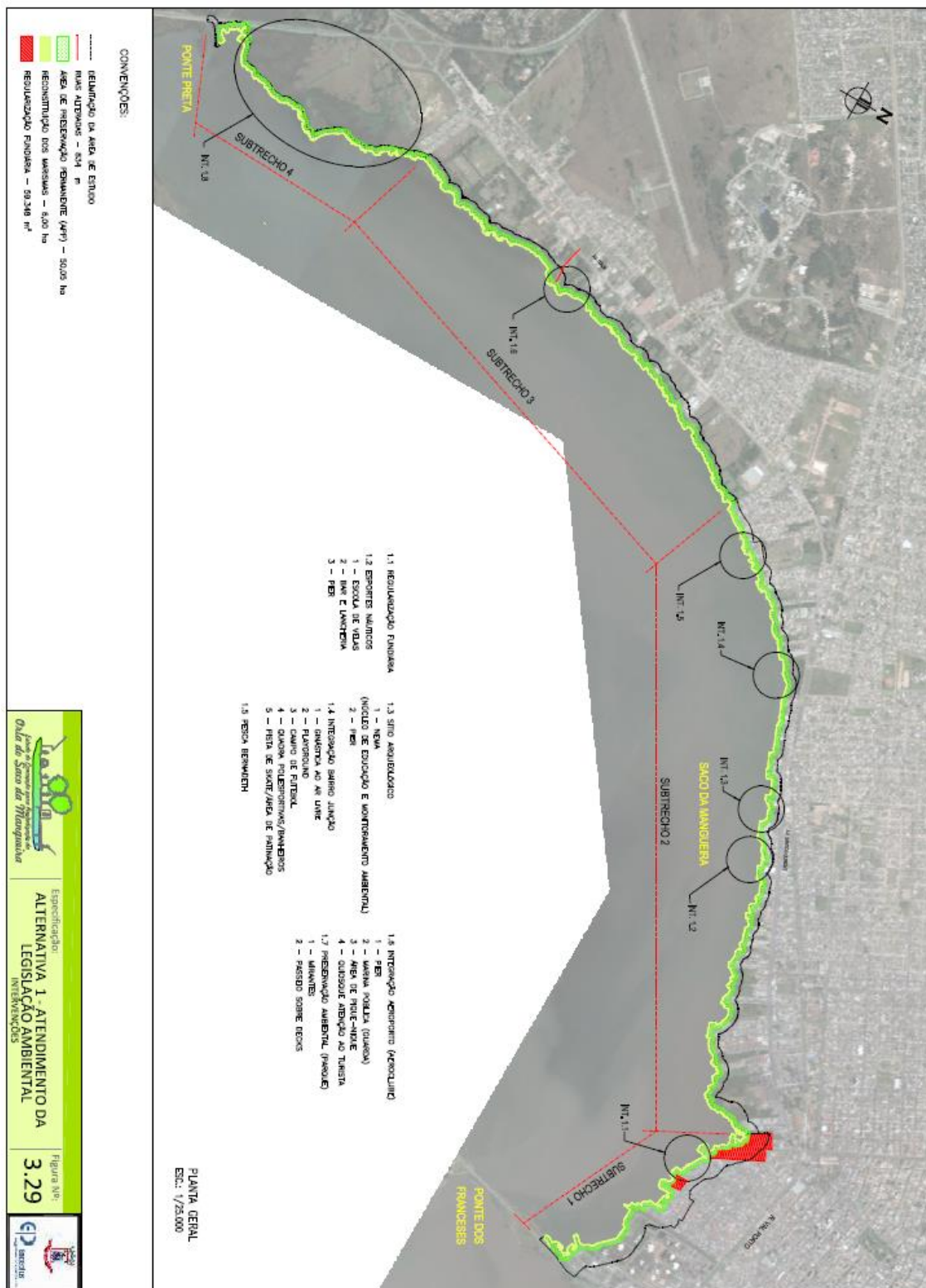
ZHOURI, A. L.; LASCHEFSKI, K. A. Introdução. In: ZHOURI, A. L.; LASCHEFSKI, K. A. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americana**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Anexo 1 – Alternativa 1 (Aterro).



Anexo 2 – Alternativa 1 (Intervenções).



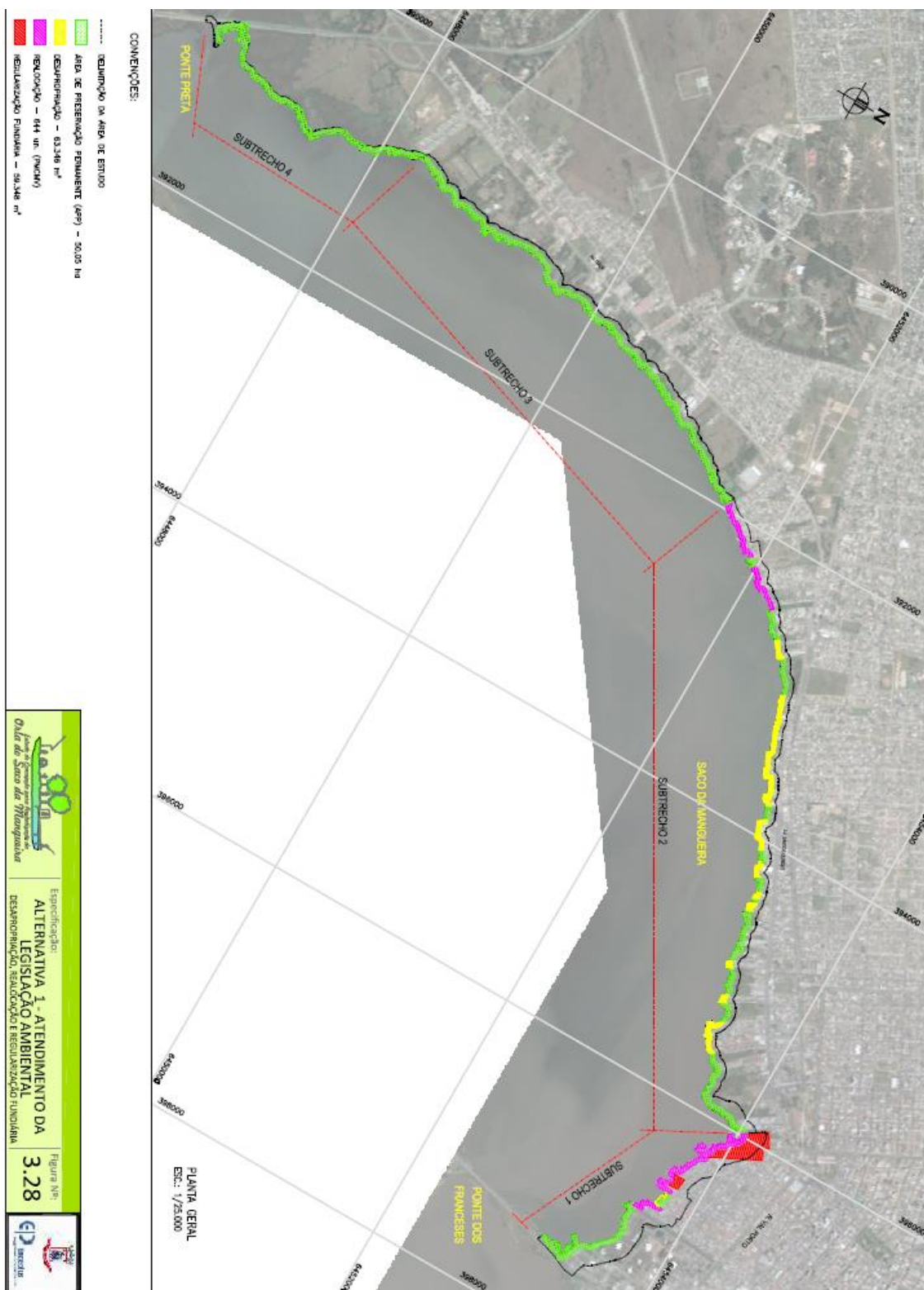

 Vila do Socorro
 Município de Vila do Socorro
 Prefeitura Municipal

Especificação:
ALTERNATIVA 1 - ATENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL INTERVENÇÕES

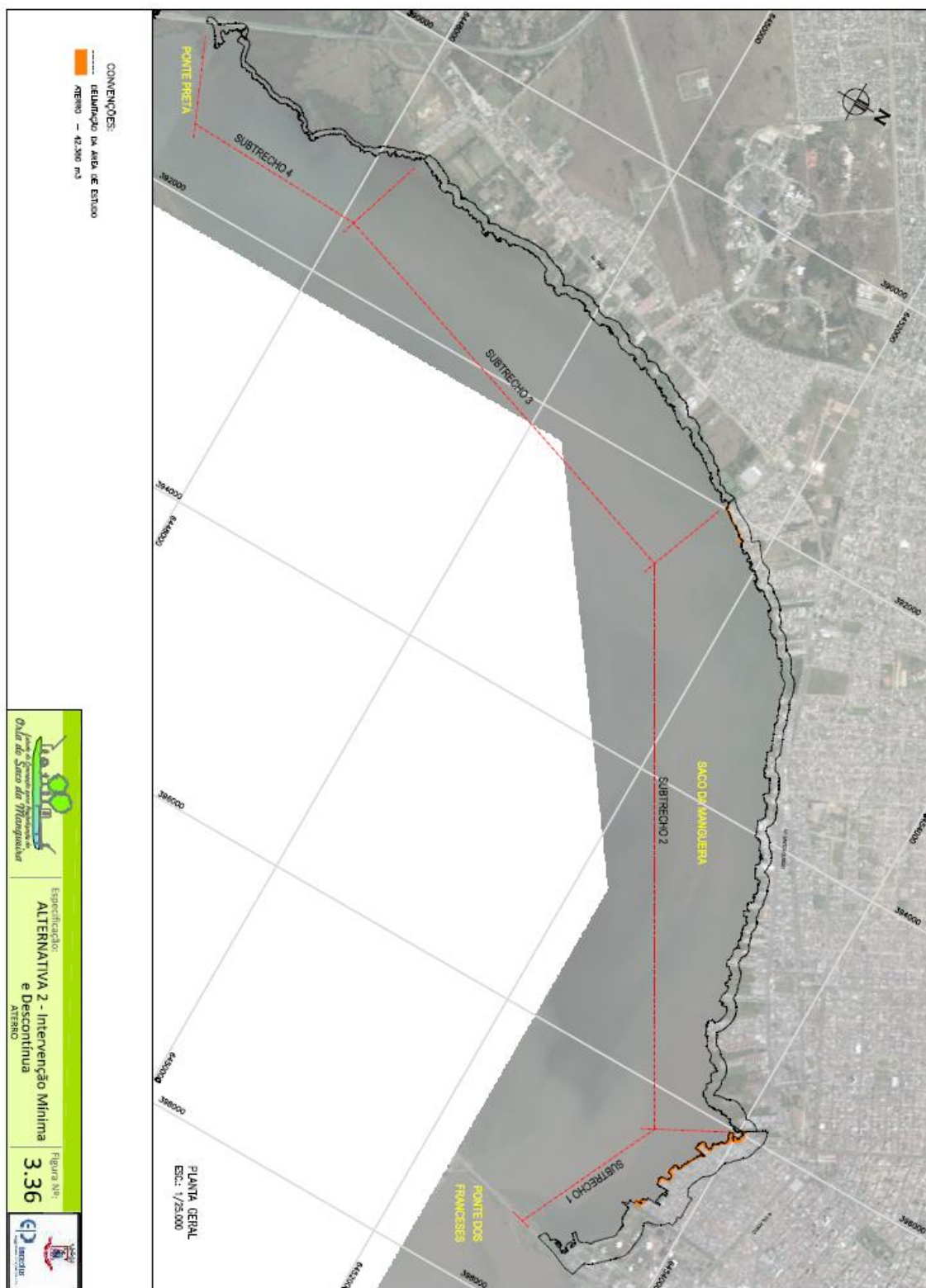
Figura nº:
3.29


 Instituto Ambiental

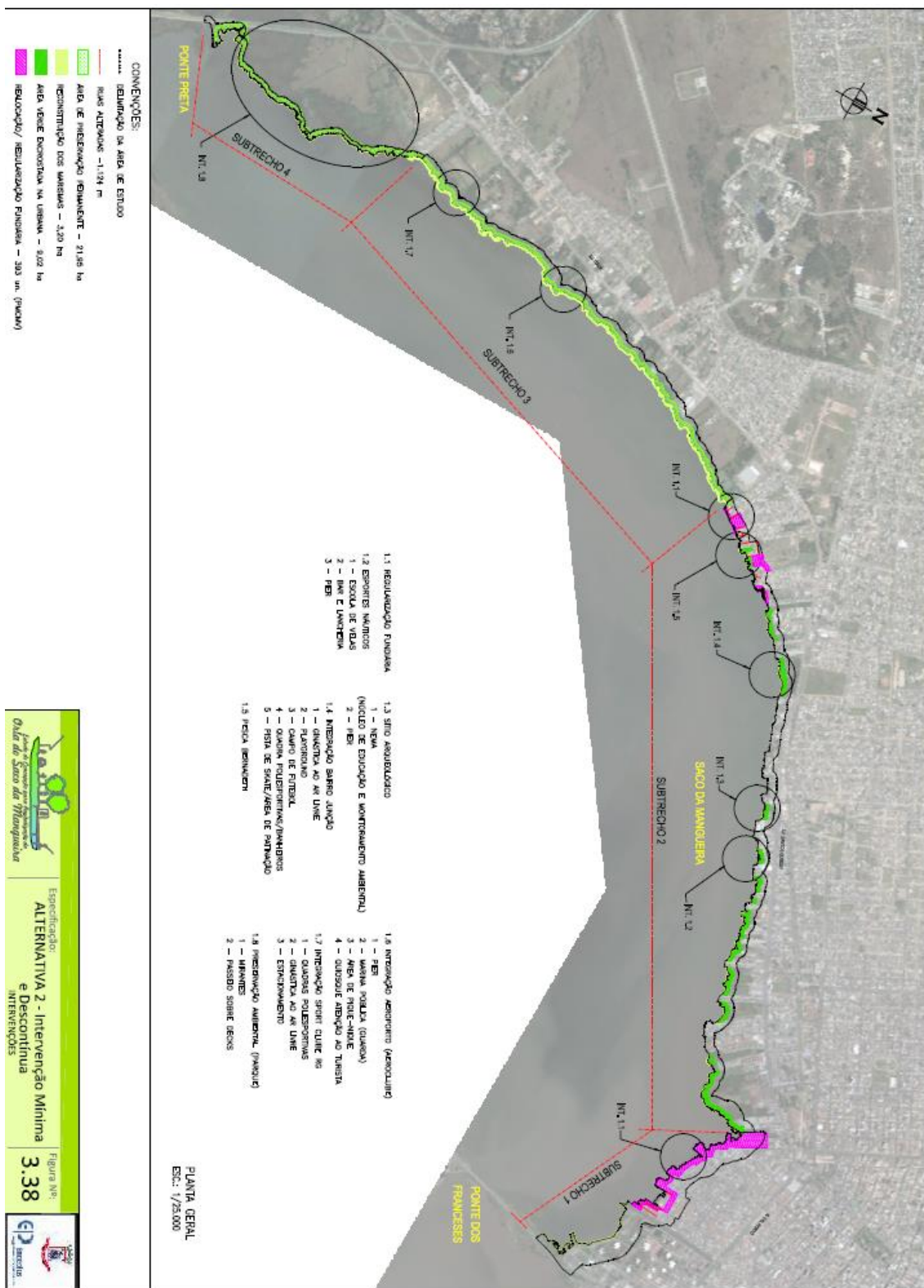
Anexo 3 – Alternativa 1 (Desapropriação, Realocação e Regularização Fundiária).



Anexo 4 – Alternativa 2 (Aterro).



Anexo 6 – Alternativa 2 (Intervenções).



Anexo 7 – Alternativa 3 (Aterro).



Anexo 8 – Alternativa 3 (Desapropriação, Realocação e Regularização Fundiária).



